

**UFRRJ**

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

**INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR**

**INSTITUTO DE TECNOLOGIA**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO**

**TERRITORIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS - PPGDT**

**DISSERTAÇÃO**

**O protagonismo e o Rio Rural: uma análise da participação dos agricultores no programa de microbacias hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro.**

**IAN LUIZ WILLACH GALLIEZ**

**2014**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**  
**INSTITUTO MULTIDISPLINAR**  
**INSTITUTO DE TECNOLOGIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO**  
**TERRITORIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS - PPGDT**

**O protagonismo e o Rio Rural: uma análise da participação dos agricultores no programa de microbacias hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro.**

**IAN LUIZ WILLACH GALLIEZ**

Sob a orientação do professor

**Cezar Augusto Miranda Guedes**

E co-orientação do pesquisador

**Renato Linhares de Assis**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas.

Seropédica, RJ  
Abril de 2014

338.1098153

Galliez, Ian Luiz Willach, 1985-

G168p

T

O protagonismo e o Rio Rural: uma análise da participação dos agricultores no programa de microbacias hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro / Ian Luiz Willach Galliez. - 2014.

95 f.: il.

Orientador: Cezar Augusto Miranda Guedes.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, 2014.

Bibliografia: f. 68-72.

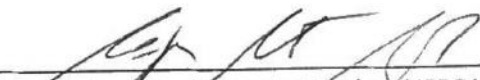
1. Desenvolvimento rural - Rio de Janeiro (Estado) - Teses. 2. Trabalhadores rurais - Rio de Janeiro (Estado) - Condições sociais - Teses. 3. Agricultura e Estado - Rio de Janeiro (Estado) - Teses. 4. Desenvolvimento sustentável - Rio de Janeiro (Estado) - Teses. 5. Participação social - Rio de Janeiro (Estado) - Teses. I. Guedes, Cezar Augusto Miranda, 1954- II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas. III. Título.

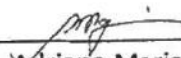
**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO  
TERRITORIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS**


**IAN LUIZ WILLACH GALLIEZ**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de MESTRE, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 25/04/2014

  
Cezar Augusto Miranda Guedes, UFRRJ  
(Orientador)

  
Adriana Maria de Aquino- EMBRAPA Agrobiologia

  
Joyce Maria Guimaraes Monteiro- EMBRAPA Solos

## **Agradecimentos**

**Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (PPGDT) pela oportunidade de seguir estudando em uma escola pública, custeado pelo Governo brasileiro e consequentemente pelo povo brasileiro. Agradeço à Adriana Maria Aquino e Joyce Maria Guimarães Monteiro pela participação e contribuições na banca de defesa da dissertação. Agradeço a todos que participaram de alguma forma desta conquista, em especial aos meus orientadores Cezar Augusto Miranda Guedes e Renato Assis Linhares pela paciência, oportunidade e afeto. Agradeço ao Gerson Yunes e a EMATER-RIO como um todo por conseguir abrir as portas junto aos agricultores para concretizar esse trabalho. Agradeço aos agricultores e agricultoras que participaram deste estudo pois abriram suas percepções sobre o Programa Rio Rural e de certa forma, suas percepções de vida. Agradeço ao professor Carlos Antônio Brandão o contato com os estudos do Celso Furtado e à professora Camila Rodrigues pela dedicação e seriedade e aos meus colegas do PPGDT pelo companheirismo. Agradeço à minha família de uma maneira em geral por terem proporcionado até certo ponto o que sou. Um agradecimento especial para Ana Maria Alves Pereira que acompanhou todo esse processo e sempre esteve ao meu lado. Finalmente agradeço a vida, que mesmo na busca por sentido, segue viva.**

## RESUMO

GALLIEZ, Ian Luiz Willach. **O protagonismo e o Rio Rural: uma análise da participação dos agricultores no programa de microbacias hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro.** 2014. 94p Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Políticas Públicas). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Instituto Multidisciplinar e Instituto Tecnológico, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2014.

A presente dissertação analisou a participação dos agricultores no Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro (RIO RURAL) e, relacionou desenvolvimento e sustentabilidade a fim de compreender como se dá o protagonismo dos agricultores durante o processo participativo do programa e quais seus possíveis limites institucionais. Atualmente o Rio Rural tem financiamento dividido entre o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Governo do Estado do Rio de Janeiro e, com o objetivo de trazer melhorias para o rural fluminense, fomenta a melhoria de renda dos agricultores e a conservação dos recursos naturais com o aumento da produtividade. O programa é implementado pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Governo do Estado do Rio de Janeiro (Emater-Rio) que organiza suas ações em microbacias hidrográficas e baseia-se na participação dos agricultores principalmente nos comitês gestores de microbacias (COGEM). Para a análise do protagonismo dos agricultores no programa, utilizamos o estudo das ações implementadas nas microbacias do 3º Distrito do Município Nova Friburgo com análise de dados secundários, observação não participante e entrevistas semiestruturadas de sujeitos que compõem os comitês gestores destas microbacias.

**Palavras chave:** Rio Rural; Protagonismo; Desenvolvimento; Nova Friburgo.

## ABSTRACT

GALLIEZ, Ian Luiz Willach. **O protagonismo e o Rio Rural: uma análise da participação dos agricultores no programa de microbacias hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro.** 2014. 94p Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Políticas Públicas). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Instituto Multidisciplinar e Instituto Tecnológico, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2014.

This dissertation analyzed the participation of farmers in the Sustainable Rural Development in small watersheds Program of the Rio de Janeiro State (RIO RURAL) and related development and sustainability in order to understand how is the protagonism of farmers during the participatory process of the program and what its possible institutional boundaries. Currently the Rural Rio has funding divided between the International Bank for Reconstruction and Development (IBRD) and the Government of Rio de Janeiro State and in order to bring improvements to the rural Rio de Janeiro, promotes the improvement of farmers' income and conservation of natural resources with the increase of productivity. The program is implemented by the Company for Technical Assistance and Rural Extension of the State Government of Rio de Janeiro State (Emater-Rio) that organizes his actions in watersheds and is based on the participation of farmers mainly in the management committees of watersheds (COGEM). To analyze the role of farmers in the program, we use the study of the actions implemented in the watersheds of the 3rd District Nova Friburgo municipality with secondary data analysis, non-participant observation and semi-structured interviews of individuals who make up the management committees of these watersheds.

**Key Words: Rio Rural; Protagonism; Development; Nova Friburgo.**

## LISTA DE ABREVIÇÕES E SIGLAS

BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CEASA	Central de Abastecimento Estadual
CEDRUS	Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável
CIDE	Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro
CMDRS	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
COREM	Comitê Regional de Microbacias
COGEM	Comitês Gestores de Microbacias
DRS	Desenvolvimento Rural Sustentável
Emater-Rio	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Governo do Estado do Rio de Janeiro
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
GEF	Fundo Mundial para o Meio Ambiente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IQM	Índice de Qualidade dos Municípios
MBH	Microbacia Hidrográfica
MSRN	Manejo Sustentável dos Recursos Naturais
PEM	Plano Executivo de Microbacia
PIB	Produto Interno Bruto
PID	Plano Individual de Desenvolvimento
POA	Plano Operativo Anual
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRR	Projeto Rio Rural
RIO RURAL	Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro
SDS	Superintendência de Desenvolvimento Sustentável
SEAPPA	Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro
SEP	Secretaria Executiva de Projeto
SER	Secretaria Executiva Regional



## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Mapa mental do caminho percorrido para a escolha dos entrevistados	p. 2
FIGURA 2: Divisão político-administrativa do Estado do Rio de Janeiro.	p. 4
FIGURA 3: Valor do PIB do agronegócio do Estado do Rio de Janeiro em milhões de reais, 2008.	p. 5
FIGURA 4: Participação dos segmentos no PIB do agronegócio do Rio de Janeiro, 2008.	p. 5
FIGURA 5: Região Serrana e seus municípios.	p. 6
TABELA 1: Quadro com IDH por município e posição IQM (RJ) dos municípios da região Serrana.	p. 8
FIGURA 6: Mapa do município de Nova Friburgo com a divisão dos distritos.	p. 9
FIGURA 7: Focalização e área de abrangência do projeto RIO RURAL BIRD.	p. 31
TABELA 2: Esquema da organização do projeto RIO RURAL – BIRD.	p. 33
FIGURA 8: Fluxograma da metodologia de microbacias.	p. 34
FIGURA 9: Componentes e subcomponentes do Programa.	p. 35
FIGURA 10: As principais metas do projeto RIO RURAL – BIRD simplificadas.	p. 36
FIGURA 11: Mapa de uso e cobertura do solo na bacia do Alto do Rio Grande, Nova Friburgo.	p. 39
FIGURA 12: Mapa com a divisão em microbacias do município Nova Friburgo.	p. 40
TABELA 3: Ranqueamento das microbacias do município Nova Friburgo.	p. 41
TABELA 4: Número de beneficiários e área das microbacias (MBHs).	p. 42

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	p. 1
CAPÍTULO I: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E SÓCIO-ECONÔMICA DA REGIÃO SERRANA FLUMINENSE.	
1.1 – O Estado do Rio de Janeiro e a Região Serrana	p. 4
1.2 – O município de Nova Friburgo	p. 8
CAPÍTULO II: DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE SOB OS AUSPÍCIOS DA PARTICIPAÇÃO.	
2.1 – Introdução	p. 12
2.2 – Desenvolvimento	p. 15
2.2.1 – Território	p. 18
2.3 – Participação	p. 21
2.4 – Sustentabilidade	p. 24
2.5 – Considerações Finais	p. 26
CAPÍTULO III: O PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL EM MICROBACIAS HIDROGRÁFICAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RIO RURAL.	
3.1 – Introdução	p. 28
3.2 – O Programa RIO RURAL	p. 29
3.3 – Estrutura e Organização do RIO RURAL	p. 31
3.4 – Participação e o RIO RURAL	p. 35
3.5 – Considerações Finais	p. 37
CAPÍTULO IV: CARACTERIZAÇÃO SÓCIO ECONÔMICA DAS MICROBACIAS DO 3º DISTRITO DE NOVA FRIBURGO ENVOLVIDAS NO PROGRAMA RIO RURAL.	
4.1 – Introdução	p. 38
4.2 – Características da MBH1, São Lourenço	p. 43
4.3 – Características da MBH2, Salinas	p. 45
4.4 – Características da MBH4, Barracão do Mendes	p. 46
4.5 – Considerações Finais	p. 49

CAPÍTULO V: ANÁLISE DO PROTAGONISMO DOS AGRICULTORES E OS LIMITES INSTITUCIONAIS NO PROCESSO PARTICIPATIVO DO PROGRAMA RIO RURAL NAS MICROBACIAS ESCOLHIDAS.

5.1 – Introdução	p. 50
5.2 – O protagonismo dos Agricultores	p. 51
5.3 – Limites do Programa RIO RURAL	p. 56
CONCLUSÕES	p. 66
BIBLIOGRAFIA	p. 68
ANEXOS	p. 73

## INTRODUÇÃO

A importância desta dissertação é dar visibilidade e voz aos agricultores beneficiados pelo Programa Rio Rural, protagonistas diários em nossas mesas, em uma tentativa de complementar a busca por soluções que desobstruam nossos caminhos ao fim do subdesenvolvimento e, conseqüentemente, promovam uma agricultura mais complexa.

Para as análises deste projeto de pesquisa utilizamos as ações implementadas junto aos agricultores das microbacias hidrográficas do 3º Distrito do Município Nova Friburgo envolvidas no Programa Rio Rural com análise de dados secundários, observação não participante e entrevistas semi-estruturadas de sujeitos que compõem os comitês gestores destas microbacias.

O presente trabalho é um estudo de caso das experiências do Programa Rio Rural nestas microbacias hidrográficas com uma abordagem qualitativa para a coleta e interpretação dos dados. Foram realizadas entrevistas com um grupo de pessoas que representam as comunidades nos respectivos comitês gestores de microbacias (COGEM's) para embasar as análises do protagonismo dos agricultores dentro do Programa e os possíveis limites do mesmo.

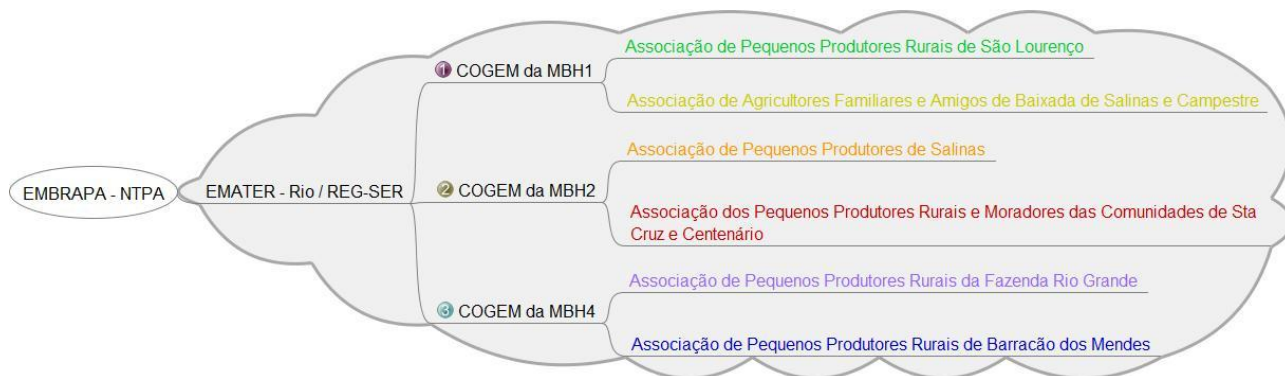
O objetivo geral do projeto de pesquisa é “Descrever e analisar os impactos da ação participativa do Programa Rio Rural como determinantes do protagonismo dos agricultores no processo de desenvolvimento das ações encaminhadas pelo programa” englobando os objetivos específicos de: 1) Caracterizar as estratégias e metodologia utilizadas no Programa Rio Rural; 2) Descrever o Programa Rio Rural no contexto do desenvolvimento, da sustentabilidade e da participação; 3) Analisar a metodologia do Programa Rio Rural e os limites institucionais da sua execução e; 4) Analisar os impactos da ação participativa do Programa Rio Rural quanto ao protagonismo dos agricultores em Nova Friburgo.

A pesquisa foi dividida em três fases. Na Fase I, foi realizado o aprofundamento teórico sobre os temas analisados (Desenvolvimento; Sustentabilidade e; Participação), a seleção de fontes bibliográficas e documentais sobre o Programa Rio Rural e também fontes para a realização da contextualização da região objeto de pesquisa.

A Fase II se referiu ao trabalho de campo, com coleta e sistematização de informação para fundamentar a contextualização das microbacias hidrográficas envolvidas neste trabalho. O acesso aos mapas, documentos institucionais do Programa Rio Rural (PRR) e atas de reuniões (COGEM's), além da participação nas reuniões destes comitês, nas quais ocorreu o contato e a escolha dos entrevistados, só foram possíveis pela parceria conquistada com o escritório regional da Região Serrana Fluminense da Emater-Rio.

Para as entrevistas e a coleta dos dados sobre o protagonismo e a participação dos agricultores no Programa, realizou-se uma imersão na área das microbacias estudadas. Isto foi possível pela parceria com o Centro Escola Família de Formação por Alternância (CEFFA) Rei Alberto I que disponibilizou alojamento e refeições, servindo também de ponto de referência para uma observação não participante da comunidade. Para as entrevistas foram realizadas visitas de bicicleta aos domicílios dos agricultores previamente marcadas e estas entrevistas foram feitas por meio de um roteiro (Anexo M) e gravadas para posterior análise e interpretação dos fenômenos. A Fase III foi o trabalho de transformar todo o acúmulo das Fases I e II no formato da dissertação.

A seguir figura (FIGURA 1) demonstrativa do caminho percorrido para a escolha dos entrevistados. Sob co-orientação do pesquisador da EMBRAPA/NPTA – Núcleo de Pesquisa e Treinamento para Agricultores, Dr. Renato de Assis Linhares, fui apresentado ao técnico da EMATER-Rio do escritório Regional Serrana (REG-SER), Gerson Yunes, e posteriormente acompanhei as reuniões nos respectivos comitês gestores das microbacias (MBH1, MBH2 e MBH3). A participação e observação destas reuniões promoveram a escolha dos entrevistados (sujeitos), fruto da expressão e importância dos sujeitos ao longo das reuniões e ao mesmo tempo a importância dos mesmos para as comunidades.



**Figura 1** Mapa mental do caminho percorrido para a escolha dos entrevistados (Elaborado com o software FreeMind.exe).

Os dados secundários utilizados nesta pesquisa são oriundos de trabalho anterior da Emater-Rio por meio das atas de reuniões, planos executivos de microbacias (PEM) e DRP – Censo das microbacias analisadas. Portanto, ressalta-se que nosso objetivo com a sua utilização foi buscar auferir uma aproximação com a realidade das comunidades e não temos a exigência de uma pesquisa quantitativa em relação aos mesmos. Assim sendo, aceitam-se possíveis variações e erros, contudo, acredita-se que a ocorrência dos mesmos não descaracteriza os objetivos deste estudo de caso em uma pesquisa qualitativa.

No primeiro capítulo apresenta-se em linhas gerais e abordam-se diferentes dados para melhor representar a contextualização histórica e socioeconômica da região Serrana fluminense e a partir de mapas, localizar o objeto desta pesquisa.

Em um segundo capítulo aborda-se um referencial teórico originado na ontologia do autor com o intuito de fazer uma referência aos conceitos que fundamentam a pesquisa – Desenvolvimento, Sustentabilidade e Participação. Em seguida, no capítulo III realiza-se um resumo sobre o Programa Rio Rural (PRR) e seus projetos de execução, ressaltando a sua estrutura e, uma vez mais, localizando o objeto de pesquisa, os Comitês Gestores das Microbacias (COGEM) do 3º Distrito de Nova Friburgo

No IV capítulo temos a caracterização sócio econômica destas microbacias e a apresentação de dados secundários oriundos dos Planos Executivos de Microbacias (PEM's). Por fim, no capítulo V, temos o núcleo forte deste trabalho de pesquisa com a análise do protagonismo dos agricultores e os limites institucionais no processo participativo do Programa Rio Rural nas respectivas microbacias.

Este capítulo está dividido nos seguintes eixos temáticos para a apresentação: 5.2 Análises do Protagonismo e 5.3 Limites do Programa Rio Rural, sendo este último subdividido nos seguintes itens: 1) Diferenças regionais e posse da terra; 2) Emater-Rio e SEAPEC; 3) Planejamento; 4) Conhecimento e Informação; 5) Valorização do agricultor e sucessão da agricultura familiar.

# CAPÍTULO I: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E SOCIOECONÔMICA DA REGIÃO SERRANA FLUMINENSE.

Neste capítulo pretende-se referenciar a região objeto de estudo deste trabalho. Parte-se do Estado do Rio de Janeiro e sua divisão regional, e contextualiza-se a formação Histórica e socioeconômica da Região Serrana fluminense com o foco no município de Nova Friburgo e particularmente Campo do Coelho, 3º Distrito deste município.

## 1.1 – O Estado do Rio de Janeiro e a Região Serrana

O Estado do Rio de Janeiro sediou a capital do Brasil na cidade do Rio de Janeiro abrangendo um período entre a colônia e a república – de 1763 a 1960 – e possui 18.4% de seu território em Mata Atlântica (INPE, 2012). Comparando-se os números do mesmo relatório, o Estado do Rio de Janeiro é o que possui o maior percentual de Mata Atlântica em relação ao território entre os Estados brasileiros. Possui peso relativo importante na Federação com participação em 10.8% do PIB e uma população de aproximadamente 16,23 milhões de pessoas, o que representa 8,36% da população brasileira (IBGE, 2010). O Estado é composto por 92 municípios e está dividido em oito regiões geográficas, a saber: Baía de Ilha Grande, Médio Paraíba, Centro Sul Fluminense, Metropolitana, Serrana, Baixada Litorânea, Norte Fluminense e Noroeste Fluminense (Figura 2).

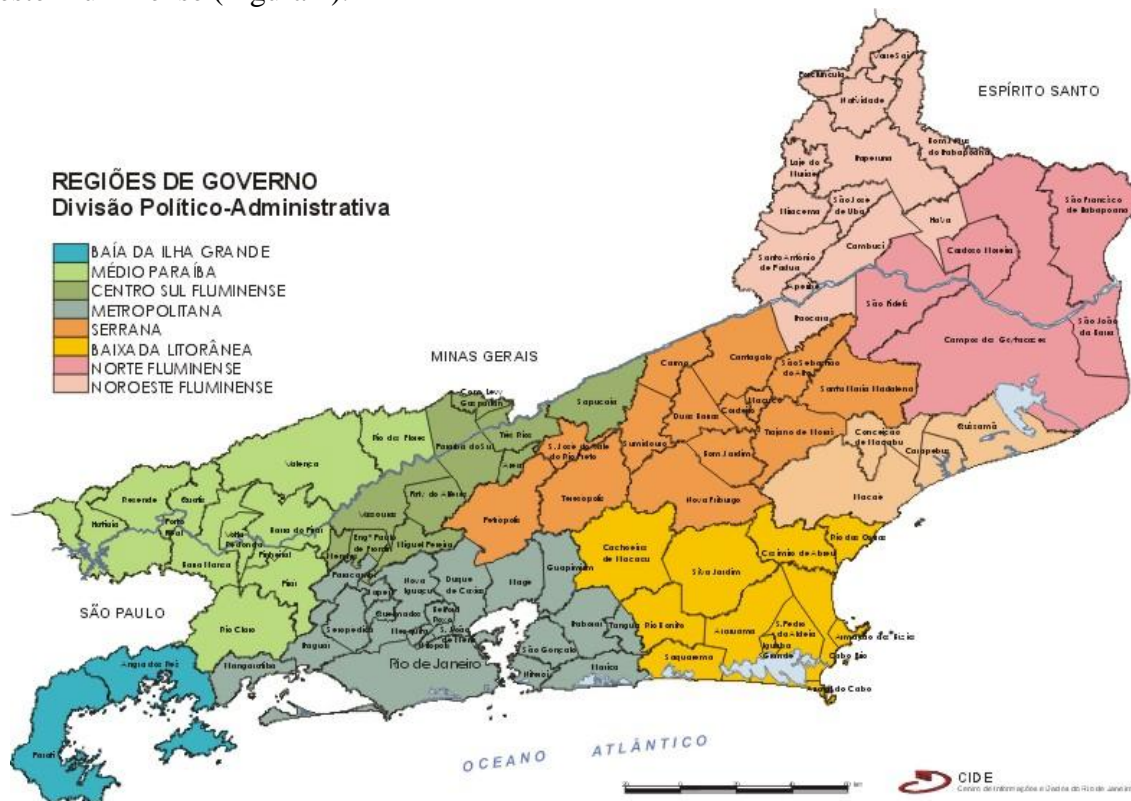
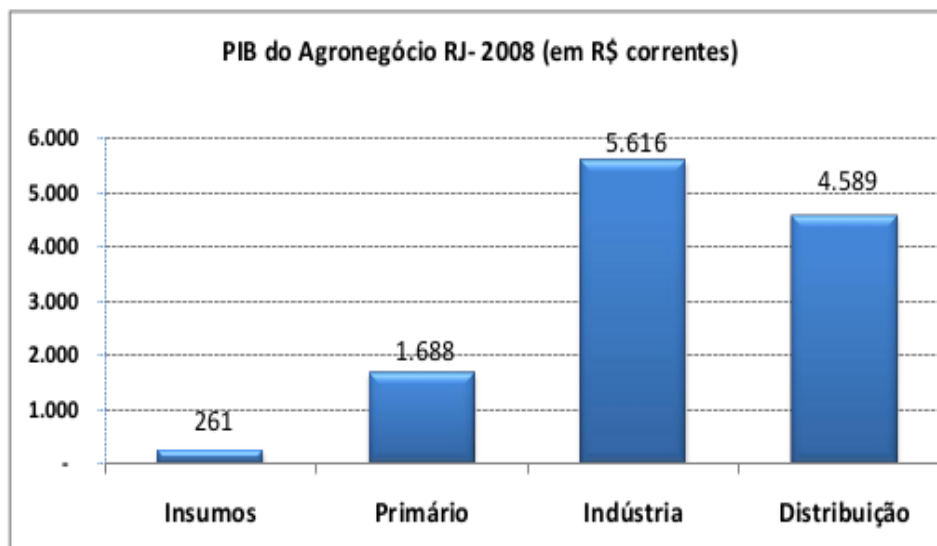
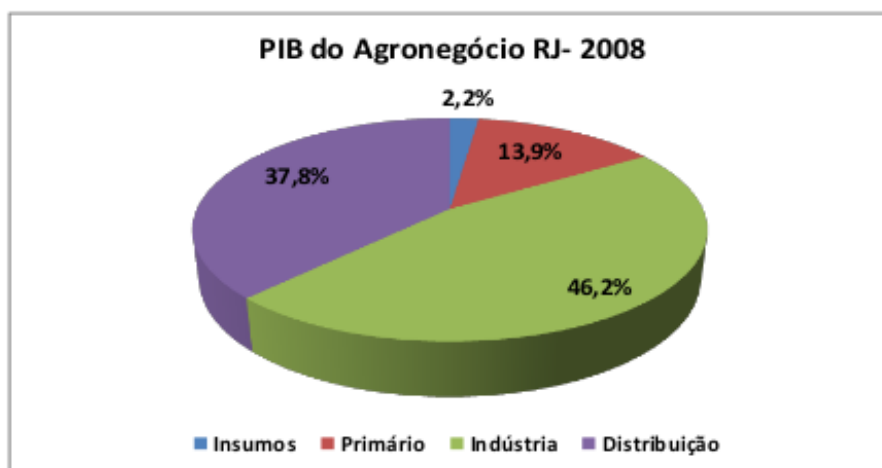


Figura 2 Divisão Política-Administrativa do Estado do Rio de Janeiro (adaptado CIDE, 2010)

A produção de alimentos no Estado do Rio de Janeiro é 80% oriunda da agricultura familiar (RIO RURAL BIRD, 2009) e em função das suas características socioeconômicas e geográficas, tem na agropecuária uma pequena parcela da renda estadual. Contudo, levando-se em conta os valores agregados em quatro segmentos – insumos, agropecuária, agroindústria e distribuição – a análise do Produto Interno Bruto do estado revela que 3.3% são provenientes das atividades que envolvem a agropecuária (Figuras 3 e 4). (CEPEA, 2012).



**Figura 3** Valor do PIB em 2008 do Agronegócio do Estado do Rio de Janeiro em milhões de Reais (adaptado CEPEA / USP, 2012)



**Figura 4** Participação dos segmentos no PIB de 2008 do agronegócio do Rio de Janeiro (adaptado de CEPEA / USP, 2012)

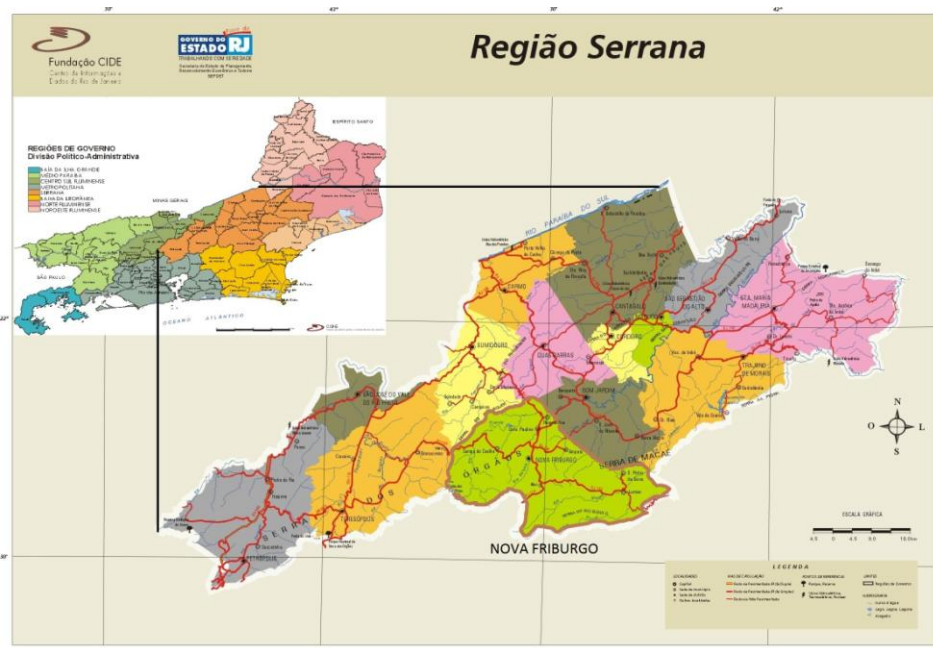
O PIB do Estado do Rio de Janeiro movimentou R\$ 343.1 bilhões, divididos em Serviços com 68%, Indústria com 31,6% e a agropecuária com 0,4% (IBGE, 2010). Em relação ao PIB do agronegócio nacional, o Rio de Janeiro participou, em 2008, com R\$ 12,2 bilhões, ou 1,6% de um montante de R\$ 768 bilhões. Este percentual é diferente ao encontrado pelo relatório do CEPEA devido a não inserção do valor movimentado pelos segmentos da indústria e dos serviços



relacionados à agropecuária (CEPEA, 2012). Em virtude de novos investimentos na exploração do petróleo – aproximadamente 15,4% da renda gerada pela indústria no Estado (CEPEA, 2012) –, novos empreendimentos siderúrgicos, a retomada da indústria naval e de numerosas indústrias associadas ao Pólo Gás-Químico, a diferença entre a participação do interior e da capital quanto ao PIB do Rio de Janeiro diminuiu de 24,5% em 1998 para 12,4% em 2004 (RIO RURAL BIRD, 2009).

Apesar de um panorama onde “A demanda local é, em geral, bem superior a atual capacidade de oferta do agronegócio estadual.” (CEPEA, 2012:26), o rural fluminense tem enfrentado um ambiente de poucas oportunidades de desenvolvimento e problemas econômicos, sociais e ambientais afligem o espaço rural em um processo Histórico de empobrecimento. Neste sentido, as regiões Noroeste Fluminense e Serrana são as que apresentam maior fragilidade em relação a ineficiência de conseguirem acompanhar as mudanças fundamentais para conseguir apreender os ganhos com esses novos investimentos em desenvolvimento para os municípios e suas populações.

O Estado do Rio de Janeiro apresenta uma concentração demográfica e de renda na região Metropolitana onde concentra aproximadamente 76% da população do Estado e também 46,7% do PIB fluminense (IBGE, 2010). A Região Serrana se destaca como a grande produtora de alimentos para o abastecimento desta população. Em seus 14 municípios, Bom Jardim, Cantagalo, Carmo, Cordeiro, Duas Barras, Macuco, Nova Friburgo, Petrópolis, Santa Maria Madalena, São José do Vale do Rio Preto, São Sebastião do Alto, Sumidouro, Teresópolis e Trajano de Moraes (Figura 5) estão aproximadamente 5% da população do Rio de Janeiro (IBGE, 2010).



**Figura 5** Região Serra e seus municípios (adaptado CIDE, 2010)

Os municípios da Região Serrana tiveram sua origem, ainda no século XIX, associada à expansão da economia cafeeira. Com a construção da Estrada de Ferro Leopoldina, em 1873, ocorreu uma dinamização da economia, diminuindo as distâncias, incrementando o comércio, o turismo e atraindo investimentos (CARNEIRO, M. J.; ROCHA, B. N., 2009).

A Região Serrana apresenta hoje um polo de maior dinamismo e desenvolvimento econômico em função de atividades industriais, turísticas e da produção de hortigranjeiros, representado principalmente pelos municípios de Nova Friburgo, Petrópolis, Teresópolis e municípios adjacentes. Esses municípios se destacam também nos aspectos políticos, culturais e educacionais na região (CARNEIRO, M. J.; ROCHA, B. N., 2009).

Diferentemente deste grupo, os municípios da região Serrana onde a população rural vive quase que exclusivamente da agricultura representam um outro polo. Economicamente menos desenvolvido, por apresentar atividades agrícolas em solos bastante empobrecidos em ciclos muito exploratórios e de menor dinamismo econômico, estes municípios estão incluídos no grupo de menores IDH's do Estado. Destacam-se ainda na Região Serrana os municípios de Cordeiro e Cantagalo pela produção de cimento, o que lhes gera um desempenho econômico específico.

Para explicitar a diversidade entre os municípios fluminenses, com foco na Região Serrana, utilizou-se dois índices para comparações, o IDH e o IQM. O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) é um índice criado por Mahbuh ul Haq e Amartya Sen para contrapor a leitura hegemônica do PIB (Produto Interno Bruto) como indicador de desenvolvimento. O IDH é um índice que vai de 0 à 1 e está baseado em três elementos de mesma importância: Renda; Longevidade e; educação. A partir daí classifica-se o IDH como Alto ( $> 0,8$ ), Médio ( $> 0,5$  e  $0,799 <$ ) e baixo ( $< 0,499$ ). Um ajuste metodológico é realizado no Brasil a fim de criar um índice por município (IDH – M), com isso é possível ter um panorama geral dos municípios, estados e por fim do país como um todo.

O IQM (Índice de Qualidade dos Municípios) é um índice criado pela Fundação CIDE (Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro) para classificar os municípios fluminenses segundo seu potencial de crescimento e desenvolvimento. Com esse índice pretende-se estabelecer como cada município se apresenta para receber novos investimentos privados e políticas públicas de desenvolvimento (RODRIGUES, M. C. P., 2002).

Ao analisar a tabela 1, apesar de verificar uma grande diferença entre os dois índices, não é possível estabelecer uma correlação direta entre eles, pois eles têm objetivos diferentes e utilizam variáveis diferentes. Contudo, em ambos os índices, a maioria dos municípios da Região Serrana figura em posições desfavoráveis de uma maneira em geral. Estes índices também são utilizados pelo Programa Rio Rural (PRR) na classificação prioritária dos municípios fluminenses.

**Tabela 1** Números do IDH e IQM por município e posição dos municípios da Região Serrana em relação aos municípios do Estado do Rio de Janeiro.

Municípios	IDH	Posição IDH	IQM	Posição IQM
1) Nova Friburgo	0,745	11°	0,3637	21°
2) Petrópolis	0,745	11°	0,4323	12°
3) Teresópolis	0,730	23°	0,3356	30°
4) Cordeiro	0,729	26°	0,2394	47°
5) Cantagalo	0,709	51°	0,1958	58°
6) Macuco	0,703	56°	0,1475	75°
7) Carmo	0,696	61°	0,1148	81°
8) Sta. Maria Madalena	0,668	78°	0,1878	59°
9) Trajano de Moraes	0,667	80°	0,0860	84°
10) São José do Vale do Rio Preto	0,660	81°	0,0599	88°
11) Bom Jardim	0,660	81°	0,1578	71°
12) Duas Barras	0,659	83°	0,1485	74°
13) São Sebastião do Alto	0,646	90°	0,0821	86°
14) Sumidouro	0,611	92°	0,0043	91°

(Fonte: PNUD, Atlas Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no Brasil 2013 e CIDE, IQM – Índice de Qualidade dos Municípios.)

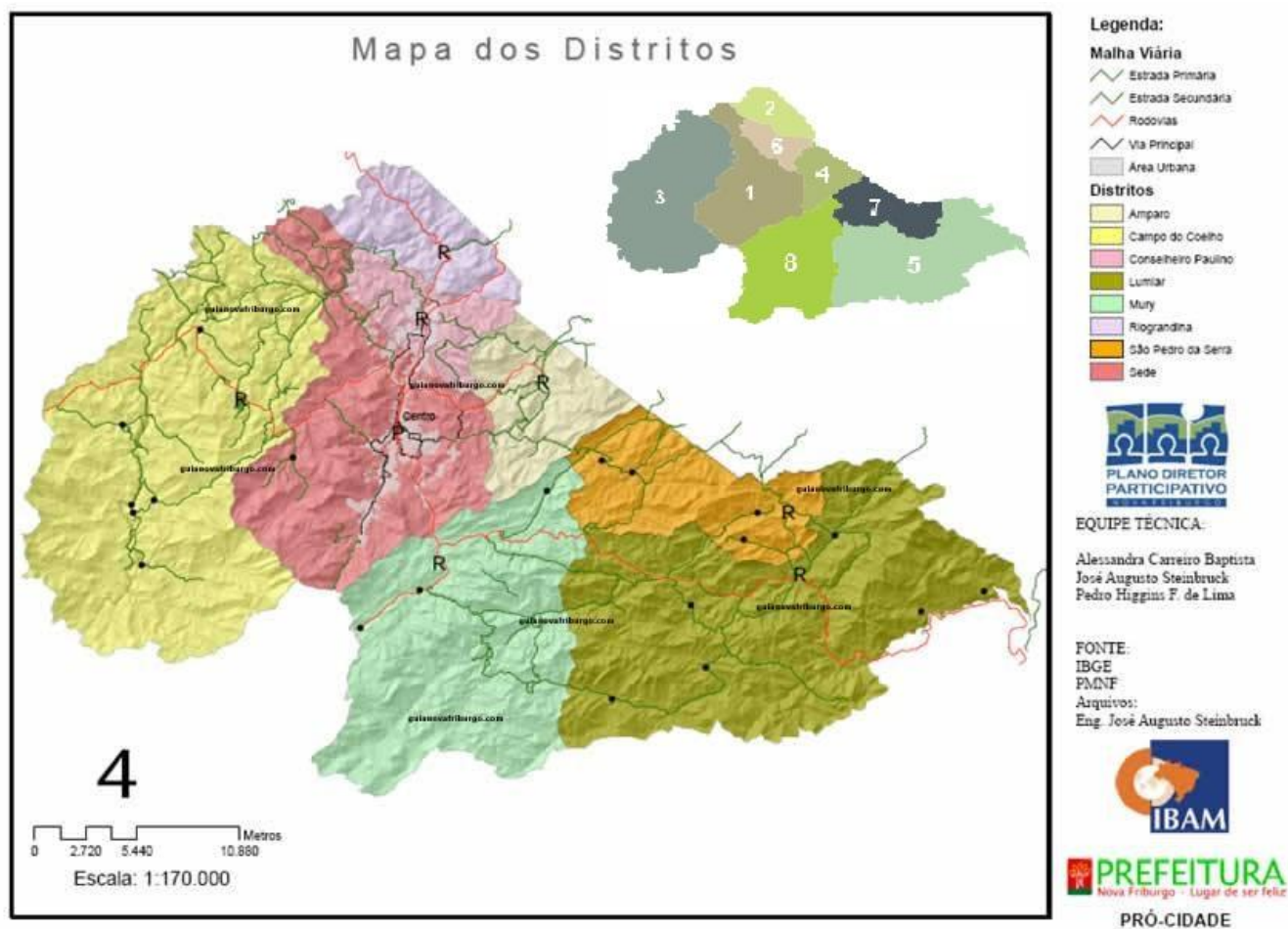
## 1.2 – O município de Nova Friburgo

O município de Nova Friburgo tem uma população de 182.082 habitantes (IBGE, 2010), que representa 22,58 % do total da população da Região Serrana fluminense. É dividido em oito distritos (Figura 6) e está em 11° lugar no ranking de municípios por IDH do Estado (PNUD, 2013). O município apresenta diferença no desenvolvimento em seus distritos, assim, enquanto o distrito sede (1° Distrito) apresenta maior dinamismo econômico e maior diversidade produtiva, os distritos de Lumiar (5° Distrito) e de São Pedro da Serra (7° Distrito) apresentam grande atividade turística e, o distrito de Campo do Coelho (3° Distrito) representa o grande polo hortícola do município.

Nova Friburgo, segundo IBGE (2010) tem um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 2.614.778 (19,55% da produção na Região Serrana) e participação de 0,69% no PIB estadual, divididos por setores em valores aproximados de: 2,5% Agropecuária; 15% Indústria; 82,5% Serviços.

A região está no bioma Mata Atlântica e a vegetação natural da região é representada pela floresta tropical perenifólia, caracterizada pela abundância de árvores de grande porte, com formação densa. A folhagem pouco se altera durante o ano, mesmo no tempo de estiagem, característica de uma floresta no relevo montanhoso e em clima úmido (CALDERANO FILHO, B. et al, 2003). “Segundo Domingues *et al.*, (1976) e Nimer (1977), a serra funciona como receptor de

águas pluviais do litoral e como obstáculo que se interpõe aos ventos, constituindo, assim, um excelente reservatório de águas das chuvas.” (CALDERANO FILHO, B. et al, 2003:17).



**Figura 6** Mapa do município de Nova Friburgo com divisão em distritos (adaptado Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, 2014)

O clima da região é ameno, de tipo climático predominante tropical mesotérmico brando super úmido segundo a classificação de Nimer (NIMER, 1977). Situada na Serra do Mar, com altitudes que variam de 180 m à 2310 m, a sede do município está à 845 m. Com temperatura média anual de 16°C, alterando-se entre as máximas no verão de 24°C e mínimas no inverno de 11°C, possui pluviosidade anual bastante elevada e concentrada no verão.

Nova Friburgo é um dos municípios mais antigos da Região e, de forma pioneira iniciou em 1818 a colonização planejada no Brasil, com a chegada de imigrantes suíços (FARIA, R., 1992), caracterizando um primeiro ciclo de imigração na região. A hipótese de melhorar a qualidade da mão-de-obra e as necessidades de estabelecer áreas de produção de alimentos, visando o abastecimento da cidade do Rio de Janeiro, levaram Dom João a atrair uma população europeia que vivia momentos difíceis, com fome e sedentas do sonho do enriquecimento. A notícia de melhores condições de vida e terras baratas fez com que muitos imigrantes suíços acreditassem na aventura brasileira.

Em 1823 e 1824, em um segundo ciclo, chegaram ao Brasil 432 imigrantes que saíram da Alemanha em dois navios em diferentes datas, o que os obrigou a permanecerem por um tempo na cidade do Rio de Janeiro antes de partirem para Nova Friburgo (FARIA, R., 1992). Os imigrantes, inicialmente suíços e depois alemães, seguiram basicamente dois rumos ao chegarem à Nova Friburgo. Um primeiro foi a busca de terras agricultáveis para a fixação e subsistência das famílias assentadas no que são hoje os distritos de São Pedro e Lumiar. O segundo rumo foi em sentido à região de Cantagalo, onde se caracterizava uma outra estrutura produtiva se comparada às famílias que permaneceram em Nova Friburgo. Essa estrutura relacionava-se à uma quantidade e facilidade de utilização de terras somada ao pequeno investimento de capital, que associado à oferta de mão-de-obra escrava ainda abundante, ajudaram no desenvolvimento e expansão da cultura do café.

O desenvolvimento da cultura do café no Vale do Paraíba do Sul, a partir da década de 1830 e até o final do século XIX, gerou mercado para o crescimento da produção agrícola, especialmente a produção de hortaliças, destinado ao abastecimento das fazendas cafeeiras (CARNEIRO, M. J.; ROCHA, B. N., 2009). Coube então a expansão cafeeira, conectar e desenvolver a Região Serrana baseada na mão-de-obra escrava, apesar de as colonizações suíça e alemã representarem alguma intenção de substituir os escravos. Estima-se que 72482 escravos estavam envolvidos na produção e exportação de café no Brasil (TSCHUDI(1980), apud FARIA, 1992).

Nova Friburgo se caracterizava em meados do séc. XIX como uma “zona de passagem” e produtora de alimentos para tropas e tornara-se turística por suas qualidades naturais e seu clima de altitude. No início de século XX, a instalação de indústrias têxteis desencadeou um processo de transformação socioeconômica que atraiu investimentos de capital nacional e estrangeiro e, com a construção de infraestrutura hoteleira, sua potencialidade turística passa a ser explorada e incrementada. Durante o séc. XX ocorreu uma profunda diferenciação de Nova Friburgo em relação aos municípios vizinhos com a industrialização do município. Desde então, o município se tornou um polo de atração da produção e da mão-de-obra excluída do campo devido à crise na produção de café, e posterior substituição por pastagens.

O município de Nova Friburgo está no pólo de maior dinamismo econômico da Região Serrana e compõe também o principal pólo olerícola do Estado, fundamental para o abastecimento da região metropolitana. O município, devido a sua posição geográfica, passagem obrigatória para o transporte de café para a capital, se consolidou como importante centro comercial e prestador de serviços.

A exploração do turismo nos últimos vinte anos vem causando alterações no uso do solo e especulação imobiliária no espaço urbano e alterações no mercado de trabalho no meio rural com oportunidades que favorecem a pluriatividade no campo (CARNEIRO, M. J.; ROCHA, B. N.,

2009). Atualmente outro elemento importante nesse processo de transformação é a consolidação do pólo produtor de moda íntima em Nova Friburgo e região, composto pelas cidades de Nova Friburgo, Bom Jardim, Cantagalo, Cordeiro e Duas Barras. Com cerca de 900 empresas, empregam mais de 20 mil pessoas com um faturamento estimado de R\$ 600 milhões ao ano (MATTOS, 2009).

Para além das relações econômicas, o município tem experimentado formas interessantes de participação como a criação da Agenda 21 Local e o Plano Diretor Participativo de Nova Friburgo. O Plano Diretor de Nova Friburgo foi considerado um dos dez melhores do Brasil e recebeu o prêmio “melhores práticas participativas” em 2007 (PMNF, 2012), e apesar de ter um caráter eminentemente urbanístico, ele não se restringe somente às áreas urbanas. Nesse sentido, relacionam-se conflitos ambientais entre o urbano e o rural. Já a Agenda 21 Local é um espaço de diálogo entre representantes de diversos setores da sociedade que se reúnem para acompanhar a construção da agenda 21, levantando potencialidades e problemas ligados à saúde ambiental, à degradação ambiental e à diminuição da pobreza no município.

A análise dos dados referentes ao município de Nova Friburgo permite afirmar acerca de sua importância, enquanto espaço produtivo de alimentos, fundamental para sustentar o abastecimento da grande população que mora na região metropolitana do Rio de Janeiro. Possibilita ainda identificar como o desenvolvimento deste município e de seu entorno está atrelado ao desenvolvimento e manifestações de necessidades associadas à capital Rio de Janeiro, referência cultural e segundo maior mercado consumidor do Brasil, a 136 quilômetros de distância.

## **CAPÍTULO II: DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE SOB OS AUSPÍCIOS DA PARTICIPAÇÃO.**

A pesquisa relaciona a compreensão sobre os conceitos de Desenvolvimento, Sustentabilidade e Participação no Programa Rio Rural afim de analisar o protagonismo dos agricultores envolvidos. Buscamos a seguir apresentar as linhas teóricas com as quais embasaremos a discussão sobre estes conceitos. Deixamos claro que nossa intenção não é estabelecer um conceito estanque, um conceito único e fechado, ao contrário, nossa intenção é fomentar a discussão para encontrar uma conexão entre desenvolvimento e sustentabilidade, que sob os auspícios da participação, busque estabelecer transparência e legitimidade ao processo de desenvolvimento rumo à sustentabilidade.

### **2.1 – Introdução**

As transformações no mundo nos últimos 40 anos são fundamentais para compreender o momento em que estamos. O processo de difusão de uma civilização baseada na acumulação como sentido à vida, deixa um legado de fragilidade dos laços (BAUMANN, 2004), onde predominam a efemeridade e os prazeres entrelaçados ao consumismo.

O universo do consumo constrói-se enquanto instância legitimadora da transnacionalização que se contrapõe cada vez mais a outras instâncias, tais como o Estado, a escola, a família. O mundo do consumo está em cada país, mas de maneira vinculada à “modernidade do mundo”. O consumo poderia ser definido como uma nova territorialidade transnacionalizada e simultaneamente diferenciada: universo do consumo e universo de estilos de vida. O eixo deste movimento de internacionalização financeira, industrial e comercial parece ser a tendência à transformação das relações sociais, dos produtos e dos valores em mercadorias, fomentando o domínio do mercado. (SIQUEIRA, D. E.; OSÓRIO, R. 2001:2).

A predominância de um Brasil urbano, com apenas cerca de 15.6% de sua população residindo em áreas rurais (IBGE, 2010:43), contrasta com nosso vasto território que permanece rural e apresenta forte potencial agrícola. Cabe aqui uma ressalva sobre o cálculo desta população urbana. Para Veiga (2003) o IBGE considera como sendo urbano toda sede de município, independentemente do tamanho do território ou quantidade de habitantes, e isso faz com que tenhamos segundo o Instituto mais de 80% da população brasileira considerada urbana.

O processo de modernização criou duas frentes concorrentes de modelo de desenvolvimento para o campo. Por um lado a agricultura de exportação, inserida em um modelo chamado Agronegócio, representado pelo latifúndio, as corporações de insumos e o mercado financeiro e, por outro uma agricultura de menor escala, fundamental para o abastecimento do mercado interno e representada por 84.4% do total de estabelecimentos rurais (IBGE, 2006). “O contingente de

agricultores familiares ocupa uma área de 80,25 milhões de hectares, que significa 24,3% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários. (...) A área média dos estabelecimentos familiares era de 18,37 hectares, e a dos não familiares, de 309,18 hectares (IBGE, 2009).” (GUEDES, C. A. M. e SILVA, R., 2011:3).

A modernização da agricultura, projeto que se impôs ao conjunto da sociedade, sob o argumento de que seria o portador do progresso para todos, teve como principal resultado a subordinação da agricultura à indústria, através da ação de setores industriais distintos, antes, durante e após o processo produtivo propriamente agrícola, constituindo-se o que se denomina um complexo agroindustrial. (WANDERLEY, M. N. B. 2009:70)

Essa modernização não foi completa em seus sentidos amplos. Representada por um grande avanço tecnológico e domínio de ecossistemas que antes não se inseriam no processo produtivo, manteve estruturas arcaicas de um rural fruto de nosso passado colonial e da escravidão, com toda forma de exploração, exprimindo sempre de forma periférica e dependente sua relação aos poderes do momento.

(...) a modernização da agricultura, ocorrida a partir dos anos 1960, reiterou o tradicional controle concentrado da terra, que permanece gerando uma grande capacidade de dominação política e de produção de diversas formas de exclusão social. (WANDERLEY, M. N. B. 2009:69).

Esse processo de modernização da agricultura não conseguiu estabelecer um modelo de desenvolvimento incluyente e sustentável. Ao contrário, o cenário do campo é a representação clara do nosso subdesenvolvimento e a perpetuação de um modelo baseado na exploração dos recursos naturais e exportação de commodities que caracterizam o Brasil desde sua colonização.

Os caminhos do desenvolvimento rumo a superação do subdesenvolvimento não são outros que não: a tensão, as disputas e a destruição de privilégios. Neste sentido, é preciso:

(...) estratégias de desenvolvimento que acionem/mobilizem a riqueza cultural presente na diversidade brasileira e legitimem renovado padrão civilizatório, que logre forjar novo patamar de homogeneidade social e se traduza em enriquecimento cultural, em apropriação dos avanços tecnológicos e na legitimação de estratégias que busquem romper com os impasses do subdesenvolvimento. (BRANDÃO, 2011:2).

A base material de formação do sistema capitalista é representada no complexo de instituições político-econômicas, que moldam as relações sociais e culturais da civilização industrial, e que vieram concentrando riqueza a partir da reprodução material da sociedade. O capitalismo é um sistema intrinsecamente disruptivo, assimétrico, produtor de desigualdades e de heterogeneidades, que não tende ao equilíbrio e na verdade acirra cada vez mais as hierarquias e hegemonias.

Para Braga e Mazzucchelli (1981:57, apud BRANDÃO 2008:8), o capital possui um “tríplice e simultâneo caráter”:



**1) Antagônico:** o capital se funda na apropriação de tempo de trabalho, se contrapõe de modo hostil ao trabalhador e o reproduz reiteradamente como trabalhador assalariado; **2) Progressivo:** seu objetivo a valorização máxima, implica no desenvolvimento máximo das forças produtivas e, portanto, na acumulação máxima: redundando no aprofundamento [e sofisticação reiterada] da divisão social do trabalho, **3) Contraditório,** porque o movimento expansivo tropeça com barreiras internas ao próprio capital. Este, em sua progressividade, torna cada vez mais redundante o trabalho vivo e ultrapassa, modo recorrente, suas possibilidades de realização como valor-capital. Isso significa que a aceleração da acumulação leva à crise, e esta, uma vez deflagrada, recria as condições para a retomada da acumulação, com o que a dinâmica do capital se explicita na sequência expansão-barreira-expansão...

Caracteriza-se portanto, como um sistema sempre levado às últimas consequências, e essa busca incessante pela valorização máxima está sempre em um processo de constante criar e recriar, onde as crises possuem um papel importante na dinâmica do capital (SCHUMPETER, 1984).

Os estudos do capitalismo até os anos 1970 estavam baseados em dois grandes debates, a Lógica da Acumulação e os Estudos de Classes ou facções de classe. Posteriormente, somou-se aos debates a discussão de construção social do espaço.

As leituras do movimento do **capital como uma revolução em processo**, que revolucionariza constantemente suas bases, se apresenta enquanto um indistinguível / distinguível, um ser cego, auto-expansivo, que homogeneiza relações [e heterogeneiza estruturas] e mercadeja tudo, mas, ao mesmo tempo, dispõe de renovados instrumentos (inovacionais, financeiros etc) para crescentemente ser sensível às diferenciações e heterogeneidades que lhe possa trazer vantagens distintas extraordinárias. (BRANDÃO, 2008:9).

Durante essa “revolução em processo”, foi propagada a imponência do mercado em resolver todas as demandas da sociedade. O Estado Nação perdeu sentido, e ficou com menor autonomia política sobre o câmbio (comparação entre riquezas dentro e fora), os juros (remuneração do capital) e os salários. A partir dos anos 1980 toda a atenção veio ao poder local e outras escalas foram esquecidas: “Pensar Global e agir Local”.

A natureza fluídica das relações capitalistas contemporâneas tem levado, do meu ponto de vista, alguns teóricos a exagerarem a sobredeterminação dos fatores intangíveis, imateriais, não-mercantis, desmedidamente enxergando um novo caráter de intangibilidade, incorporeidade, ao afirmarem que o sistema é cada vez mais etéreo e informacional. (BRANDÃO, 2007:3).

Com o avanço do sistema globalizado,

As mudanças tecnológicas e organizacionais e os imperativos da globalização, (...) têm imposto novos requisitos de fluidez, agilidade na rotação e na mobilidade, acionado e aperfeiçoado novos elementos de seletividade de diferenças espaciais, exigindo novos requisitos locacionais(...) (BRANDÃO, 2007:4).

Onde,

(...) quanto menos importantes as barreiras espaciais, tanto maior a sensibilidade do capital às variações do lugar dentro do espaço e tanto maior o incentivo para que os lugares se diferenciem de maneiras atrativas ao capital” (HARVEY, 1989:267).

O sistema capitalista é por natureza polimórfico e existe História, onde cada um segue um caminho não generalizável rumo ao desenvolvimento. Os múltiplos capitais, em dinâmicas bem diferentes, vivem disputas concorrenciais em cada detalhe, envolvendo: cultura, instituições, geografia, estruturas de poder, decisões de facções de classes sociais e etc.

## 2.2 – Desenvolvimento

“Nem capitalismo idênticos, nem “singularidades irreduzíveis””  
(MAZZUCHELLI, 1983:11)

Pensar o desenvolvimento como algo simples, como uma sequência a ser seguida ou como algo dado é reduzir as discussões e permitir o distanciamento do processo de compreensão sobre os rumos e caminhos possíveis. O processo de desenvolvimento capitalista é na verdade:

(...) intrinsecamente disruptivo, assimétrico e produtor de desigualdades e de heterogeneidades, não admitindo, portanto, qualquer referência ao *equilíbrio* (dos economistas da economia pura). Buscando o aprendizado com aqueles grandes mestres de que o processo capitalista, marcado pela tensão das forças de transformação estruturais (sociais, produtivas, territoriais etc), historicamente determinadas, não admite modelos teóricos fáceis ou importados. (...) (BRANDÃO, 2008:2).

Sendo assim, na busca para compreender o processo de desenvolvimento “é preciso abraçar as complexidades dos fenômenos”, entendendo o espaço como socialmente construído e este desenvolvimento como uma totalidade. Precisamos alargar o raio de manobra, criar mais oportunidades e, mais uma vez, pensar o complexo, tendo a justiça espacial (territorial) como palavra de ordem, ou seja:

É preciso mergulhar no concreto e no histórico para captar e apreender as manifestações concretas dos fenômenos inerentes ao processo de desenvolvimento capitalista em cada situação real, em determinado Espaço-Tempo específico. Apropriar-se da sua concreticidade. Saber distinguir o fenômeno imediato da essência imediata. Pensar a existência real *versus* as manifestações ou formas fenomênicas da realidade. (BRANDÃO, 2008:3).

A preocupação é com a articulação, é juntar as coisas que são difíceis de juntar, a articulação entre formas de pensar, de onde podem surgir novas formas.

Estratégias de desenvolvimento são ações disruptivas e inventivas, legitimadas coletivamente. Segundo Celso Furtado (1982:149) “a experiência tem demonstrado amplamente que o verdadeiro desenvolvimento é principalmente um processo de ativação e canalização de forças sociais, de avanço na capacidade associativa, de exercício da iniciativa e da inventiva. Portanto, se trata de um processo social e cultural, e só secundariamente econômico”. Produz-se o desenvolvimento com intencionalidade, pois “o desenvolvimento significa a gênese de formas sociais efetivamente novas”. (BRANDÃO, 2007:19).

Neste sentido fica complicado entender o processo de desenvolvimento na versão apropriada das ideias de Rostow pelos economistas ortodoxos, na qual seria “possível enquadrar

todas as sociedades, em suas dimensões econômicas, dentro de [uma das] cinco categorias (...)” (ROSTOW, 1959: 16, apud BRANDÃO, 2007:5), onde:

(...) há uma sucessão mais ou menos natural e esses fenômenos ocorrem sem qualquer tipo de superposição. (...) Nesta concepção, não há possibilidade de saltos de etapas predefinidas. Apenas se analisam a progressão gradual e o desenrolar de continuidades... “rumo ao” desenvolvimento almejado, com a possibilidade de repetição dos ciclos percorridos por outros países. No limite, há como que uma predestinação ao crescimento ilimitado por todas as entidades. *Não há hierarquias* nas relações internacionais ou inter-regionais. Não importa ver a *posição específica que ocupam* os espaços periféricos *no conjunto do sistema*. Portanto, não há espaço analítico para se pensar a posição periférica e complementar. Por exemplo, o subdesenvolvimento seria uma etapa ou fase... [... “ruim, mas que vai passar” ...] (BRANDÃO, 2007:5).

A ideia central da visão de Rostow era a de que toda e qualquer nação poderia alcançar níveis de desenvolvimento iguais aos países centrais, necessitando fazer muito bem feito o dever de casa e seguir uma “escadinha”, onde “seria bastante responder a algumas condicionalidades, cumprindo requisitos, superando bloqueios, gargalos e entraves, o que romperia a etapa de atraso, deflagrando um processo de expansão econômica contínua.” (BRANDÃO, 2008:5). Em outras palavras, essa visão de “inevitabilidade de estágios progressivos, em uma lógica e cadência regulares e gradativas, rumo ao desenvolvimento é uma concepção positivista e mecânica que impossibilita o tratamento do complexo processo de desenvolvimento.”. (BRANDÃO, 2008:6).

Em se tratando da periferia, entender o subdesenvolvimento como uma fase dentro deste processo de desenvolvimento limita a compreensão e dificulta a sua superação. Para Brandão (2007:6), o subdesenvolvimento é uma estrutura original e singular, não uma mera defasagem temporal, “Não existe algo como uma trajetória de **convergência** rumo a um tipo-ideal e superior de capitalismo. Existe **divergência** e pluralidade de trajetórias.”.

Este subdesenvolvimento é fruto de nosso passado colonial e da escravidão, com toda forma de exploração, exprimindo sempre de forma periférica e dependente sua relação com os poderes do momento.

(...) o subdesenvolvimento é uma malformação estrutural com grande capacidade de persistência, cumulatividade e reprodução. É uma situação de atraso (“quase” -) irreversível, no sentido que recorrentemente reforça suas estruturas tradicionais de dominação. **Subdesenvolvimento é face e não fase** do processo de desenvolvimento. (...) Assim, o processo de subdesenvolvimento tem pelo menos três características que não podem ser esquecidas: 1) É **persistente** (não passa - naturalmente - com o tempo); 2) Tem alta **cumulatividade** (tende a se agravar com o tempo); 3) tem alta **irreversibilidade**, se não for contraposto por forças de enfrentamento/intervenção poderosas. (BRANDÃO, 2007:9).

Para o autor a superação do subdesenvolvimento vem do enfrentamento das forças que perenizam esta condição, forças que travam o “acesso à elementos habilitadores de cidadania, à propriedade e aos direitos.” e consolidam uma:

(...) supremacia rentista-mercantil oligárquica imediatista na condução do poder de decisão e comando e na assunção da regulação da reprodução das massas dispersivas de capital que soldou um modo de reprodução de certo tipo de dominação interna, com desigualdades estruturadas, sistemáticas e autoreprodutíveis de poder. (BRANDÃO, 2007:21)

A insustentável lógica de desenvolvimento como crescimento econômico implica uma ausência na tomada de consciência das elites sobre os limites naturais. Embora o desenvolvimento como ecologicamente sustentável seja a esperança mais consensual, ela está muito ligada ao fenômeno industrial e por isso aceita o consenso e, ao mesmo tempo consegue deixar liberalismo e socialismo como faces ideológicas de uma mesma moeda.

O Desenvolvimento ocorre de maneira Global e a industrialização é tida como modernização. Apesar de global, esse desenvolvimento é diferente nas diversas regiões, ele cria um mundo unificado que ao mesmo tempo é um mundo dividido. Ricos e pobres, países subdesenvolvidos e países em desenvolvimento, etc.

Nessa mesma sociedade cheia de desigualdades produzir mais já não significa viver melhor, e as riquezas geradas pelo trabalho não são apropriadas pelo trabalhador. Na atual crise ambiental sempre se esbarra na tentativa via economia para justificar o problema, buscando-se alternativas que assegurem respectivamente crescimento econômico e a reprodução da biosfera.

Ignacy Sachs (2008:26) afirma que, o desenvolvimento como uma decorrência natural do crescimento econômico, onde uma sequência ou efeitos deste crescimento supririam as demandas por um desenvolvimento pleno – efeito cascata ou “trickle-down-effect” – “seria totalmente inaceitável em termos éticos, mesmo se funcionasse, o que não é o caso. Em um mundo de desigualdades abismais, é um absurdo pretender que os ricos devam ficar mais ricos ainda, para que os destituídos possam ser um pouco menos destituídos”. Esta teoria está inserida dentro de um modelo excludente de desenvolvimento, onde o mercado de trabalho é fortemente segmentado, marginalizando grande parte da população, a qual em sua busca diária pela sobrevivência, não consegue tempo livre e capital cultural, necessários segundo Bourdieu (1989) para a participação política.

Na civilização industrial o trabalho é um dever moral, uma obrigação social e um caminho natural para a realização pessoal. O processo de difusão dessa civilização está baseada na acumulação como sentido à vida, deixando um legado de efemeridade em que os laços e prazeres estão entrelaçados ao consumismo. A lógica da acumulação e a sua aceleração levam a crise do capital, que uma vez iniciada, recria condições para uma nova lógica de acumulação, assim o capital segue seu caráter progressivo.

Em contraponto ao modelo excludente, Sachs (2008:70) afirma que as estratégias dos países periféricos devam ser “includentes, sustentáveis e sustentadas, capazes de quebrar o ciclo

vicioso de subdesenvolvimento e pobreza, dentro de um esquema de economias mistas, devidamente regulamentadas por Estados desenvolvimentistas enxutos, limpos e democráticos”.

Por fim, o autor afirma que o Estado nacional cumpre um papel importante nesta transformação. O desenvolvimento ao nível local deve ser articulado com o desenvolvimento transnacional, onde as parcerias entre todos os envolvidos deva ser norteada pelos princípios da sustentabilidade em suas diversas dimensões (ecológica, econômica, espacial, social e cultural) na busca pela harmonia de metas sociais, ambientais e econômicas com suas cinco eficiências (de alocação, a ecoeficiência, de inovação, a social, e a keynesiana), e assim assegurar simultaneamente a sustentabilidade e o desenvolvimento.

### **2.2.1 – Território**

Os anos 1990 marcaram o retorno da discussão sobre território e, a reemergência da discussão sobre desenvolvimento e a dimensão territorial desse processo. Muitas vezes esses conceitos são trabalhados de maneira equivocada, considerando “(...) território como um dado ou um sítio fixado a priori e não como deveria ser: uma construção social conflituosa, isto é, uma produção coletiva, dinâmica, multidimensional, com trajetórias históricas em aberto.” (BRANDÃO, 2007:13).

Identificado como instrumento por variados sujeitos e atores sociais, “seus princípios teóricos passaram a informar práticas, intervenções e estratégias de ação pública, além de elaborações discursivas e referentes identitários” (BRANDÃO, 2008:11) sendo portanto um elemento em constante disputa.

Muitas vezes a concepção de território resvala, a partir do individualismo metodológico, em erro ou mesmo em direcionamento para um sistema que se beneficia de uma “concepção estática, positivista e utilitarista, [onde] seria necessário que o sujeito atomizado realizasse racionalmente uma escolha locacional ótima.” Isso descaracteriza qualquer forma de organização social quando “personifica-se, fetichiza-se e reifica-se o território, ao preconizar que o mesmo tenha poder de decisão, desde que dotado do adequado grau de densidade institucional e comunitária.” (BRANDÃO, 2008:12)

Neste sentido, “O território passa a ser visto como que o grande elemento repositório, condensador e, ao mesmo tempo, regulador autômato de relações, dotado da propriedade de sintetizar e encarnar projetos sociais e políticos.” (BRANDÃO, 2007:12). A análise do território tem uma imensa abrangência, tudo pode ser territorial, e isso acaba por banalizar seu estudo.

O território que deveria ser visto como ambiente politizado, em conflito e em construção, é posto como ente mercadejado e passivo, mero receptáculo. O que é fruto

de relações sociais aparece como relação entre objetos. Há uma coisificação e o território parece ter poder de decisão, transformado em sujeito coletivo. (BRANDÃO, 2007:12).

Neste contexto, o território deve ser entendido como uma produção social, analisada sob o olhar dos conflitos e lutas que estruturam um ambiente socialmente construído. O espaço não pode ser mais compreendido como “passivo, mero receptáculo e sem contexto institucional e moldura histórica.” (BRANDÃO, 2007:12)

Na compreensão de Brandão (2007:13), os espaços entendidos como meros receptáculos, é equivocada pois coisifica o que era fruto de relações sociais e, traveste de possibilidades uma concepção de território, capaz de vontades e endogenia, construindo uma noção onde o território se torna um “sujeito coletivo, difuso e neutro”, que “toma decisões, realiza opções, tem liberdade para construir, se tiver força de auto-ajuda, uma trajetória própria de desenvolvimento sustentável.”. Torna-se assim, “(...) um poderoso consenso, baseado nas relações de confiança mútua comunitária, que sustentaria, ao fim e ao cabo, o processo de avanço e progresso para todos.” (BRANDÃO, 2007:14).

Muitas formulações analíticas atuais sobre território estão exaltando em demasia (muitas vezes banalizando) as potencialidades e a capacidade endógena de uma única escala espacial (geralmente a menor) como inerentemente a melhor para a promoção do desenvolvimento. É certo que no âmbito local muitas ações importantes podem ser articuladas. Mas a escala local encontra uma série de limites que devem ser levados em conta (Brandão, 2003). (...) Esta concepção, em um ambiente sociopolítico fragmentador, reforça lógicas autonomistas que creem na força de seu potencial endógeno de enfrentamento das forças da globalização, bastando cumprir uma “agenda estratégica” territorial. (BRANDÃO, 2007:15).

Os trabalhos de Haesbaert (2004) propõem que o estudo sobre o conceito de território requer uma compreensão multidisciplinar, onde são trabalhados e conectados os estudos da Ciência Política (estudos sobre as relações de poder); a Geografia com a materialidade do território em suas diversas dimensões; a Economia que trabalha o território como fator locacional ou base produtiva; a Antropologia com a dimensão simbólica; a Sociologia com os estudos das relações sociais; e finalmente a Psicologia com os estudos entre território e a construção da subjetividade ou da identidade pessoal, tratando a escala do indivíduo.

Para o autor, para fins de análise – e apesar da complexidade da dinâmica territorial muitas vezes conjugar várias dimensões – é possível agrupar as várias concepções de território em quatro vertentes básicas: política, cultural, econômica, e natural.

A dimensão política – referindo-se às relações espaço-poder em geral – ou a dimensão jurídico-política – relacionada às relações espaço-poder institucionalizadas – é a mais difundida segundo Haesbaert (2004:40), onde o território é um espaço delimitado e controlado, através do

qual se exerce um determinado poder. Relaciona-se, não exclusivamente, ao poder político do Estado.

A dimensão cultural ou simbólico-cultural é mais subjetiva, prioriza a dimensão simbólica de território e, representa em relação ao seu espaço vivido, a apropriação/valorização simbólica de um grupo. Uma outra dimensão, a econômica, menos difundida segundo o autor, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, coloca o território como uma fonte de recursos, como apenas mais uma variável na alocação de recursos. Haesbaert (2004:40) cita ainda a incorporação do território no embate entre classes sociais e na relação capital – trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho.

Posteriormente acrescentada, a interpretação natural ou naturalista tem uma noção de território baseada nas relações entre sociedade e natureza, uma concepção mais antiga e pouco vinculada hoje nas Ciências Sociais, e que refere-se especialmente ao comportamento “natural” do homem em seu ambiente físico.

Haesbaert (2004:41), buscando organizar o raciocínio em outro patamar, “mais amplo”, opta por adotar a conceituação de território segundo o binômio materialismo-idealismo – uma visão hora “parcial”, com apenas uma das dimensões citadas anteriormente, hora sob uma visão “integradora”, envolvendo conjuntamente todas as dimensões – e o binômio espaço-tempo – com seu caráter mais absoluto ou relacional.

José Reis (2005:52,70,56 e 60) complementa essa questão complexa dos estudos sobre território afirmando que “não há interpelação sobre o território desligada de uma interpelação sobre a forma como funcionam, de um ponto de vista socioeconômico, os sistemas e as dinâmicas coletivas.”, no qual “o território é um objeto que deve ser interpretado como lugar de relações de poder” e onde uma visão territorial implica no “(...) conhecimento das interações, da genealogia e da evolução, da incerteza e do inesperado”. Em suma, “os territórios são construções: construções sociais (em que intervêm várias escalas relacionais e em que a referida relação entre fluxos e “fixações” se exprime), construções discursivas e construções materiais.”.

Ainda segundo Haesbaert (1997:42):

O território envolve sempre, ao mesmo tempo (...), uma dimensão simbólica, cultural, por meio de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de controle simbólico sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar: A apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos.

Identidade e território retomam importância para a compreensão social. Enquanto que Território se refere ao concreto, às manifestações das relações de poder político e poder simbólico, a identidade é “(...) um produto social, da territorialização e se constitui no patrimônio territorial de

cada lugar, econômica, política, cultural e ambientalmente.” que é “(...) reconstruída histórica e coletivamente, e se territorializa, especialmente, através de ações políticas (de gestão) e culturais” (SAQUET, 2010:148 e 149).

A territorialidade é entendida na forma como o indivíduo, ou um grupo de indivíduos manifestam o poder e/ou domínio sobre um dado território. É a expressão da identidade deste grupo ou indivíduo que influencia essa apropriação do espaço, “a identidade, na vida, é multidimensional e, ambos os processos, de ser e não ser, constituem-se e estão presentes na própria territorialização, nas próprias territorialidades.”. “Os homens, através de seus gestos, necessidades e aprendizagens produzem e renovam territorialidades, identidades.” (SAQUET, 2010:155 e 149).

Para alguns a desterritorialização é compreendida como o fim de um território, contudo é importante reiterar que os processos de desterritorialização estão conectados com o processo de reterritorialização, portanto não se trata do fim de um território, mas sim de um processo constante de mudanças provocadas pela materialização da manifestação social do viver, uma espécie de processo de des-re-territorialização.

Para Milton Santos (2005:136):

É o uso do território, e não do território em si mesmo, que faz dele o objeto da análise social. O que ele tem de permanente é nosso quadro de vida. Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco de alienação, o risco da perda do sentido de existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro.

### **2.3 – Participação**

As formas de participação somam-se à proposta de uma ecologia de saberes, onde a soma das diferenças produz mais do que o simples atrito entre as mesmas e também abre a possibilidade ao novo, às novas interações entre o conhecimento científico e o conhecimento tradicional, um respeito à diversidade e um fortalecimento dos papéis. Em um esforço por renovar a teoria crítica e aprofundar a luta política progressiva, Boaventura de Souza Santos fez uma série de palestras nas quais coloca a emancipação social como questão central de sua argumentação.

A proposta geral é então substituir as monoculturas pelas ecologias. Dentre as ecologias que propõe o autor, a ecologia dos saberes é fundamental para o trabalho relacionando o protagonismo e a participação dos agricultores no desenvolvimento.

Não se trata de "descredibilizar" as ciências nem de um fundamentalismo essencialista "anti-ciência"; como cientistas sociais, não podemos fazer isso. O que vamos tentar fazer é um uso contra hegemônico da ciência hegemônica. Ou seja, a possibilidade de que a ciência entre não como monocultura, mas como parte de uma ecologia mais ampla de saberes, em que o saber científico possa dialogar com o saber laico, com o saber popular, com o saber dos indígenas, com o saber das populações urbanas marginais, com o saber camponês. Isso não significa que tudo vale o mesmo. (...) o importante não é ver como o conhecimento representa o real, mas conhecer o que



determinado conhecimento produz na realidade; a intervenção no real. (SANTOS, B. S. 2007:32 e 33).

Ao partir da premissa de “que temos problemas modernos para os quais não temos soluções modernas. E isso dá ao nosso tempo o caráter de transição: temos de fazer um esforço muito insistente pela reinvenção da emancipação social.” Santos, B. S. (2007:19), afirma que as ciências sociais hegemônicas não produziram nada de novo, e que o “primeiro problema para quem vive no Sul é que as teorias estão fora de lugar: não se ajustam realmente a nossas realidades sociais.”, afinal, constituídas pela modernidade ocidental originária de alguns países do Norte.

Neste sentido, o autor coloca que “(...) a compreensão do mundo é muito mais ampla que a compreensão ocidental do mundo.” (SANTOS, B. S. 2007:22), e portanto precisamos superar essa hegemonia e propor, não um conhecimento novo, mas sim um outro modo de produzir conhecimento. “Não necessitamos de alternativas, necessitamos é de um pensamento alternativo às alternativas.”. Trata-se portanto de gerar conhecimentos que superem a negativa que a ciência moderna e o conhecimento científico têm sobre outras formas de conhecimento. Em sociedades muito injustas, a questão está em como sermos “objetivos mas não neutros; como devemos distinguir objetividade de neutralidade.” (SANTOS, B. S. 2007:24).

O conhecimento ocidental baseia-se em uma “simetria dicotômica, que esconde sempre uma hierarquia. Vivemos em um conhecimento preguiçoso, que é, por natureza, um conhecimento dicotômico: homem/mulher, norte/sul, cultura/natureza, branco/negro.” (SANTOS, B. S. 2007:27), uma racionalidade que se baseia na transformação do real, não na sua compreensão real. Fruto disso é a monocultura do saber e do rigor, onde o conhecimento científico é o único representante legítimo deste rigor na ciência ocidental.

Ao constituir-se como monocultura (como a soja), destrói outros conhecimentos, produz o que chamo "epistemicídio": a morte de conhecimentos alternativos. Reduz realidade porque "descredibiliza" não somente os conhecimentos alternativos mas também os povos, os grupos sociais cujas práticas são construídas nesses conhecimentos alternativos. (SANTOS, B. S. 2007:29)

Outra característica do conhecimento ocidental é sua incapacidade de pensar diferenças com igualdade. As diferenças são sempre desiguais, e ao inferiorizar o diferente, desqualifica as alternativas ao hegemônico. Isso reflete em que “a realidade particular e local não tem dignidade como alternativa crível a uma realidade global, universal. O global e universal é hegemônico; o particular e local não conta, é invisível, descartável, desprezível.” (SANTOS, B. S. 2007:31). Precisamos portanto “(...) fazer que o que está ausente esteja presente, que as experiências que já existem mas são invisíveis e não-críveis estejam disponíveis; ou seja, transformar os objetos ausentes em objetos presentes.” (SANTOS, B. S. 2007:32).

Segundo Habermas (2003:99):

A sociedade civil compõe-se de movimentos, organizações e associações, os quais captam os ecos dos problemas sociais que ressoam nas esferas privadas, condensamos e os transmitimos, a seguir, para a esfera pública política. O núcleo da sociedade civil forma uma espécie de associação que institucionaliza os discursos capazes de solucionar problemas, transformando-os em questões de interesse geral no quadro de esferas públicas.

Nesse sentido o autor propõe ainda outra forma de democracia, a democracia deliberativa. A proposta Habermasiana é uma tentativa aprimorada da democracia participativa, afinal, pautada na legitimidade das decisões políticas pela discussão orientada pela inclusão, igualdade participativa, autonomia e do bem comum, busca na tomada consciente de decisões o sucesso do viver.

A democracia é em si um estado de participação, onde esta “(...) facilita o crescimento da consciência crítica da população, fortalece seu poder de reivindicação e a prepara para adquirir mais poder na sociedade” (BORDENAVE, 1994:12). O interesse pela participação tem se generalizado no Brasil e no mundo como um todo. Essa vontade de participação reflete um descontentamento geral quanto a marginalização do povo nos assuntos que interessam a todos mas são decididos por poucos.

Concebida como acesso universal, essa participação como produtora e gestora permite compreender os limites da democracia liberal, a qual representativamente, responde sem uma participação social equitativa as questões que impõem limites à sociedade, ou seja, por não administrarem os meios de produção material e cultural, os representados não têm influência macrossocial (BORDENAVE, 1994).

Sobre as questões mais graves e complexas da sociedade, uma participação popular e descentralizada das decisões mostra-se como uma opção coerente para se resolver os mesmos. A participação é inerente ao ser social que é o Homem. “Tudo indica que o homem só desenvolverá seu potencial pleno numa sociedade que permita e facilite a participação de todos. O futuro ideal do homem só se dará numa sociedade participativa.” (BORDENAVE, 1994:17).

Em uma sociedade marcada pela presença de alguns mais iguais entre iguais e uma estratificação socioeconômica como a brasileira, “a participação será sempre uma luta a ser travada para vencer a resistência dos detentores de privilégios” (BORDENAVE, 1994:42). Isso se faz presente mesmo em programas onde o planejamento participativo seja uma premissa básica. Neste sentido o discurso sobre participação pode refletir uma participação concedida e necessária à continuidade da dominação.

“O homem é um ser essencialmente institucionalizado, isto é, seu comportamento é fortemente influenciado pela família, educação, religião, economia, segurança e instituições sociais que têm seus próprios dogmas.” (BORDENAVE, 1994:48). Nas palavras do mesmo autor, a participação é um processo de fazer-se co-responsável pelas escolhas, sejam elas rumo ao sucesso

ou ao fracasso, onde é um erro acreditar que a participação seja pacífica e proponha uma ausência de conflitos. Na verdade mais importante que os conflitos, a participação traz a possibilidade de dar respostas de uma maneira mais evoluída e civilizada aos mesmos.

A participação não é um conteúdo que se possa transmitir, mas uma mentalidade e um comportamento com ela coerente. (...) é uma vivência coletiva e não individual, de modo que somente se pode aprender na práxis grupal. Parece que só se aprende a participar participando. (BORDENAVE, 1994:74).

## 2.4 – Sustentabilidade

“A melhor maneira de proteger e conservar a natureza é conciliá-la com a realização de objetivos sociais legítimos numa atitude antropocêntrica assumida e responsável.”  
(SACHS, 2008).

Para Veiga, J. E. (2004, p.18):

Qualquer tipo de história sobre o século XX – seja política, social ou cultural – inevitavelmente registrará que em suas últimas décadas houve uma forte desilusão com as consequências do progresso material e a recíproca tendência a um interesse cada vez maior pela possibilidade da conservação e proteção da natureza.

Robbins (2004, apud LASCHEFSKI 2006) afirma que os conflitos ambientais refletem a luta de classes, gênero e raça, e a degradação do meio-ambiente deve ser compreendida em um contexto político e econômico mais amplo, levando em conta a participação dos atores envolvidos. Para Acselrad (2004), “esses conflitos são disputas envolvendo práticas de apropriação, uso e significação do meio ambiente por distintos grupos sociais”.

Fernández (1995) traz um conceito mais amplo e passível de assimilação e confluência: “a sustentabilidade não é um conceito único. Pelo momento, podemos entender a sustentabilidade como permanência, sem indicar o que deve permanecer ao longo do tempo.”, onde um aproveitamento sustentável dos recursos nos conduz a uma análise das condições ecológicas, tecnológicas, econômicas, culturais e políticas que façam factíveis um aproveitamento e transformação dos recursos naturais orientado a otimizar o potencial produtivo dos ecossistemas. (LEFF, E., 1986).

Alier (2007) trata do enfrentamento entre economia e ecologia, ressaltando que os discursos de desenvolvimento sustentável, ecoeficiência ou modernização ecológica, são incapazes de conseguir resolver o impasse deste enfrentamento. Percebe-se o fato de que a economia em sua busca incessante por crescimento, segue consumindo quantidades de energia em uma escala crescente, avançando sobre novas fontes territoriais.

Neste contexto surge a corrente do “Ecologismo dos pobres”, que trabalha com conceitos interdisciplinares, e tem na Agroecologia, na Etnoecologia e na Ecologia Política suas principais

referências. O crescimento desta corrente decorre principalmente pelos inevitáveis conflitos ecológico-distributivo, fruto da continuidade de um crescimento econômico com desigualdades.

Alier (2007:111) afirma que:

O que torna os humanos excepcionais, na comparação com outros animais, não é somente nossa fala, nosso riso e nossa evolução cultural, mas antes, como Lotka formulou há noventa anos, nosso potencial para desenvolver enormes e crescentes *diferenças* na utilização da energia e da matéria.

O livro “O mito da Natureza intocada” traz a discussão diretamente para a relação entre Homem e Natureza. Segundo Diegues (2001), nos anos 1960 surgiu um novo ecologismo com ativistas críticos da sociedade tecnológica-industrial, cerceadora de liberdades individuais; homogeneizadora de culturas e; destruidora da natureza. Para Diegues (2001:43), “Essa dicotomia homem-natureza e o enfoque antropocêntrico ter-se-iam agravado com o surgimento da ciência moderna, em que o mundo natural se torna objeto do conhecimento empírico-racional.”.

Neste sentido, Vandana Shiva (2003) escreve que “A diversidade é característica da natureza e a base da estabilidade ecológica. Ecossistemas diversificados fazem surgir formas de vida e culturas diversificadas. (...) A diversidade cultural e a diversidade biológica andam de mãos dadas.”. Portanto, reduzir a diversidade de pensamentos estaria reduzindo de certa forma a diversidade cultural.

A autora coloca que as culturas e ecossistemas diversos e únicos foram criados a partir dessa diversidade ecológica e cultural, bem como das histórias civilizatórias e naturais distintas de nosso planeta. É necessário tanto diversidade cultural como biodiversidade para sair do que Shiva (2003) denomina como monocultura da mente. Para a autora, o problema está na civilização industrial que impõe a monocultura do Norte do hemisfério para o Sul.

Segundo Altivater (2006:329), “Marx entendia a prática humana como parte de um metabolismo homem-natureza. Os seres humanos têm de satisfazer suas necessidades e o fazem de maneira social, de forma tal que as necessidades de uns são satisfeitas pelo trabalho de outros(...)”, seguindo o raciocínio de Marx, Altivater (2006:330) afirma que “(...)a propriedade privada converteu os homens em indivíduos tão estúpidos e enviesados, que apenas veem o objeto como “seu” quando o possuem, quando existe para eles como capital.”.

O surgimento do ecologismo é a expressão de uma luta pela sustentabilidade e os diversos autores citados corroboram com a ideia de que o ser humano em sua plenitude tem potencial para superar a crise ambiental, fruto da crise da civilização industrial.

## 2.5 – Considerações Finais

Para Celso Furtado (1992), desenvolvimento é mais do que transformação, é invenção pois tem intencionalidade, e é mera manifestação de possibilidade. Desenvolvimento vem da capacidade criativa do ser humano na descoberta dele mesmo, buscando enriquecer o seu universo de valores, onde a acumulação vem da e para a coletividade. Adicionando com essa criatividade, além de meios e ferramentas técnicas, patrimônio existencial.

O momento do Brasil é muito interessante pois nunca foi tão claro o papel do país no contexto internacional. Encarado como grande produtor de energia, “alimentos” e recursos minerais, ou seja grande exportador de commodities, “No caso dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), o Brasil é o único grande exportador líquido de produtos agropecuários” (GUEDES, C. A. M. e SILVA, R., 2013).

Com exceções conhecidas, o perfil das exportações brasileiras (e no caso argentino ainda mais), padece de uma fragilidade marcada pela presença majoritária de *commodities* (não somente agropecuários, mas também minerais e industriais), de baixo conteúdo tecnológico, sem marcas ou diferenciação de produtos, onde o valor tem origem na matéria prima, na energia e/ou na mão de obra barata. Ademais, derivam daí grande parte dos problemas socioambientais que tem desafiado crescentemente a efetividade das políticas públicas na gestão do território (...) (GUEDES, C. A. M. e SILVA, R., 2013: 160)

Cabe ao país sair desses ciclos viciosos aos quais sempre se impôs (falta de uma elite com um projeto de Brasil) ou foi imposto (Interesse internacional), e conseguir ao mesmo tempo que o desenvolvimento seja incluyente e sustentável, alcançando assim saúde, renda e patrimônio existencial ao seu povo.

(...) o estilo de vida criado pelo capitalismo industrial sempre será o privilégio de uma minoria. O custo em termos de depredação do mundo físico, desse estilo de vida é de tal forma elevado que toda tentativa de generalizá-lo levaria inexoravelmente ao colapso de toda uma civilização, pondo em risco as possibilidades de sobrevivência da espécie humana” (...) A ideia de desenvolvimento apenas tem sido de utilidade para mobilizar os povos da periferia e leva-los a aceitar enormes sacrifícios, para legitimar a destruição de formas culturais ‘arcaicas’, para ‘explicar’ e fazer ‘compreender a necessidade’ de destruir o meio físico, para justificar formas de dependência que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo (FURTADO, 1974:75).

O Brasil é campeão no uso de agrotóxicos: em 2008 o consumo foi de 674 milhões litros, o que correspondeu a uma exposição de 3,9 litros/habitante e em 2010 foi de 828 milhões de litros e exposição de 4,3 Litros/hab. (SINDAG 2011, ANVISA 2012). O uso de agrotóxico é parte de um modelo caracterizado como agronegócio, que baseado no uso da monocultura, concentração de terras e exploração do trabalho, vem desde os anos 1970 sendo a cultura hegemônica. Esse movimento violentou a agricultura tradicional e familiar, levando a uma ruptura cultural violenta.

Essa ruptura cultural produziu o que SHIVA (2003) caracteriza muito bem como a monocultura da mente. Grandes corporações, associadas aos latifundiários apoiados na simplificação das relações de produção, tem diminuído a diversidade não só de cultivos, mas também de culturas. O agricultor, anteriormente importante sujeito na obtenção de alimentos a partir dos recursos da natureza, foi transformado em um ator passivo, no qual a simplificação do sistema produtivo produziu, em contraste com a produtividade alcançada com a adoção de novas tecnologias, uma perda no sentido criador de alternativas.

As ideias de Celso Furtado são de grande valia nesta busca por caminhos e alternativas rumo ao desenvolvimento e que acabe “fazendo aflorar nossas energias contidas”, para desmontar vigorosamente nossas máquinas e estruturas de reprodução de desigualdades sociais e regionais”. Sua percepção sobre as possibilidades de fazer do Brasil um país desenvolvido em totalidade, nos impele a pensar sobre se “continuaremos a contribuir para o enriquecimento do patrimônio comum da humanidade ou seremos relegados ao papel passivo de simples consumidores de bens culturais adquiridos nos mercados. Ter ou não ter acesso à criatividade, eis a questão” (Furtado, 1999:53; apud BRANDÃO 2011:8). Seus trabalhos estão sempre envolvidos em explicitar que talvez, nas palavras de Tânia Bacelar, nosso futuro seja a nossa diversidade.

Assim, como defende David Harvey (2000:278), todos “podem fazer opções ativas e, por meio de seu comportamento, alterar as condições físicas e sociais com que seus descendentes terão de lidar. Elas também modificam seu comportamento como reação a modificações de condições que geram possibilidades diferentes para a mudança evolutiva”. (BRANDÃO 2007:23).

## **CAPÍTULO III: O PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL EM MICROBACIAS HIDROGRÁFICAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RIO RURAL.**

### **3.1 – Introdução**

O Brasil não aproveitou o contexto histórico e a formação do Estado brasileiro para fazer uma reforma agrária. Diferentemente de Japão, Coréia do Sul e mesmo os Estados Unidos, que são países referências quanto ao estudo histórico sobre a reforma agrária, o Brasil está no grupo de países que não fizeram a reforma agrária. Esse fato se deve muito à estrutura social da época e ainda presente na sociedade brasileira moderna, uma sociedade dominada pela Casa Grande. O Brasil foi o último país a abolir a escravidão, fato que ocorreu sob grande pressão externa, mas que realizado de forma vil, impediu que esses libertos da escravidão adquirissem terras para a manutenção de suas vidas. Esse processo foi promulgado pela lei de terras de 1850, pela qual a terra só pode ser adquirida pela compra, tornando-se, portanto, uma mercadoria.

O país viveu diversos ciclos econômicos sempre pautados em itens primários, onde a exploração sempre foi a lógica presente. Essa lógica impediu o surgimento de uma relação diferenciada com os processos naturais ou mesmo de um modelo autônomo de desenvolvimento. O campo sempre foi o espaço da exploração de recursos naturais e da mão de obra. A industrialização fez aumentar a dependência do rural ao urbano, aumentando a exploração sobre a produção de alimentos e a oferta de mão de obra com o êxodo de regiões rurais que sofreram com a modernização do campo, seja com a monocultura e mecanização da produção, seja com a pressão e formação de novos latifúndios, seja pela opção por um projeto político de campo sem camponeses.

A evolução deste processo eleva-se para além da porteira e se insere na disputa política pela orientação do modelo de desenvolvimento para o país. É uma disputa entre um modelo inserido de forma dependente no mercado mundial de venda de commodities, e um modelo que busca diminuir a dependência de uma matriz energética fundamentada no uso de recursos naturais não renováveis e na concentração de terras, na exploração da mão de obra e na utilização de agrotóxicos.

Partindo-se da premissa de promover melhorias no rural fluminense, o Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas – Rio Rural está no escopo das políticas públicas do Estado do Rio de Janeiro e se insere na discussão sobre que foco ou modelo de desenvolvimento se vai buscar para alcançar a sustentabilidade. Essas melhorias estão associadas ao protagonismo dos agricultores no transcorrer do projeto e ao utilizar a metodologia de microbacias hidrográficas, fundamenta a participação de atores e sujeitos das comunidades envolvidas no Programa RIO RURAL.

### 3.2 – O Programa RIO RURAL

O Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas – RIO RURAL faz parte das políticas públicas do Governo do Estado do Rio de Janeiro para o meio rural e é executado pela Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária do Rio de Janeiro (SEAPEC), por intermédio da Superintendência de Desenvolvimento Sustentável (SDS), com recursos do Banco Mundial / BIRD e do Governo do Estado (RIO RURAL BIRD, 2009).

A metodologia empregada é uma forma de envolver atores/sujeitos/agentes em todo o processo de planejamento do programa, inovando no sentido de reconhecer a metodologia da microbacia hidrográfica enquanto projeto ambiental.

A metodologia de microbacias hidrográficas já vem sendo implantada desde 1980 por governos estaduais do Sul e Sudeste do Brasil, destaque para Paraná e Santa Catarina, com apoio financeiro do Banco Mundial e da FAO. O Programa Rio Rural utiliza a microbacia hidrográfica como:

(...) a unidade territorial mínima capaz de integrar variáveis sociais, econômicas e ambientais comuns, facilitando a articulação e execução de intervenções necessárias ao desenvolvimento local, permitindo uma visão sistêmica, integrada e de maior horizontalidade na gestão das políticas de desenvolvimento, em lugar de abordagens verticais e setoriais. (RIO RURAL BIRD, 2009:11).

Portanto é a unidade condutora estratégica para o planejamento, implementação e monitoramento das atividades. Uma busca de tornar, a partir da microbacia, os avanços em proteção social, geração de renda e uma produção socioambiental mais adequados às comunidades rurais.

Em 2006 foi assinado um acordo com o Banco Mundial para a criação do projeto RIO RURAL – GEF. Pensando nos problemas historicamente enfrentados pelos agricultores e aos desafios em atender novos padrões de consumo mais exigentes com a discussão de sustentabilidade, um dos objetivos do projeto RIO RURAL – GEF foi “contribuir para a diminuição das ameaças à biodiversidade, o aumento dos estoques de carbono na paisagem agrícola e a inversão do processo de degradação das terras em ecossistemas críticos e únicos de importância global da Mata Atlântica do Norte-Noroeste Fluminense” (RIO RURAL BIRD, 2009:11).

Finalizado em 2010, esta ação abrangeu 50 microbacias hidrográficas de 24 municípios onde foram trabalhados os conceitos de desenvolvimento e sustentabilidade nas comunidades rurais, aliando a conservação do meio ambiente à atividade produtiva dos agricultores. Para alcançar este objetivo o programa teve como princípio e inovações a noção de microbacia como um projeto ambiental, buscando sempre o engajamento das comunidades na conservação da biodiversidade. Aliados às diversas políticas públicas existentes e da integração dos Planos Executivos de Microbacias (PEMs) aos Planos de Bacia, o programa criou uma teia de ações que subsidia o



protagonismo das comunidades nas suas ações, com o fomento a grupos de autogestão, para a autogestão sustentável dos recursos naturais e aos planos de negócios sustentáveis.

O projeto Rio Rural – GEF investiu US\$14 milhões neste período (2006-2010) e os principais resultados desta ação foram a consolidação de 48 Comitês Gestores de Microbacias (COGEM); a influência sobre o uso de 17.220 ha junto aos agricultores; educação, treinamento e conscientização de 5.760 beneficiários diretos e a conservação de 1.241 ha de área total de matas ciliares e outras florestas nativas reabilitadas no que se refere a conservação da biodiversidade e estabilização hidrológica (RIO RURAL, 2009).

Em 2009, próximo ao fim do projeto RIO RURAL – GEF, e com o “acúmulo de práticas e conhecimentos sobre produção sustentável e conservação de ecossistemas, engajamento, controle e participação social, comprometimento para as gerações futuras, governança, integração interinstitucional e aprimoramento das políticas públicas” (RIO RURAL, 2009:11), o Governo do Estado apresentou uma proposta de continuidade ao Banco Internacional para Recuperação e Desenvolvimento (BIRD), a fim de ampliar a abrangência do Programa RIO RURAL e promover o desenvolvimento com sustentabilidade da população rural fluminense.

A proposta foi aceita ainda em 2009 pelo BIRD e seguindo os objetivos e as estratégias utilizadas pelo projeto RIO RURAL – GEF, foi denominada de RIO RURAL – BIRD. Com duração prevista de seis anos e uma maior abrangência, complementa-se o projeto com a adesão de estratégias de “desenvolvimento territorial e promoção de cadeias produtivas sustentáveis, como forma de aumentar o empoderamento das comunidades e atores locais, melhorar a competitividade da agricultura familiar e aprimorar a implementação de políticas públicas multissetoriais para o desenvolvimento rural sustentável - DRS” (RIO RURAL BIRD, 2009:11).

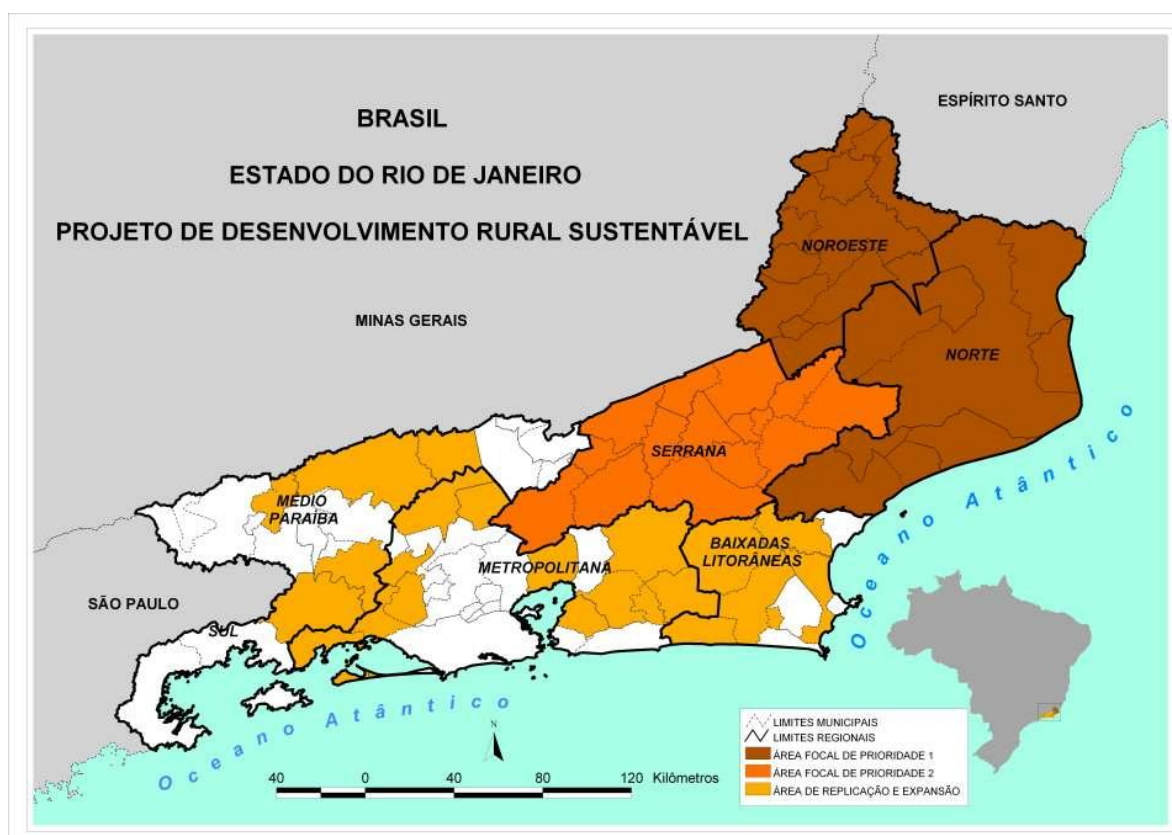
O Programa RIO RURAL incentiva a ampla adesão e o comprometimento de atores e sujeitos interessados na adoção de conceitos e práticas que, ao conservarem a biodiversidade, consigam ao mesmo tempo a redução da degradação das terras e a redução da pobreza rural. A integração das diversas políticas públicas sob o arcabouço do Desenvolvimento Rural Sustentável compõe a estratégia do programa que, ao facilitar o empoderamento local fomentando a organização e participação social, promove o acesso à estas políticas e reflete na melhoria da qualidade de vida dos agricultores.

Essa melhoria da qualidade de vida vem do incremento da renda dos agricultores fruto “da adoção de novos modelos de produção e diversificação das atividades econômicas aliando maior produtividade e qualidade dos produtos, melhor inserção em arranjos produtivos locais e conservação ambiental” (RIO RURAL BIRD, 2009:12). O programa ainda objetiva estabelecer

mecanismos de financiamento que possam manter as ações “socioambientalmente adequadas” após o fim do projeto.

### 3.3 – Estrutura e Organização do Programa RIO RURAL

O projeto RIO RURAL – BIRD abrange 270 microbacias de 59 municípios, o que representa 64% do número de municípios do Estado do Rio de Janeiro e a sua atuação está dividida em três áreas: área focal de prioridade 1 – Regiões Norte e Noroeste Fluminense; área focal de prioridade 2 – Expansão para a Região Serrana e; área de replicabilidade: Região Metropolitana – Litorânea e Região Sul-Médio Paraíba (Figura 7).



**Figura 7** Focalização e área de abrangência do Projeto RIO RURAL BIRD (adaptado Manual operacional do Programa Rio Rural – BIRD, 2009).

A atuação do projeto se referênciava pela produção de alimentos, concentração da agricultura familiar, pobreza rural e degradação ambiental dos espaços de área focal e possíveis espaços de replicabilidade, “visando fortalecer as economias locais e ao mesmo tempo promover a equidade social e a sustentabilidade ambiental” (RIO RURAL BIRD, 2009:12).

As 270 microbacias estão divididas nas três áreas (focais 1 e 2 e de replicação e expansão). A Região Norte e Noroeste-Fluminense tem 172 microbacias prioritárias nos mesmos 22

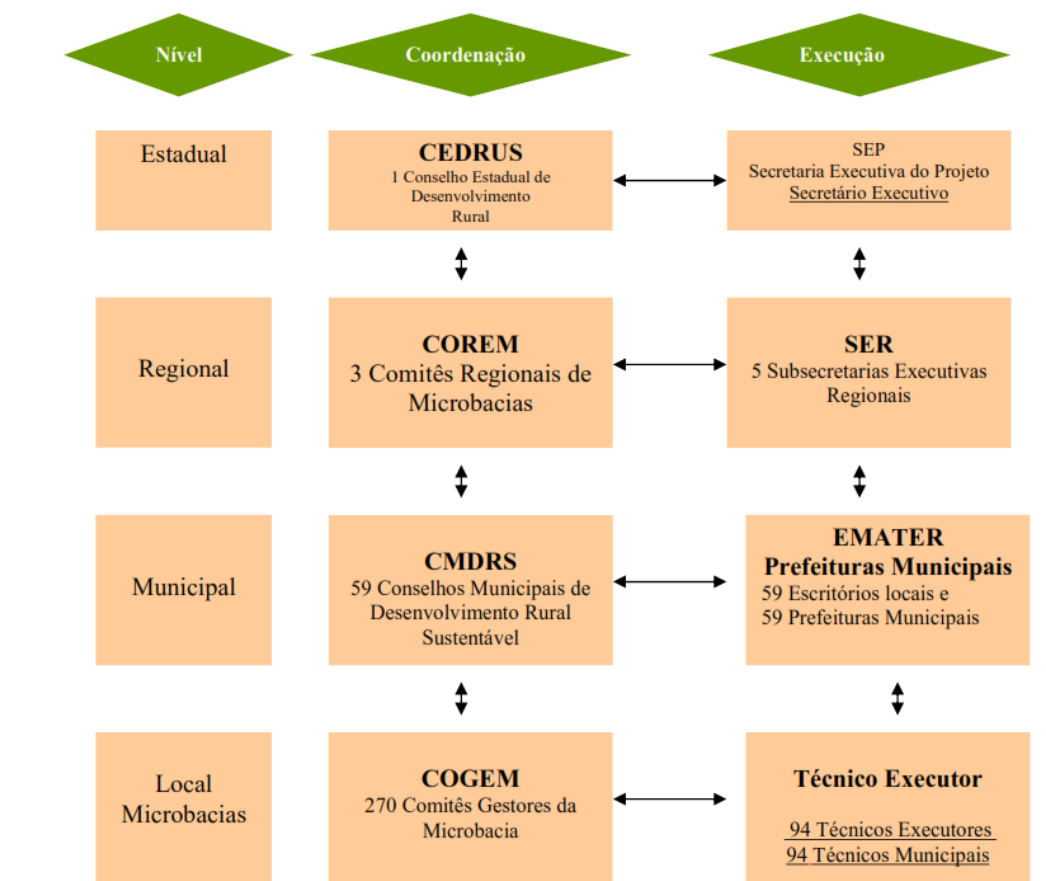
municípios trabalhados pelo RIO RURAL – GEF (Campos dos Goytacazes, Carapebus, Cardoso Moreira, Conceição de Macabu, Macaé, Quissamã, São Fidélis, São Francisco do Itabapoana e São João da Barra, Aperibé, Bom Jesus do Itabapoana, Cambuci, Italva, Itaocara, Itaperuna, Laje do Muriaé, Miracema, Natividade, Porciúncula, Santo Antônio de Pádua, São José de Ubá e Varre-Sai). Na Região Serrana o projeto abrange em média quatro microbacias em cada um de seus 14 municípios, totalizando 52 microbacias envolvidas. O programa ainda elegeu a prioridade de 46 microbacias na área de replicabilidade, ou seja, municípios fora do eixo das áreas de foco, mas onde a agricultura familiar exerce um peso significativo na economia local e regional, e que poderão ter até duas microbacias por município.

A priorização dos municípios no projeto de financiamento baseou-se na busca pela redução da pobreza e melhoria das condições de vida no meio rural, com apoio à produção da agricultura familiar sustentável e a inversão dos processos de degradação ambiental, em uma expansão ampla e abrangente das estratégias de manejo sustentável dos recursos naturais (MSRN) oriundos do RIO RURAL – GEF. A seguir apresenta-se a relação de índices aplicados pelo RIO RURAL – BIRD a fim de gerar uma lista prioritária entre todos os municípios fluminenses:

- N° de agricultores familiares
- N° de Agricultores familiares de baixa renda
- IDH municipal
- Concentração de população rural (%)
- Participação do setor agropecuário na composição do PIB municipal (%)
- Índices de IQM.

A projeção de público beneficiado com o projeto RIO RURAL – BIRD é de aproximadamente 37 mil famílias rurais, das quais 83% estão nas áreas focais 1 e 2, e os 17% restantes nos municípios da área de replicabilidade. Com o objetivo de melhorar a qualidade de vida da sociedade em geral, o Programa RIO RURAL promove o desenvolvimento sustentável da agropecuária fluminense, “utilizando a metodologia de microbacia hidrográfica a fim de identificar e apoiar iniciativas e arranjos locais que possibilitem a construção de um processo evolutivo e contínuo de geração de renda, respeitabilidade ambiental e equidade social(...)” (RIO RURAL BIRD, 2009:15). O projeto RIO RURAL – BIRD apoia atividades que elevem a produtividade e a competitividade da agricultura familiar a fim de conseguir com o aumento de renda a conservação de espaços antes utilizados para a produção.

O projeto está dividido em quatro níveis de ação: Estadual, Regional, Municipal e Local (Tabela 2). Esta divisão visa coordenar o projeto de forma a não problematizar a operacionalização das atividades entre as diferentes escalas e assim conseguir elementos de mediação dos conflitos surgidos entre estas diferentes escalas.



**Tabela 2** Esquema da organização do Projeto RIO RURAL – BIRD (adaptado Manual Operacional RIO RURAL – BIRD, 2009).

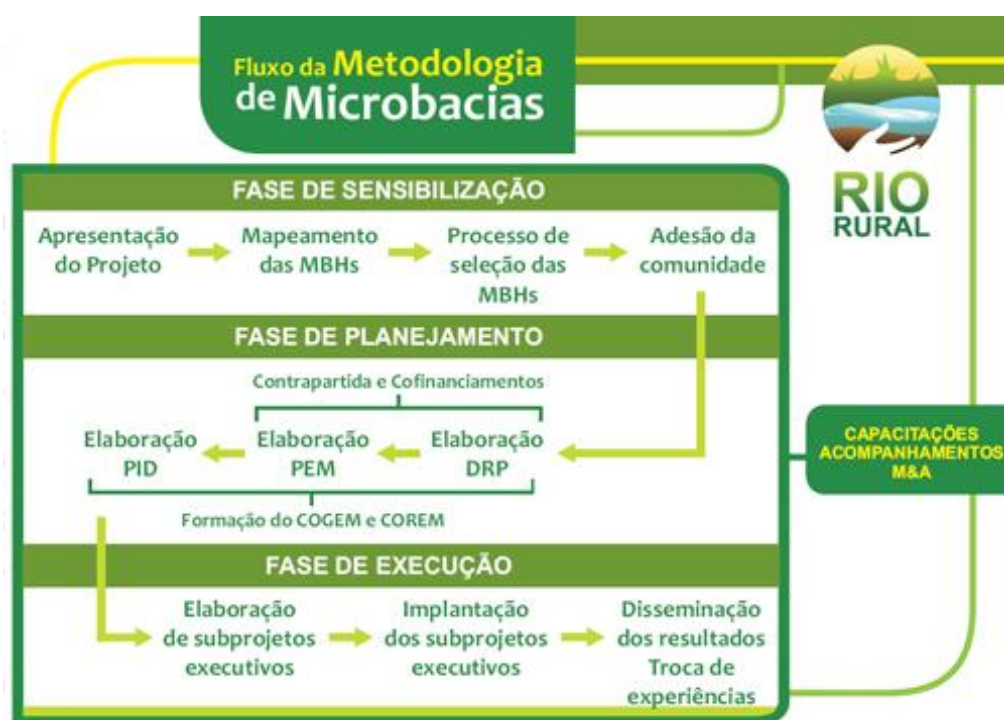
Ao nível estadual (central), sob execução da Secretaria Executiva do Projeto (SEP), está o Conselho Estadual de Desenvolvimento Sustentável (CEDRUS) cuja função é coordenar o projeto como um todo e articular suas ações com o processo de desenvolvimento rural tanto no Estado como no Brasil. Também atua como mediador de conflitos não resolvidos de nível regional. Assim, suas ações são sobre a formação de novas articulações e institucionalidades, com o fortalecimento das relações já existentes, servindo de instrumento central de acompanhamento.

Ao nível Regional estão os três Comitês Regionais de Microbacias (COREM), cuja função é principalmente o acompanhamento do projeto nas regiões. Estes Comitês estão divididos em: COREM Norte-Noroeste Fluminense; COREM Serrana/Litorânea/Metropolitana e; COREM Sul-Médio Paraíba. Executado pelas Subsecretarias Executivas Regionais (SER), tem o objetivo de fortalecer as instâncias integradoras e a participação do conjunto de interessados.

Ao nível Municipal estão os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS). A função principal destes conselhos com o projeto é escolher as microbacias para serem trabalhadas de acordo com os critérios e princípios acordados com o Banco Mundial. Cabe aos CMDRS a mediação de conflitos e contribuir para a divulgação local dos conceitos orientadores,

valores, objetivos e resultados dos Planos Executivos da Microbacias (PEM). A execução do projeto a este nível está a cargo da Emater-Rio e de seus escritórios locais.

O nível local (microbacias) é o espaço com a maior oportunidade de fortalecer o caráter participativo do projeto. Apesar dos outros níveis estarem em uma hierarquia maior, é ao nível das microbacias que os conflitos radicais surgem e devem ser mediados e resolvidos com esses outros níveis da organização. O local está encarregado de formar, através da representação dos grupos de interesse identificados pelas comunidades, o Comitê Gestor da Microbacia (COGEM). Estes comitês estão encarregados de elaborar o Plano Executivo da Microbacia (PEM), os Planos Operativos Anuais (POAs), e a aprovação dos Planos Individuais de Desenvolvimento (PID) e subprojetos de cada microbacia (Figura 8). São portanto co-responsáveis pelas ações de gestão, execução, monitoramento, avaliação e fiscalização do Projeto.



**Figura 8** Fluxograma da Metodologia de Microbacias (adaptado Manual Operacional RIO RURAL – BIRD, 2009)

O projeto RIO RURAL – BIRD está orçado em US\$79 milhões, divididos entre o Banco Mundial (US\$39,5 milhões), o Governo do Estado do Rio de Janeiro (US\$26,4 milhões), o Governo Federal e os beneficiários (US\$13.1 milhões), neste caso o agricultor participa com pelo menos 20% em contrapartida a alguns projetos. Estes recursos são divididos da seguinte forma entre os componentes do projeto (Figura 9): 83,7% em apoio a produtividade e competitividade da agricultura familiar, 6,5% com o arcabouço institucional e 9,7% na coordenação e gestão de informação.

<b>Componente 1: Apoio a Produtividade e Competitividade da Agricultura Familiar ;</b>
✓ Subcomponente 1.1 – Pré-investimentos;
✓ Subcomponente 1.2 - Investimentos.
<b>Componente 2: Arcabouço Institucional</b>
✓ Subcomponente 2.1 - Fortalecimento das Instituições Rurais e dos Mecanismos de Coordenação;
✓ Subcomponente 2.2 – Melhoria dos Mecanismos Públicos e Privados de Apoio Financeiro;
✓ Subcomponente 2.3 – Pesquisa Participativa.
<b>Componente 3: Coordenação do Projeto e Gestão da Informação</b>
✓ Subcomponente 3.1 – Coordenação do Projeto;
✓ Subcomponente 3.2 – Gestão da Informação.

**Figura 9** Componentes e subcomponentes do programa Rio Rural (adaptado Manual Operacional RIO RURAL – BIRD, 2009)

O limite máximo individual de apoio é de R\$ 7 mil para agricultores familiares e R\$ 5 mil para demais produtores. O benefício pode ser solicitado de forma coletiva, assim sendo, o valor máximo a ser apoiado será calculado em função do número de famílias e o valor limite por família. As condições para a obtenção do incentivo são: ser residente ou domiciliado na microbacia e atender as recomendações técnicas, inclusive de minimização dos efeitos negativos do impacto ambiental das atividades. O agricultor se compromete com a assinatura de um termo de compromisso, participa de cursos e/ou treinamentos e deve atender as normas de licenciamento ambiental estabelecidas no projeto. Além de permitir a fiscalização do uso dos recursos e dos compromissos assumidos com a assistência técnica, deve permitir visitas na sua propriedade para fins de difusão da tecnologia e/ou prática apoiada.

### 3.4 – Participação e o RIO RURAL

A base do programa são os planejamentos territoriais das microbacias e fundamenta-se na metodologia de planejamento participativo. A participação democrática e o empoderamento das comunidades rurais são estimulados ao ponto de refletir sobre a tomada de decisão nas ações para o desenvolvimento da comunidade, e o técnico executor tem a função de acompanhar e animar esse processo. Portanto a participação e o protagonismo dos agricultores são fundamentais no programa RIO RURAL. Os princípios da gestão participativa, o empoderamento, gestão descentralizada e pautada pela sustentabilidade estão reunidos de forma a:

(...) aprimorar o fortalecimento e o engajamento das instituições locais, inserindo-as na arena de discussões e negociações de prioridades para aplicação de políticas públicas multissetoriais que estão sendo travadas no âmbito das esferas federal e estadual para a promoção do desenvolvimento sustentável dos territórios fluminenses de forma integrada (RIO RURAL BIRD, 2009).

A participação e controle social exercido de forma ampla e democrática são a base para a conquista e garantia de direitos, e ao potencializar as diversas ações que já vêm sendo executadas em microbacias fluminenses e, ao garantir a facilitação das ações em função de alguns espaços de mobilização das microbacias (COGEM, COREM, etc), o programa busca uma governança participativa que, em diferentes escalas, consiga inserir em todos seus níveis de planejamento os temas de desenvolvimento, sustentabilidade, políticas públicas, participação, cidadania e democracia.

Principais metas a serem alcançadas
⇒ 270 microbacias hidrográficas selecionadas e participando do Projeto, envolvendo 37.000 agricultores, pescadores artesanais, mulheres e jovens rurais
⇒ 19.000 agricultores familiares adotando sistemas mais produtivos
⇒ 2.050 agricultores familiares, mulheres, jovens rurais, pescadores artesanais inseridos em pelo menos uma cadeia produtiva ou arranjo produtivo local
⇒ 27.000 propostas de investimento elaboradas e 24.400 financiadas com recursos do Projeto
⇒ 266.000 hectares de terras sob sistemas produtivos melhorados e 1.300 km de estradas vicinais reabilitadas e em manutenção
⇒ 400 técnicos e 50.000 beneficiários treinados e 220 projetos de educação ambiental apoiados
⇒ 1 Plano de Sustentabilidade Institucional da SEAPPA e vinculadas formulado e 10 projetos de fortalecimento institucional priorizados e financiados
⇒ 4 arranjos de cooperação com entidades governamentais do setor rural e 4 com entidades multisetoriais estabelecidos em apoio ao DRS
⇒ Sistema de Sustentabilidade Econômica estabelecido e aportando recursos financeiros para 45 projetos DRS junto a comunidades rurais
⇒ Sistema de Pesquisa em Rede estabelecido e desenvolvendo 42 projetos de pesquisa participativa
⇒ Sistema de Monitoramento e Avaliação implementado, sendo 5 microbacias sob sistema completo e 270 microbacias sob monitoramento participativo
⇒ Sistema de gestão da informação implantado nos níveis central, regional, municipal e local e disseminando conhecimento e informações em apoio ao DRS através do Portal <a href="http://www.microbacias.rj.gov.br">www.microbacias.rj.gov.br</a>

**Figura 10** As principais metas do projeto RIO RURAL–BIRD simplificadas (adaptado BIRD, 2009)

A formação, capacitação e incentivos são a base fundamental do programa. Eles relacionam-se ao processo de desenvolvimento na busca por um aprimoramento da capacidade dos agricultores em resposta às mudanças de mercado e em “(...) estabelecer um ambiente mais favorável ao exercício democrático da negociação de deveres e direitos e, dessa forma, tornar a agricultura

familiar fluminense mais competitiva, socialmente justa, economicamente viável e ambientalmente saudável” (RIO RURAL BIRD, 2009).

Para concretizar esses objetivos o programa prevê que é:

(...) necessário o resgate da credibilidade dos agentes públicos de promoção do desenvolvimento rural e um forte engajamento e comprometimento dos atores sociais locais (prefeituras, comunidades rurais, ONGs, agricultores, pescadores, mulheres, jovens, entre outros) no processo de desenvolvimento local através de um processo evolutivo e contínuo de transformação utilizando a formação, a capacitação e os incentivos (RIO RURAL BIRD, 2009).

### **3.5 – Considerações Finais**

O Programa Rio Rural vem de maneira assertiva evoluindo para criar uma continuidade para as suas ações. O projeto atual, Rio Rural-BIRD, representa uma evolução do projeto Rio Rural-GEF, com melhorias na gestão e na participação dos envolvidos. Essa continuidade das ações proporciona um fortalecimento do papel da Emater – Rio e de sua capacidade de ação. Isso se deve ao fato de que esses recursos aparelham a instituição com ganhos de autoestima aos técnicos envolvidos bem como na ampliação de sua estrutura de trabalho. Nas últimas décadas a Emater – Rio sofreu com a redução do orçamento da Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária (SEAPEC), portanto os recursos aportados ao programa adquirem importância para a melhoria da extensão rural no Estado do Rio de Janeiro.

Um outro elemento é a conquista da valorização da agricultura no estado e o resgate do papel empenhado pelos agricultores em manter a produção de alimentos caminhando para uma relação positiva entre produção e conservação. Ao incentivar a ampla adesão e o comprometimento de atores e sujeitos interessados o programa fomenta a coletividade e o senso comunitário com a adoção de conceitos e práticas que, ao conservarem a biodiversidade, consigam ao mesmo tempo a redução da degradação as terras e a redução da pobreza rural.

A continuidade do programa promove um aprimoramento ao longo do seu desenvolvimento e potencializa principalmente a ideia de rede entre os agricultores, estabelecendo conexões entre os mesmos e outras instituições para o avanço na melhoria do rural fluminense. O programa ao envolver a formação, capacitação e incentivo como bases de seus trabalhos, junto à metodologia de microbacias que fundamenta um planejamento nas comunidades a partir dos COGEM's, insere a SEAPEC e a Emater-Rio em um contexto de possibilidades de planejamento regional como uma ferramenta para o desenvolvimento do meio rural. Destaque para as relações entre cidade e campo, onde as melhorias deste são refletidas também no ambiente urbano, seja pela melhor qualidade dos alimentos, seja pela conservação de um rural sob um modelo sustentável de agricultura.



## **CAPÍTULO IV: CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DAS MICROBACIAS DO 3º DISTRITO DE NOVA FRIBURGO ENVOLVIDAS NO PROGRAMA RIO RURAL.**

### **4.1 – Introdução**

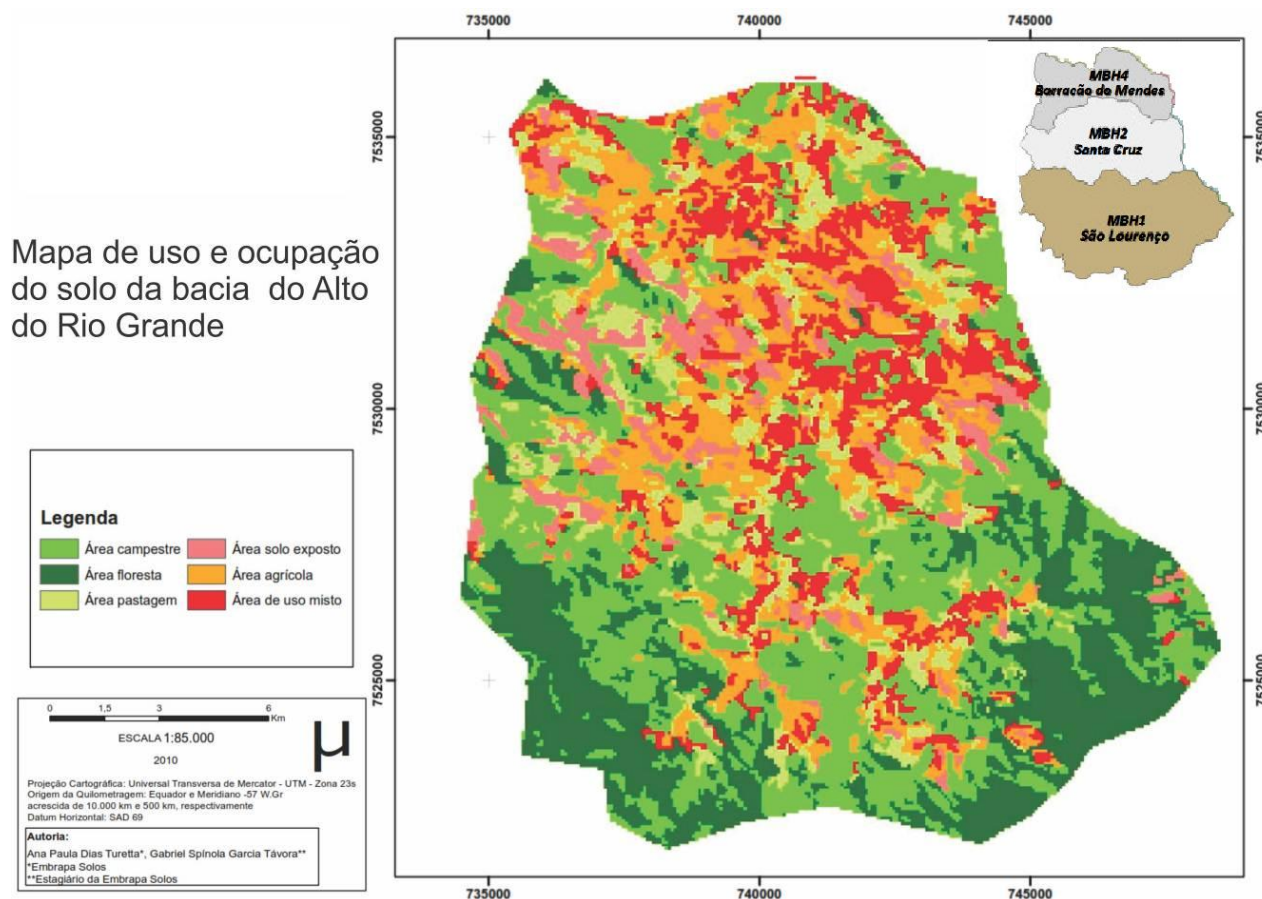
No município Nova Friburgo – RJ ocorre o predomínio da agricultura familiar em pequenas propriedades de 1 a 12 ha, com policultura intensiva de produtividade elevada, com base no alto uso de insumos (PERES, F., MOREIRA, J. C., 2007). Calcula-se que o consumo de agrotóxicos na Região Serrana seja de 56,5Kg/trabalhador/ano (MOREIRA J. C. et al, 2002).

Nas décadas de 1960 e 1970 ocorreram profundas mudanças no contexto agroeconômico na região como um todo. Os autores Grisel e Assis, L. (2012) destacam as mais relevantes como sendo:

(...) as heranças sucessivas que determinaram uma divisão mais rápida das áreas, comparativamente com a época das grandes fazendas; a melhoria da infraestrutura de transportes; a introdução de novas espécies vegetais de ciclo curto e de alto valor agregado (couve-flor, brócolos, feijão-de-vagem, alface, tomate, principalmente); os efeitos da “Revolução Verde” (pacotes tecnológicos, motomecanização e irrigação que foram impulsionados por meio de crédito agrícola); e obras de retificação dos rios realizadas na década de 1970 pelo governo estadual.

Os autores destacam ainda que “para poder manter a renda da família nesse novo contexto, os sistemas de produção orientaram-se para a produção de hortaliças: todas as inovações adotadas nessa época tiveram como objetivo otimizar a produtividade das pequenas áreas agricultáveis dos produtores.” (GRISEL, P. N., ASSIS, R. L., 2012).

A região escolhida para a pesquisa é grande produtora de alimentos com predominância dos cultivos de couve-flor, tomate, brócolos, repolho, feijão-de-vagem, ervilha, salsa, coentro, alface, cenoura e beterraba (GRISEL, P. N., ASSIS, R. L., 2012), tendo sua paisagem natural bastante alterada (Figura 11). Nos lugares em que a floresta ocupava vales e encostas mais suaves, ocorreu profunda alteração da paisagem com a substituição da floresta por atividades agrícolas e intensa ocupação do solo (CALDERANO FILHO, B. et al, 2003). A presença predominante da mão-de-obra familiar está relacionada, entre outros fatores, à herança fundiária e a colonização por imigrantes europeus.



**Figura 11:** Mapa de uso e cobertura do solo na bacia do Alto do Rio Grande, 3º Distrito NF (Adaptado Embrapa Solos, 2005).

Campo do Coelho, 3º distrito de Nova Friburgo, possui uma área de 199 km<sup>2</sup> e 9283 habitantes (IBGE, 2010) e é cortado pela rodovia RJ 130 que liga os municípios Nova Friburgo e Teresópolis. Em 1977, devido à importância produtiva do distrito, foi construído nesta mesma rodovia, na localidade de Conquista, um entreposto da Central Estadual de Abastecimento do Rio de Janeiro (CEASA-RJ). Atualmente grande parte da produção é destinada ao mercado através de intermediários (48,9%) e pela venda direta ao entreposto da CEASA-RJ, no bairro de Irajá, na cidade do Rio de Janeiro (24,5%). Atualmente o entreposto da CEASA-RJ em Conquista, tem participação aproximada de 3% no total comercializado de hortaliças no Estado do Rio de Janeiro no CEASA-RJ, sendo que o entreposto também recebe produção dos municípios próximos – Bom Jardim, Teresópolis, Sumidouro, Trajano de Moraes. (GREGORIO FILHO G., 2009).

Desde a construção da rodovia RJ-130 na década de 1970, a região tornou-se “um dos mais importantes “eixos de urbanidades no rural” do estado do Rio de Janeiro, graças às dinâmicas territoriais que se desenvolvem ao longo dessa rodovia” (RUA, J., 2005). Verifica-se atualmente importantes transformações no “uso do espaço, que, tradicionalmente voltado para a agricultura, está sendo usado para loteamentos, construção de casas de veraneio e de casas comerciais.”

(MURAKAMI, A. K., 2008), sendo também um importante eixo de circulação e transporte dos produtos hortícolas.

Campo do Coelho foi afetado pelo desastre ambiental no verão de 2011, que sob fortes chuvas, ocorreram inúmeras inundações e deslizamentos de terra, causando prejuízos para agricultura da região serrana ao redor de R\$ 269 milhões (BANCO MUNDIAL, 2012).

Nessa região predomina, segundo classificação climática de Köppen-Geiger, o clima tropical de altitude com chuvas intensas – 1.808 mm/m<sup>2</sup>/ano – com diferenças entre inverno e verão, sendo os meses de junho a agosto os que apresentam maior déficit hídrico (AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS, 2009). As temperaturas médias ficam em torno de 16° C, sendo a temperatura média de verão de 24° C e a temperatura média de inverno de 11° C, com presença de geadas nas áreas de várzea e chuvas esporádicas de granizo no verão com ventos dominantes do quadrante sul, que se tornam intensos nos meses de agosto e setembro.

O 3º Distrito compõe a bacia do Alto Rio Grande que confluem os vários córregos ao redor, que em seu caminho caracterizam os vales secundários em “V”. O subsolo do vale principal é pouco permeável, menos drenado e cercado por morros, e ao canalizar a água para o mesmo, pode acarretar enchentes na época das chuvas (GRISEL, P. N., ASSIS, R. L., 2012).

Para efeitos do Programa Rio Rural o município foi dividido em 15 microbacias hidrográficas (MBHs) (Figura 12).



**Figura 12** Mapa com a divisão em microbacias do Município Nova Friburgo (adaptado do PEM EMATER-Rio, 2012)

Segundo análises das atas das reuniões de apresentação do Programa Rio Rural, em sua fase de sensibilização, houveram divergências quanto à divisão em microbacias e quanto ao ranqueamento. Contudo concluiu-se pela divisão do município em 14 MBHs, excluindo-se a MBH Centro e com a aglutinação de comunidades em uma mesma microbacia para fortalecer sua importância.

Destas 14 microbacias foram escolhidas as quatro MBHs que participam do PRR em Nova Friburgo segundo o ranqueamento (Tabela 3) que levou em conta as características e importância da biodiversidade; água para abastecimento público; organização comunitária e; concentração de Agricultores Familiares.

NOVA FRIBURGO/RJ	PONTUAÇÃO					RANQUEAMENTO	
	Biodiversidade	Água para abastecimento público	Organização comunitária	Concentração de agricultores(as) familiares	TOTAL		Desempate
<b>São Lourenço</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>12</b>	<b>1º</b>	<b>1º</b>
<b>Santa Cruz</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>12</b>	<b>1º</b>	<b>2º</b>
<b>Barracão dos Mendes</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>11</b>	<b>2º</b>	<b>4º</b>
Conquista	2	3	2	3	10	3º	6º
Pilões	2	3	2	3	10	3º	7º
Riograndina	2	3	3	3	11	2º	5º
Cardinot	2	2	2	3	9	4º	13º
Vargem Alta	2	2	2	3	9	4º	12º
<b>São Pedro</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>12</b>	<b>1º</b>	<b>3º</b>
Lumiar	3	3	2	2	10	3º	8º
Rio Bonito	3	2	2	3	10	3º	10º
Macaé de Cima	3	2	2	3	10	3º	11º
Cascata	3	2	2	3	10	3º	9º

**Tabela 3:** Ranqueamento das Microbacias do Município Nova Friburgo (adaptado do PEM, EMATER – RIO, 2012)

A primeira microbacia chamada de MBH1 São Lourenço é composta pelas comunidades de Baixada de Salinas, Campestre, São Lourenço e Três Picos. As comunidades de Centenário, Jaborandi, Patrocínio, Salinas e Santa Cruz compõem a microbacia de Santa Cruz (MBH2), e a microbacia de Barracão dos Mendes (MBH4) engloba as comunidades de Barracão dos Mendes, Fazenda Rio Grande, Serra Nova, Serra Velha e Florândia da Serra.

Durante as pesquisas deste trabalho o Programa Rio Rural estava na última fase de planejamento, com o sorteio das primeiras unidades de produção que terão seus Planos Individuais de Desenvolvimento (PID's) estabelecidos. Após este processo, inicia-se a fase de execução (Figura 8: Fluxograma da Metodologia de Microbacias).

A ordem das famílias a serem beneficiadas é realizada por meio de um sorteio, uma exigência do Banco Mundial para poder comparar indivíduos, grupos, microbacias, municípios e

regiões. O sorteio garante transparência, evitando favorecimento político e privilégio de alguns, e também elimina a incumbência do COGEM em definir quem serão os primeiros beneficiários a serem atendidos e os que serão atendidos posteriormente. O sorteio lista os beneficiários em lotes de dez, caracterizando a ordem de atendimento (Anexo A).

O Comitê Gestor de Microbacia (COGEM) de forma geral têm autonomia para escolher suas ações, e essas ações devem ser coordenadas, elaboradas de forma conjunta e sempre levadas para apreciação em reunião aberta. Os produtores e moradores das três microbacias se organizam em 12 associações, com atuação distinta entre elas e cada uma das microbacias envolvidas no Programa Rio Rural escolhe os critérios de seleção dos participantes e portanto têm particularidades individuais.

O trabalho de Murakami demonstra a importância que essas associações têm na região na mobilização dos associados por demandas colocadas junto à prefeitura municipal e o papel fundamental da Emater-Rio para a formação destas associações (MURAKAMI, A. K., 2008). A seguir apresenta-se uma tabela (Tabela 4) com dados do número de beneficiários e em seguida ressaltam-se alguns pontos interessantes para uma contextualização destas comunidades.

<b>Comunidades</b>	<b>Microbacia (MBH)</b>	<b>No. Beneficiários</b>	<b>Total Beneficiários por MBH</b>	<b>Área da Microbacia (hectares)</b>
São Lourenço	MBH1	236	405	7.254,46
Campestre, Baixada de Salinas e Três Picos	MBH1	169	---	---
Santa Cruz, Centenário e Patrocínio	MBH2	71	299	4.041,8
Salinas	MBH2	228	---	---
Barracão do Mendes	MBH4	210	448	2.849,53
Florândia da Serra	MBH4	67	---	---
Fazenda Rio Grande	MBH4	38	---	---
Serra Velha	MBH4	35	---	---
Serra Nova	MBH4	27	---	---
<b>Total</b>	<b>---</b>	<b>1081</b>		<b>14.145,79</b>

**Tabela 4** Número de Beneficiários e área das MBHs (Adaptado do PEM, EMATER-Rio, 2012).

## **Microbacia Hidrográfica de São Lourenço (MBH1)**

A MBH1, composta por São Lourenço, Campestre, Baixada de Salinas e Três Picos, é fruto da aglutinação destas comunidades para aumentar o número de beneficiários, aproveitar um maior espaço geográfico e conseguir assim, uma pontuação maior no ranqueamento das microbacias do município. A partir de então, para melhorar a interação dos trabalhos, formou-se um COGEM com reuniões intercaladas nas respectivas associações, Associação de Pequenos Produtores Rurais de São Lourenço (APROSOL) e Associação de Agricultores Familiares e Amigos de Baixada de Salinas e Campestre.

No caso da MBH1:

(...) todos poderão participar, porém deverão se associar à Associação de Pequenos Produtores Rurais de Baixada de Salinas e à Associação de Pequenos Produtores Rurais de São Lourenço, frequentar as reuniões e quem não cumprir com as regras não poderá participar dos próximos benefícios da associação. Ficou aprovado que todos os beneficiários irão contribuir com o valor de até um mil reais para os projetos grupais que irão beneficiar toda a comunidade, que são: reforma e readequação de centro comunitário; caminhão refrigerado; equipamentos para agroindústria; equipamentos para seleção; melhoria do acesso a informação (Anexo B).

Esses projetos grupais são fruto de sugestão por parte dos grupos de identidade que compõem o COGEM e após análise do Plano Executivo da Microbacia (PEM). Esses grupos de identidade foram escolhidos pelas comunidades e a escolha dos critérios para a seleção dos beneficiários foi realizada em reunião do COGEM onde foram definidos por unanimidade os seguintes critérios:

(...) a) só poderá participar do projeto quem tiver uma área definida na propriedade para implantação na propriedade. b) quem for parceiro, arrendatário ou comodatário deve ter um contrato de no mínimo cinco anos. c) a família poderá ser beneficiada com o valor de até sete mil reais. d) deverão se associar a Associação de Pequenos Produtores Rurais de Baixada de Salinas ou Associação de Pequenos Produtores Rurais da Comunidade de São Lourenço. e) frequentar as reuniões das associações respectivas, com pelo menos oito presenças no ano. (...) (Anexo C).

São Lourenço possui como espaços comunitários uma escola municipal, três igrejas – uma católica e duas evangélicas – e como expressão local festiva, a Festa do Padroeiro no dia 10 de agosto. Possui acesso com estrada asfaltada e atendimento por linha de ônibus com alguns horários ao longo do dia.

A APROSOL foi fundada em 1993 e tem um histórico de envolvimento com a metodologia de microbacias hidrográficas devido à uma inserção em programa anterior do Estado do Rio de Janeiro. Esse fato a diferencia em relação às outras comunidades e isso foi importante para a escolha da comunidade em participar de um projeto do consulado Japonês com a doação de 160 fossas, o que segundo relato em entrevista, representava na época 95% das casas.

Quando perguntados sobre o que os jovens de São Lourenço gostam de fazer nos fins de semana, a internet foi o item com maior presença nas respostas, seguida de televisão e jogar bola, outras formas de lazer, sair com amigos, ir à cidade ou à igreja entre outros (PEM, EMATER-Rio, 2012). Durante as entrevistas, sobre as formas de aglutinação de pessoas em São Lourenço, houve o relato de que antes a diversão era maior que hoje, havia mais lazer no “tempo antigo” do que atualmente, com destaque para o carnaval da roça, que não ocorre mais.

As outras comunidades que formam a MBH1 são Baixada de Salinas, Campestre e Três Picos. Estas comunidades se organizam ao redor da Associação de Agricultores Familiares e Amigos de Baixada de Salinas e Campestre, da Associação de Apoio ao CEFFA Rei Alberto I e do Baixada Futebol Clube.

A associação de agricultores foi fundada em Setembro de 1997. Nesta época os diversos associados tinham problema para comprovação do tempo de atividade agrícola visando a aposentadoria e crédito. Já existia assim “a percepção de que com a organização você consegue alguma coisa junto aos órgãos públicos” e os trabalhos do Programa Rio Rural foram facilitados por esse histórico de organização.

Estes locais possuem como espaços comunitários três escolas, sendo duas municipais e uma estadual, três igrejas, duas católicas e uma evangélica, e como expressão local festiva, a Folia de Reis, o Mineiro Pau e a Festa da Fogueira, além da festa Cross Country promovida pelo CEFFA Rei Alberto I. Possui acesso com estradas de terra até a estrada asfaltada que conecta com a sede do município e atendimento por linha de ônibus com alguns horários ao longo do dia.

Quando perguntados sobre o que os jovens gostam de fazer nos fins de semana, brincar teve a maior presença nas respostas, seguida de futebol e outras formas de lazer, ir à cidade ou à igreja, namorar entre outros. Durante entrevista, foi relatado que os encontros e aglutinação social estão ao redor das Igrejas e festas, e que o futebol tinha jogo todo domingo e atualmente ficam mais de dois meses sem jogos.

## **Microbacia Hidrográfica de Salinas (MBH2)**

A MBH2 é composta pelas comunidades de Centenário, Jaborandi, Patrocínio, Salinas e Santa Cruz. Nesta microbacia também ocorreu a aglutinação das comunidades para conseguir uma melhor posição quando do ranqueamento das MBH's do município de Nova Friburgo.

A organização nesta microbacia se dá pelo intermédio de duas associações: Associação de Pequenos Produtores de Salinas (APROS) e Associação dos Pequenos Produtores Rurais e Moradores das Comunidades de Sta Cruz e Centenário (APROSACE). Estas associações reúnem as comunidades em torno do COGEM formado por diferentes grupos de identidade, a saber: associações, mulheres rurais, jovens rurais e agricultores familiares (Anexo D).

Os quais são encarregados de trabalhar alguns temas de maior afinidade: problema ambiental (grupo jovem rural), problema social (grupo mulheres rurais e associações), problema produção agrícola (grupo agricultores familiares), problema com atividades de trabalho e outros problemas (grupo jovem rural). (Anexo E).

Em prosseguimento, os participantes deram continuidade à discussão de propostas para solução dos problemas. Os problemas ambientais prioritários trabalhados foram: esgoto, água e rios. Os problemas sociais foram: área de lazer, capacitação, assistência social, estrada, transporte da produção, escola, posto de saúde, outros (transporte de doentes e idosos). Os problemas agrícolas foram: preparo do solo, comercialização, pragas, doenças, beneficiamento, capacitação da mão de obra. Os outros problemas prioritários foram: hotelaria e turismo, telefonia fixa, telefonia móvel, internet e correio. (Anexo F)

O COGEM da MBH2 também ficou encarregado dos critérios para a seleção dos beneficiários, que ficaram estabelecidos da seguinte forma:

(...) a) só poderá participar do projeto quem tiver uma área definida na propriedade para implantação dos subprojetos. b) quem for parceiro, arrendatário ou comodatário deve ter um contrato de no mínimo cinco anos. c) a família poderá ser beneficiada com o valor de até sete mil reais. d) ter frequentado pelo menos 50% das reuniões das associações respectivas, nos últimos dois anos. e) ter pelo menos duas presenças nas cinco últimas reuniões da microbacia. (Anexo G)

A comunidade de Salinas está à 35 km da sede do município e se organiza ao redor da Associação de Pequenos Produtores de Salinas (APROS), uma associação que existe a mais de 15 anos. Como espaços comunitários possui uma escola municipal, seis igrejas – uma católica e cinco



evangélicas –, e como expressões locais a Festa Junina, as Cavalgadas e a Festa da Associação.

Salinas possui acesso com estrada asfaltada e atendimento por linha de ônibus com alguns horários ao longo do dia. Quando perguntados sobre o que esses jovens gostam de fazer nos fins de semana, passear foi o item com maior presença nas respostas, seguida de televisão e jogar bola, igreja, andar de bicicleta ou motocicleta, namorar e banho de cachoeira, festas, internet e outras formas de lazer (PEM, EMATER-Rio, 2012).

Santa Cruz está a 33 km da sede do município, possui como espaços comunitários uma escola municipal e um posto de saúde, cinco igrejas, uma católica e quatro evangélicas, e como expressão local festiva, o Mineiro Pau e a Folia de Reis. Possui acesso com estradas asfaltadas e atendimento por linha de ônibus com alguns horários ao longo do dia. A comunidade se organiza ao redor da Associação dos Pequenos Produtores Rurais e Moradores das Comunidades de Sta Cruz e Centenário – APROSACE e como expressões comunitária, o Olhar 21 e a Aldeia da Criança Alegre.

Durante a fase de sensibilização do Programa, a associação era composta principalmente por moradores, sendo portanto uma entidade mais representativa de moradores do que de agricultores. Em função disto, os agricultores tiveram que se organizar para conseguir o CNPJ jurídico da associação de forma a enquadrá-la no Programa Rio Rural. Não consta nos arquivos o que esses jovens gostam de fazer nos fins de semana (PEM, EMATER-Rio, 2012). Contudo em entrevista foi relatado que atualmente tem “menas coisas” e que antigamente tinham encontros de motocicleta, futebol, ladainha e cavalgadas.

Um outro elemento interessante é que as propriedades dos produtores não ultrapassam mais de 10 ha. A associação tem convênio a cinco anos para a venda de produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do governo federal, que segundo entrevista tem sido interessante, posto que, “o dinheiro é pouco mas já dá uma segurança e se torna muito valiosa” pois antes de plantar o agricultor já sabe o preço que vai vender. Em continuidade a associação tem interesse em firmar convênio para fornecer alimentos para alimentação escolar através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

#### **Microbacia Hidrográfica 4 (MBH4):**

O Projeto Rio Rural BIRD foi apresentado em 2009 na microbacia Barracão dos Mendes, e atualmente realiza encontros em datas diferentes na Associação de Pequenos Produtores Rurais de Barracão dos Mendes (APROBEM), Associação de Pequenos Produtores Rurais de Florândia da Serra (APROFLOSERRA) e Associação de Pequenos Produtores Rurais da Fazenda Rio Grande (reativada em 2013), junto com as associações formadas para atender as demandas do Programa

Banco da Terra: Associação Serra Nova dos Trabalhadores Rurais e a Associação Serra Velha dos Trabalhadores Rurais.

A continuidade do projeto Rio Rural BIRD, já em 2012, deixou claro a importância do COGEM na gestão do projeto e da maior representatividade através dos grupos de identidade, que ficaram definidos como grupo dos agricultores, grupo da agroindústria e grupo das mulheres. (Anexo H). Esses grupos sugeriram projetos de interesse comunitário, como reforma/readequação de centro comunitário, unidade de beneficiamento de olerícolas (minimamente processados), melhoria de acesso à informação de mercado e organização comunitária para comercialização (PAA, PNAE e mercados potenciais) (Anexo I).

A comunidade de Barracão dos Mendes possui como espaços comunitários uma escola municipal, seis igrejas, uma católica e cinco evangélicas, e como expressão local festiva, a Festa da Couve-Flor. Possui acesso com estradas asfaltadas e atendimento por linha de ônibus com alguns horários ao longo do dia. A comunidade se organiza ao redor da Associação de Produtores Rurais de Barracão dos Mendes (APROBEM).

Em Florândia da Serra, quando perguntados sobre o que esses jovens gostam de fazer nos fins de semana, ficar no sítio e brincar tiveram a maior presença nas respostas, seguido por ir ao shopping e internet, entre outras formas de lazer (PEM, EMATER-Rio, 2012). Esta comunidade possui como espaços comunitários uma escola municipal, três igrejas evangélicas e um clube particular. Como expressão local festiva possui a Festa da Cerejeira e possui acesso parcial com estrada asfaltada e atendimento por linha de ônibus com alguns horários ao longo do dia. A comunidade se organiza ao redor da Associação de Pequenos Produtores Rurais de Florândia da Serra (APROFLOSERRA).

Já a comunidade de Serra Nova se organiza ao redor da Associação Serra Nova dos Trabalhadores Rurais de Rio Grande (ASNTR) e possui como espaços comunitários uma escola municipal, três igrejas, uma católica e duas evangélicas, e como expressão local festiva a Festa Junina. Possui acesso com estradas de terra e atendimento por linha de ônibus com alguns horários ao longo do dia. Quando perguntados sobre os jovens gostam de fazer nos fins de semana, passear e brincar foram as opções com maior presença nas respostas, seguido de ir à Igreja, ver televisão, namorar, andar de bicicleta e cavalo, entre outras opções de lazer (PEM, EMATER-Rio, 2012). A comunidade não possui rios ou córregos, apenas pequenos canais por onde correm águas oriundas de diversas nascentes. Um fato interessante é que todos moradores atuais nasceram na comunidade.

A comunidade de Serra Velha também não possui rios ou córregos, apenas pequenos canais por onde correm águas oriundas de diversas nascentes. Quando perguntados sobre o que esses jovens gostam de fazer nos fins de semana, passear foi a opção com maior presença nas respostas,

seguido de ir à Igreja e namorar (PEM, EMATER-Rio, 2012). Serra Velha possui como espaços comunitários uma escola municipal, três igrejas - uma católica e duas evangélicas, e como expressão local festiva a Festa Junina. A comunidade se organiza ao redor da Associação Serra Velha de Trabalhadores Rurais (ASVTR) e possui acesso com estradas de terra e atendimento por linha de ônibus com alguns horários ao longo do dia.

Para concluir com as comunidades que formam a MBH4, apresenta-se a seguir a comunidade Fazenda Rio Grande. A comunidade possui como espaços comunitários uma escola municipal e uma igreja católica, e como expressão local festiva a celebração de Nossa Senhora da Conceição em dezembro, Almoço do Rio Grande em Junho e Dia de São Joaquim em julho. A comunidade se organiza ao redor da Associação de Pequenos Produtores Rurais da Fazenda Rio Grande. Segundo entrevista, a motivação religiosa já foi mais ativa, dependendo muito dos párocos encarregados da região. A parte de esportes é bem desorganizada e os jovens tem que sair da comunidade em busca de lazer.

Rapaz eu não sou tão velho assim. Eu me lembro na minha infância o tanto que eram interessantes as reuniões em família lá em minas. Qualquer motivo pequeno a gente ia visitar alguém. Era aquele dedo de prosa. Não tem mais hoje. (...) O cafezinho, o joguinho de truco, qualquer coisa é um motivo de você fazer uma visita. Era. Que hoje lá em minas tá a mesma coisa de aqui também. O pessoal tá se distanciando. Eu acho que tá vindo aí uma geração corcunda. A geração dos meus filhos dos meus netos. Ou é um tablet um celular, é todo mundo emborcado. Só falta os óculos de sol.

Eu acho que muito em função também de televisão, as pessoas se enclausuram dentro de casa. Mesmo porque não tem muita opção nem motivação para se reunir né. Porque se você sai de casa vai pra onde? Vai fazer o que? Se tivesse um clubezinho social, um cineclube, uma praçazinha, dava pro pessoal se reunir. Mas não tem. (...) É geral sim. (Entrevista 7).

Interessante o relato de entrevistado sobre a questão da água na comunidade e as ações do Programa Rio Rural.

O próprio uso da água que é tão litigioso em outros lugares. Nós felizmente temos bastante aí, mas um dia não vamos ter tanta água assim. A gente já tem que começar a olhar com olhos coletivos pros cursos d'água. (...) E eu achei muito interessante o programa de microbacias exatamente porque a água é uma cópia fiel da sociedade. Todas as sociedades se desenvolvem ao lado de algum curso d'água. Se organizou a partir do córregozinho menor, a coisa vai chegar lá no rio e lá no mar.

Quando perguntados sobre o que os jovens gostam de fazer nos fins de semana, passear foi o item com maior presença nas respostas, seguido por ir à Igreja, ver televisão, namorar, futebol entre outras formas de lazer (PEM, EMATER-Rio, 2012).

## 4.5 – Considerações Finais

As microbacias hidrográficas analisadas neste trabalho demonstram que apesar de estarem próximas e seguirem em sequência - MBH1, MBH 2 e MBH4, ao longo da bacia do Alto Rio Grande, apresentam diferenças na sua organização. A urbanização das comunidades entre as microbacias é muito diferente, coexistindo comunidades com seus acessos totalmente asfaltados e comunidades conectadas as redes asfaltadas por meio de estradas de terra. O asfalto é um forte elemento para a urbanização e a infraestrutura de comunicação varia entre comunidades que possuem somente acesso à telefonia móvel e outras com telefonia fixa e móvel. Isso implica em uma diferenciação principalmente sobre as atividades dos jovens em momentos livres. Onde existe internet, por exemplo, atividades como brincar, passear e ir à Igreja tiveram menor importância.

A urbanização, horários mais flexíveis de ônibus e os acessos à comunicação promovem a possibilidade de trabalhar no centro do município e isso implica em uma maior concentração de moradores não produtores agrícolas em algumas comunidades. Essa urbanização impacta na disponibilidade de mão de obra para os trabalhos na agricultura, sendo frequente os relatos de como está difícil encontrar trabalhadores para os serviços.

Os resultados sobre a questão fundiária demonstram que muitos são proprietários e que as relações de trabalho mais comuns são por parceria/meeiro ou por arrendamento. As propriedades de maneira geral não ultrapassam 20ha, a produção é para abastecer principalmente a região metropolitana do Rio de Janeiro e seguem uma lógica produtiva parecida, com uma grande produção de riqueza devido à intensificação do uso da terra, marcada pela incerteza de preços, ao custo da saúde do produtor e do meio ambiente.

O uso da água domiciliar e para irrigação está associada à disponibilidade deste recurso. Onde existe maior quantidade de nascentes, essa é a principal fonte de abastecimento das famílias. Assim como regiões com maior quantidade de rios, influenciam a forma de irrigação e até expressões de lazer associadas à água. A destinação de seus efluentes também acompanha essa lógica, que no entanto associam-se experiências em algumas comunidades com projetos de saneamento como o caso das fossas de São Lourenço.

Algumas comunidades apresentam forte ligação com a política do município e vem experimentando uma evolução nas últimas duas décadas de sua influência. O 3º Distrito tem três vereadores e o prefeito é oriundo da comunidade de São Lourenço. As comunidades envolvidas no Programa Rio Rural conseguiram, de forma geral, diagnosticar os problemas das microbacias com clareza, demonstrando a importância de ouvir o local, e isso foi possível devido a construção de COGEM's com representatividade nas microbacias.

## **CAPÍTULO V: ANÁLISE DO PROTAGONISMO DOS AGRICULTORES E OS LIMITES INSTITUCIONAIS NO PROCESSO PARTICIPATIVO DO PROGRAMA RIO RURAL NAS MICROBACIAS ESCOLHIDAS.**

### **5.1 – Introdução**

O Território é um importante elemento para trabalhar a questão do protagonismo dos agricultores junto ao Programa Rio Rural e extrapolando para a temática do desenvolvimento, o protagonismo das transformações será sempre daquele que melhor interage com o território em questão. Isso se deve ao fato da noção de território entre os envolvidos nas comunidades poder abrir espaços para pactos de desenvolvimento coletivo baseado principalmente em um movimento endógeno, no qual o sucesso de qualquer empreitada esteja relacionado a uma compreensão de que nada está fora da curva, ou seja, é necessário entender o lugar no mundo ao qual estamos disponíveis tanto a acessar como a ser acessado.

Isto se insere na discussão de que não existe uma escala principal e sim a necessidade de interação entre as diversas escalas, construindo um pacto no qual vigore a necessidade de tornar o desenvolvimento uma construção universal, de patrimônio existencial para a humanidade. A partir desta perspectiva o território é a escala onde os problemas locais são expostos por aqueles que o vivenciam e que sem uma perspectiva solutiva buscam meios entre o que conhecem para superar tais obstáculos. Talvez aqui esteja o acesso universal, o protagonismo dos afligidos pela desigualdade de um sistema que caminha no sentido máximo e não ótimo de coexistência.

O território é uma produção coletiva, dinâmica, multidimensional, com trajetórias históricas em aberto, fruto de uma construção social conflituosa. Portanto, é com o protagonismo dos sujeitos a fim de entender como e por onde conseguirão superar a disputa por um modelo incluyente e sustentável, que se apresenta um caminho de tensão confluindo na destruição de privilégios.

A valorização do Agricultor como agente social de produção de alimentos para a sociedade foi o ponto que alcançou a maior convergência entre os entrevistados. O principal elemento sugerido pelos entrevistados foi a de realocação da função do agricultor como o potencializador da saúde de uma maneira geral para a população. Outro elemento foi a questão da conservação ambiental, na qual o agricultor é o elo entre a conservação e a produção, trazendo para si ora a ideia de destruidor da natureza, ora a ideia de potencializador da expertise humana no intuito de conseguir sustentar as necessidades humanas básicas conservando os recursos naturais.

O grupo de agricultores entrevistados foi composto por uma diversidade de pessoas que possuem como ponto fundamental comporem os Comitês de suas respectivas Microbacias Hidrográficas. Esse grupo é a expressão da diversidade característica do rural local e o encontro

com essas pessoas foi possível através de um trabalho conjunto com o escritório regional da Emater-Rio na Região Serrana Fluminense, que possibilitou o acompanhamento das reuniões dos diferentes Comitês e a identificação das lideranças com afinidade e representatividade com o trabalho de pesquisa. Desta forma, o grupo de entrevistados incluiu homens, mulheres, jovens, idosos, neorurais, presidentes de associação, técnicos extensionistas, representantes locais de turismo e agentes da política local. A seguir, mantendo o anonimato dos entrevistados, é apresentada uma narrativa para introduzir principalmente os pontos sobre o protagonismo dos agricultores e os limites do programa.

## **5.2 – Análise do protagonismo**

Os trabalhos do Programa Rio Rural têm como principal proposta contribuir para o protagonismo dos agricultores e suas formas de organização, possibilitando a superação da dependência de outros agentes públicos para conquistarem melhorias na qualidade de vida e a conservação dos recursos naturais. Essas melhorias estão associadas ao protagonismo dos agricultores no transcorrer do projeto e ao utilizar a metodologia de microbacias hidrográficas, fundamenta o planejamento da área como um todo e a participação de atores e sujeitos das comunidades envolvidas.

A análise do programa demonstra estar correta a abordagem através do desenvolvimento territorial e a promoção de cadeias produtivas sustentáveis, com o intuito de empoderar as comunidades e atores locais, para melhorar a competitividade da agricultura familiar e aprimorar a implementação de políticas públicas. Essa estratégia coloca o protagonismo dos agricultores como peça fundamental de um sistema que supere a necessidade de que os agricultores têm em trazer para algo externo, “o Outro”, a resolução de seus problemas. O vereador, o presidente da associação, o empresário local ou a Emater-Rio são vistos ainda como os encarregados capazes de transformar a situação.

Algumas experiências na região demonstram que isso tem mudando. Desde 2011, após o desastre natural que afetou as relações sociais de maneira nunca antes vivida por essas populações, as relações solidárias e coletivas tem amadurecido nas comunidades analisadas. Os relatos dos agricultores são precisos em afirmar uma diferença de comportamento com a ocorrência do desastre ambiental. A pronta ação de uma governança temporária para solucionar a situação trouxe de benefício o incentivo para o agricultor se animar a produzir e melhorar a sua condição. O caos do desastre nas microbacias foi “rápido e o povo se virou...”, e rapidamente o estilo de vida voltou. “A força, a união! O Povo, se uniu muito mais, foi o mais positivo do desastre.” (Entrevista). Em outro momento:

A Principal delas é a percepção de coletividade. A gente não tinha isso. Até então era cada um pelo... olhando o seu umbigo e vamo que vamo né. Então depois dessa sacudida nós percebemos que nós temos uma comunidade. Hoje é fácil você mobilizar as pessoas. Você falou, “Olha tem isso assim assim, a reunião é para debater tal assunto.” ai o pessoal vem, não tinha isso não. A comunidade se reunia em ocasiões religiosas e olha lá heim.

Seguindo esse movimento, há o relato de que muitos familiares começam a pensar em retornar para a agricultura. A questão ambiental começa a fazer parte do cotidiano do agricultor de forma diferente, “mais correta”. O manejo sustentável dos recursos da propriedade entra em consonância com outras possibilidades que não só a agricultura. O turismo, a agroindústria de beneficiamento e a venda direta, e como fator mais importante, as formas de trabalhar em conjunto.

Algumas associações já estavam bem organizadas, mas a participação melhorou muito com o Programa Rio Rural. Essa foi uma das principais contribuições do programa, que ao fomentar a participação nas associações, aumentou a percepção de que com a organização você consegue por exemplo algumas ações junto aos órgãos públicos. A realidade, segundo uma entrevista é que “aonde envolve dinheiro, a lei funciona porque mexe no bolso ou se mobiliza para conseguir os benefícios.”

Na visão do mesmo agricultor, houve mudança comportamental após o desastre de 2011:

As pessoas também, depois desse 2011, tem muita gente que eles trabalhavam muito em função de ficar rico, né. Então depois dessa revolução que houve da tragédia, muita gente passou a entender que não adianta você ter um carro bom na garagem, você ter uma casa boa, mas você não desfrutar daquilo, você querer só trabalhar para juntar dinheiro. Então teve assim se você parar para analisar houve uma mudança muito grande. Em termos de pensamento das pessoas, até em termos de preservação.

Uma ação social na comunidade de Salinas para a reforma da escola estadual é o exemplo concreto de como podem ser realizadas atividades de forma autêntica pautada no protagonismo. Segundo um relato em entrevista, a escola estadual na comunidade estava toda quebrada, o Estado não a conservava e a prefeitura não tinha jurisdição sobre a mesma. Conclusão, as pessoas se uniram e realizaram festas com as quais arrecadaram dinheiro para as reformas. Esse fato foi bastante marcante para a comunidade de Salinas, e desencadeou um amplo envolvimento em torno da associação local, a ponto do entrevistado afirmar que a “Turma sempre foi unida.”

O início do que o programa chama de fase de sensibilização, foi marcado na região, por desconfianças pelos agricultores. Outras palavras utilizadas foram “estranheza”, “receio”, “cabreiro” e “medo”. A compreensão é de que isso se deve principalmente à descontinuidade dos projetos que estiveram na região anteriormente ao Programa Rio Rural. Projetos de pesquisa muito específicos e sem amplitude, projetos sem compromisso, desinformação e posturas de pesquisadores frente aos agricultores, tidos como uma máquina, “aperte o botão e reinicie as atividades”.

No início, as reuniões tiveram pouca presença, “apenas meia dúzia de pessoas”. Situação corroborada em outra entrevista, “Ninguém acreditava. Na reunião sobre microbacia não vinha ninguém. Primeira reunião pouca gente, segunda também, na terceira, ou vocês formam o COGEM na quarta reunião ou não teremos trabalhos na região.” Mas com a vinda de recursos do Rio Rural Emergencial<sup>1</sup>, essa desconfiança se desfez, “o dinheiro saiu...do papel de bobo, foi se acreditando e o recurso saiu.” percepção compartilhada por outro entrevistado: “Depois de discutido o Programa, o pessoal percebeu que ia vir dinheiro, e aumentou a presença de agricultores.”. Estes relatos confirmam a constatação de que após o desastre houve um fortalecimento das reuniões das associações, repercutindo favoravelmente no fortalecimento do protagonismo proposto pelo Programa Rio Rural: “É, estão. Com certeza, com certeza. Desde os três anos eu sempre fui nas reuniões. Eram 8, 9 pessoas. Nunca vai menos de 50 agora. A gente vai mudar o estatuto para falar do turismo, e todo mundo quer mudar.”

Pelo menos na nossa associação aqui de baixo, né, você vem na reunião, porque antes ninguém ia à reunião. Então quando chegou a época logo após o desastre, chegava de ganhar dinheiro, todo mundo ia. “Vem cá, porque você nunca veio antes?”, Suas prestações estão em dia? Então todo mundo começou a fazer carteirinhas, então todo mundo começou a ficar mais presente, até pra saber que não é assim, “chega lá, venho aqui e pego meu dinheiro e vou embora”, e não faz parte das decisões que são tomadas. Isso até que evita críticas depois né. Todo mundo soube, só não soube se você não quis perguntar.

O Programa Rio Rural tem como premissa, a formação através da representação dos grupos de interesse identificados localmente pelas comunidades, através do Comitê Gestor da Microbacia (COGEM). Estes comitês são co-responsáveis pelas ações de gestão, execução, monitoramento, avaliação e fiscalização do programa. As formações destes comitês ocorreram de formas específicas em cada microbacia analisada, baseado nas formas organizacionais e no acúmulo social das comunidades em questão. Contudo é unanimidade que a representatividade é uma característica de todos esses COGEM's. Alguns dos pontos relevantes deste processo foi a responsabilidade que estes comitês trouxeram para as associações e, com esse envolvimento, muito trabalho e esforço coletivo. “Precisa parar o que tá fazendo para poder ir em reuniões... foi trabalhoso.”.

Esse processo gerou muitas críticas, “Não rapaz aí a gente não aguenta não. A gente fica no ponto de desistir né. Mesmo que a gente tá trabalhando procurando o melhor, a gente pensa em desistir.”, mas logo após o agricultor relata que “(...) Daí foi desenvolvendo, foi desenvolvendo. O grupo foi se unindo, mais gente foi se aproximando e fazendo na prática. Como hoje, você vê pelo grupo grande, se formou, um grupo jovem, as mulheres participando, fazem parte do COGEM.”.

A participação proposta pelo Programa Rio Rural é vista como algo positivo pelos agricultores. Para alguns foi o momento de se fazer ouvir em meio à ausência de possibilidades e a



sensação de impotência frente as influências da cidade, esta detentora do conhecimento e do pensamento científico, rica de propósitos e forças políticas.

Foi a coisa mais importante. Sabe porquê? Eles vieram para ouvir. Que deu para essas pessoas também que veio, para ouvir a voz do povo. Ai cada um teve o seu direito de se expressar e falar o que sente o que precisa, o que precisa pro local. Isso ai foi muito importante. Isso ai foi a força que nós ganhamos. Todo produtor ganhou foi nisso ai. Porque levou a voz do produtor.

A possibilidade, então, de se fazer ouvir é um ganho expressivo do programa e demonstra que a participação e o controle social exercido de forma ampla e democrática são a base para a conquista e garantia de direitos. Essa ideia é corroborada pelo relato a seguir referente à entrevista quando feita indagação sobre a formação de grupos de interesse no COGEM, “Sim, ficou bem interessante porque as pessoas - eu nunca tinha me dado conta disso - as pessoas sabiam o que elas gostavam e no que elas queriam se inserir. Então elas mesmo se dividiram, ninguém falou “você é isso. Você é isso. Você isso.” não!”. Isso demonstra, mesmo que em um nível pouco expressivo, que as possibilidades da participação associada ao território sejam fundamentais para “aprimorar o fortalecimento e o engajamento das instituições locais, inserindo-as na arena de discussões e negociações de prioridades para aplicação de políticas públicas multissetoriais” (RIO RURAL BIRD, 2009).

A valorização do agricultor é importante para que essa participação conquiste a compreensão de que o território, como socialmente construído, reflete na verdade as vontades dos seus principais e influentes sujeitos, e que estes estão nas mais diversas escalas. Essa valorização do agricultor está diretamente vinculada à construção do protagonismo dos mesmos. Isso se deve ao fato de que a valorização do trabalho e do papel social que a agricultura exerce na sociedade fundamenta a percepção de importância e essa retribui em autoestima e como dito anteriormente, corrobora com a conquista de direitos. O protagonismo é fundamental para uma participação efetiva e a contribuição para um desenvolvimento incluyente e sustentável.

Porque a um tempo atrás você, fosse agricultor, você no colégio o pessoal fala, que ah não tem discriminação. Mas tinha. Na cidade, porque o agricultor ele é o seguinte, eu nesse tipo que eu to aqui eu vou na cidade, pra mim não faz diferença nenhuma. Então se você chegar na cidade em determinado lugar vestido nessa situação que eu to aqui você já não é bem-vindo. Hoje eu acho que neste sentido mudou muito. Hoje o agricultor está sendo valorizado, pelo trabalho dele, porque o pessoal da cidade ta vendo, eles tem que ter o agricultor, que para eles comer na cidade eles tem que ter o cara que planta.

É geral entre os entrevistados a noção de que o agricultor tem um papel decisivo em relação a conservação ambiental e produção. É na expertise do agricultor que estão as possibilidades de serem encaminhados modelos de abastecimento de alimentos mais amigáveis com o meio ambiente

e que os diversos estilos de agricultura gerem reflexos na sociedade de uma maneira geral. Para os entrevistados a sociedade tem tratado seus serviços como vilania.

Neste sentido, segundo relato em entrevista, a mídia massacra os agricultores sobre o uso abusivo de agrotóxicos, pois apesar da concordância com o fato de que estes são utilizados de forma descontrolada, identificam também a inexistência de políticas públicas que contribuam para a capacitação dos agricultores para otimizar o uso. “O agricultor está à mercê das lojas que comercializam os insumos, e estas trabalham com uma perspectiva de lucros baseada nas vendas, portanto todo o sistema está atrelado à quantidade de insumos vendidos”. A entrevista segue esse raciocínio e afirma que, colocar o agricultor como vilão da história é esquecer que na verdade eles não são os grandes beneficiários deste modelo e que a culpa do veneno (agrotóxico) deva ser compartilhada com as grandes multinacionais de insumos.

Em outra entrevista houve relato de que a sociedade respeita muito o médico porque este é detentor da saúde, e ressalta que o agricultor deveria ser mais valorizado porque é quem produz e mata a fome de todo mundo, “Até o médico come da nossa produção”. A agricultura moderna conseguiu transfigurar a realidade ao ponto de encontrarmos de maneira corriqueira no meio rural a palavra “remédio” para designar os agrotóxicos. Esse poderoso modelo de produção separou a ideia de saúde, alimentação e agricultura onde nem os agricultores têm uma dieta diversificada. O poder que a comida tem e a importância cultural da mesma é presença constante no nosso cotidiano. A agricultura é um elemento para a saúde coletiva e o agricultor tem razão que se compare ao médico na questão da saúde.

Em uma agricultura onde a idade dos agricultores está avançada – “Você não vê muito agricultor com 30 anos” e onde não existem muitos incentivos para que o filho ou neto destes agricultores permaneçam no campo, a continuidade da produção de alimentos está comprometida. Se a agricultura está artificializada:

Uma coisa também que eu acho muito importante, é dentro dos colégios já ensinar que as pessoas tem que procurar a preservar, mas ele tem que sobreviver da terra. Então ele tem que continuar as suas raízes na terra, porque não adianta nada você ter uma geração futura que, muito bem informada pela informática, porque tem região que a informática funciona na produção, mas tem região que não funciona, porque uma região que nem a nossa de montanha, você não pode botar uma máquina que funciona pelo computador. Você tem que ter trabalhador braçal. Você não faz tudo com a máquina.

Quando perguntados se o agricultor é protagonista para a transformação da qualidade de vida no campo, todos foram unânimes e afirmaram que sim. “O agricultor é protagonista”. Quanto à questão ambiental, os agricultores têm clareza de que o modelo de produção predominante já se mostrou esgotado, e que é papel deles a manutenção dos recursos naturais.

Com tudo que a gente via que o caminho era esse, pra melhor. Mas as crítica vinha em cima na hora que você fosse falar com aquela pessoa, não rapaz, isso é para o bem da comunidade. Rapaz, a água é a vida. Mas tem que preservar porque a água é vida, entendeu. A área da água tem que preservar porque se não tiver replanta, alguma coisa para sombrear, ou planta nativo. Foi difícil pra o povo botar aquilo na cabeça. Mas hoje não, hoje entende. O povo já passa a entender, o povo não critica tanto, agente recebeu muita crítica.

Se você for seguir o sistema ambiental você não produz nada. Mas o pessoal começou a ver se ele acompanhar um pouquinho o sistema ambiental, ele tem a produção e a preservação. (...) Até porque, eu uso falar muito que eu penso no futuro dos meus netos. Já não é dos filhos mais, porque os filhos já tão ai com 20 poucos anos, outro já tá com 30, já tão partindo para a meia idade. Então eu já penso muito que tem que haver transformação porque eu penso nos meus netos e meus bisnetos, eu não vou estar aqui para ver, mas eles tem que sobreviver.

### **5.3 – Limites do Programa RIO RURAL**

Nosso interesse ao trabalhar os limites do Programa Rio Rural é fornecer alguns elementos que surgiram nas entrevistas e que possam servir para refletir sobre futuras adaptações e melhorias no programa. Estabelecemos a partir daí cinco questões para abordar: 1) Diferenças regionais e posse da terra; 2) Emater-Rio e SEAPEC; 3) Planejamento; 4) Conhecimento e Informação; 5) Valorização do agricultor e sucessão da agricultura familiar;

#### **1) Diferenças Regionais e posse da terra:**

As relações de trabalho e posse da terra são diversas nas diferentes regiões do Estado do Rio de Janeiro. Elas estão intimamente relacionadas com a construção social que se manifesta como território e a sua estrutura fundiária, bem como topografia e relevo. No estudo de caso analisado nesta pesquisa constatamos que a questão sobre a posse da terra foi a princípio um problema para a seleção dos beneficiários, sendo relatada a dificuldade de engajamento dos não-proprietários com o Programa Rio Rural. Isso se deve ao fato das benfeitorias ficarem na propriedade, o que foi minimizado com a escolha de contrato superior a 5 anos para o uso da terra como critério de escolha dos beneficiários das microbacias do 3º Distrito de Nova Friburgo envolvidas no programa.

Essas diferenças regionais foram constatadas na lista de benfeitorias disponíveis para os agricultores quando a elaboração do Programa Rio Rural. Apesar de extensa, e com priorização para projetos ambientais, a lista não contemplou atividades não agrícolas como o turismo por exemplo. A diferença na gestão dos territórios foi levantada como um elemento que não foi contemplado adequadamente devido a escala estadual do Programa, portanto mais genérico para atender as

demandas do rural fluminense de uma maneira geral. Em relação aos limites do programa, um entrevistado relatou sobre a necessidade de ter cuidado com a generalização, com uma maior afinidade de modelos regionais para o programa que prevê a mesma lista de práticas para todo o estado do Rio de Janeiro.

A região da pesquisa apresenta espaço rural com uso intensivo de insumos, mão de obra e terra, refletindo em uma grande produção de riqueza para os agricultores. “Aqui os agricultores são ricos, mas não percebem isso. Temos ponto de escoamento fácil (...)”. Nesse caso as relações materiais são bem diferentes de outras regiões do estado que trabalham com outra estrutura produtiva, com possibilidades de mecanização e menor intensidade de mão de obra, cultivo menos intensivo que as hortaliças e com ganho de renda na escala produzida, portanto dependente de uma estrutura fundiária mais concentrada.

## 2) Emater-Rio e SEAPEC

A estrutura do Programa Rio Rural está centralizada na SEAPEC e na Emater-Rio. Historicamente as instituições ligadas a agricultura no estado do Rio de Janeiro estão em déficit com relação as demandas do rural fluminense, o orçamento da SEAPEC é um dos menores do governo estadual. A principal queixa dos entrevistados foi em relação à extensão rural feita pela Emater-Rio, com quadro de funcionários envelhecidos e em número inferior a demanda dos agricultores.

O programa deveria ser mais participativo. O que eu acho é que são poucas pessoas para muitas bacias hidrográficas. Eles vêm pouco nas comunidades. Se tivesse alguém que viesse a comunidade para conversar e fazer reuniões com 10 ou 15, não no dia da reunião da associação que é uma vez por mês e tem vários pontos para serem debatidos lá. Aí o Rio Rural precisa ficar falando 3 ou 4 horas para que as pessoas entendam o que que ele quer e o que ela pode pedir. (...) Já Estamos desde março para fazer a mudança do estatuto e não faz porque tem um monte de coisas do Rio Rural que tem tempo pra acabar, financiamento tem tempo pra acabar projetos, tudo tem tempo, então vai deixando vai deixando. Então eu acho que da parte deles devia ser mais participativo. Tem um monte de gente com boa vontade, mas esse monte de gente é pouco para ir as comunidades.

A diferença do salário de extensionista em comparação com cargos similares de outras instituições estaduais é grande, contudo ao final de 2013, em um compromisso assumido e com a espera dos extensionistas por muitos anos, foi assinado o plano de cargos e salários das empresas vinculadas à SEAPEC: Emater-Rio e Pesagro-Rio.

Teve um tempo ai atrás que eles não tinham, a prefeitura não teve convênio, era a maior dificuldade pra você fazer um boletim. Eles não tinham dinheiro pra botar gasolina. Ai o que a gente tinha que fazer. Tinha quase que pagar pra eles virem. Pagar gasolina para eles virem. Eles não tinham recursos. Isso aconteceu comigo, mas não foi só comigo. E a culpa não era deles, porque que recurso que eles tinham. Eles tem o

salário deles, mas o salário é independente. Falta muito o que nisso aí? Fiscalização. Fiscalização do próprio governo. Ele tava sabendo o que tava acontecendo? Agora tá vindo recurso. Agora né, tem de continuar né.

Os entrevistados reafirmaram a importância da Emater-Rio nos trabalhos do Programa Rio Rural e compartilharam da percepção de melhorias recentes tanto na qualidade do serviço de extensão rural - com a ressalva de estar vinculada diretamente à qualidade dos técnicos envolvidos e na melhoria das condições de escoamento da produção. Com a chegada do Programa Rio Rural na região, a Emater-Rio está mais ativa e está, na visão de um entrevistado, evoluindo. Contudo esse processo foi marcado por dificuldades de gestão e o relato a seguir demonstra a insatisfação de um entrevistado em relação à fiscalização do uso dos recursos no Rio Rural Emergencial:

Dava polícia, dava processo pra quem assinasse esses projetos pro cara não aplicasse ou pra quem não era produtor. E isso daí a gente ficou muito preocupado. Ficou muito preocupado. E outra também, eles não cumpriram com o que eles falaram também que eu cobre. Cobrei e eles não cumpriram. Porque eles falaram que a fiscalização depois, da Emater ou do Rio Rural, eles iam nos local de todos que foram beneficiados. E eles não vieram. E eu exigi que eles viessem, para ver aonde foi plantado, pra onde que os recursos foi. E eles não vieram, isso aí foi falha deles também. Eles jogaram a responsabilidade para cima de nós e eles não cumpriram a deles. Entendeu, eles não cumpriram a parte deles.

Uma outra queixa levantada se refere a como algumas ações são feitas "de cima para baixo" no Programa Rio Rural. Essas ações normalmente não são feitas com a participação da comunidade, ou seja, não possuem legitimidade construída localmente. Um exemplo foi a doação de maquinário para algumas associações da região.

Até porque aquele recurso da tragédia, sobrou dinheiro e eles enfiaram uns trator goela abaixo nas associações. Aquilo foi comprado e toma. Não chegou, acho que deveria chegar e perguntar se... se é esse implemento que vocês quer. Compraram um pacote fechado porque sobrou dinheiro. Teve associação que nem queria e recebeu, e agora vai ter que gerenciar isso. Depois eles cobram. E vai ter que gerenciar com recursos próprios.

Por outro lado, de forma pioneira e inovadora, o grupo de técnicos do escritório regional da Emater-Rio elaborou uma proposta de uso de técnicos agrícolas locais para auxiliarem nas atividades do Programa Rio Rural. Esses técnicos são oriundos do CEFFA Rei Alberto I, e tem a função de realizar os Planos Individuais de Desenvolvimento (PID) das propriedades. Os PID's são feitos por meio de visita à propriedade e entrevista individual, o que demanda tempo e disponibilidade de muitos técnicos para serem realizados. O resultado final desta proposta é unanimidade entre os entrevistados:

Seria melhor com a Emater, mas não dá, não tem perna... O uso de técnicos para o PID é muito importante pois abre espaço para a juventude que precisa se inserir no mercado de trabalho. E o dinheiro vai ficar na comunidade.

Emater faz um trabalho legal, as vezes mais do que conseguem em virtude de pessoal e combustível. PID, Emater e Rio Rural não teriam pernas para tocar os trabalhos.

Surgiu a ideia de envolver os egressos do curso técnico. Positivo porque os técnicos são conhecidos e conhecem a comunidade.

Ação de egressos do IBELGA, a princípio importante. Adiantam os trabalhos.

Se esse trabalho caísse na Emater, ela ia ter muito trabalho ia atrasar muito.

Egressos? ...Eu acho um must.

Excelente, também como escola para eles egressos do IBELGA. Dois em cada microbacia. Mesmo porque o pessoal da Emater-Rio não consegue. O Emergencial já foi uma loucura.

### 3) Planejamento;

O Planejamento é um dos grandes entraves para o agricultor familiar. É comum ouvir que o agricultor “colhe de manhã para plantar à tarde”, no sentido de estar sempre precisando liberar áreas para novos plantios, face a intensidade do uso, com rotações de cultivo que chegam a ter até quatro culturas de interesse econômico em um ano. O imediatismo da agricultura implica em uma falta de planejamento escalonado em curto, médio e longo prazos. O sucesso na agricultura está em justamente conseguir planejar a produção para conseguir bons preços e escalonar a produção para que o consumidor tenha a segurança de que vai comprar o produto com a qualidade desejada no momento desejado. Abaixo segue em linhas gerais como é realizada a produção agrícola segundo entrevistado.

É muito fácil, a Emater pode vir aqui. Ver bom. Você tá plantando isso e isso, eles sabem o período de plantio, período de colheita. Você sabe qual é o tempo que o produtor leva para plantar e colher. Porque você pensa bem, você leva... algumas coisas aí são 30 dias que você semeia na estufa. Aí ela vai pro ponto de ir pra a cova. Algumas levam de 75 a 90 dias para produzir. Aí o atravessador panha. Você leva mais 60 dias para receber. Então você faz a conta desse período todo quanto tempo você tem. Você leva aí seis meses pra você produzir uma planta. Chegar ao recurso dela e isso é para saber se ela te deu retorno ou se não deu.

Problemas na produção como o ocorrido com o desastre de 2011 evidenciam a dependência que o Estado do Rio de Janeiro tem da agricultura da Região Serrana. Com o desastre houveram perdas de produção e a dificuldade nos acessos fez com que parte importante da produção não afetada não pudesse ser escoada. O resultado foi a redução da oferta e aquisição de produtos de outros estados, encarecendo o preço final dos alimentos. O planejamento coeso da agricultura é de interesse público e deveria portanto ser um dos elementos mais importantes nas políticas públicas que buscam a segurança alimentar da população.

Os programas de compra para a alimentação escolar são exemplos de como é possível elaborar um planejamento a partir das compras do Estado e fomentar a qualidade dos alimentos oferecidos nas escolas por meio de uma maior regionalização da produção. Esses programas trazem segurança ao produtor, que sabe antecipadamente, o quanto precisa produzir e por quanto irá vender e segurança alimentar para a comunidade escolar.

Uma outra questão é a logística de escoamento e venda da produção, “precisa pensar na logística, porque se tiver que pagar alguém, não muda muita coisa quanto ao atravessador”. Na lógica do agricultor, ter estradas de acesso conservadas é muito importante para conseguir um frete mais barato e escoar a produção sem dificuldade. Neste sentido, existem boas experiências de gestão pública como o “Estradas da Produção<sup>1</sup>” que tem reparado parte dos 17 mil km de estradas vicinais do estado. Contudo se faz necessário uma política de continuidade na conservação deste recurso.

Ih rapaz, meu sonho agora já ta quase acabando, né. Já to com 63 anos. Mas eu sempre sonhei rapaz. Sempre sonhei com melhor. Oh rapaz, você agora ta se vendo melhora, ai, não tinha estrada, as vezes vem recurso, mas o maior recurso mesmo é estrada boa. Isso aqui era um lamaçal só. Eu espero que também agora não é só jogar isso ai não. Nós temos mão de obra pra dá à prefeitura pra fazer isso aí. A prefeitura também já tem alguns anos que eles só trabalha quase em política. Vamos ver se agora eles dão continuidade na manutenção pra chuva vim e não levar isso tudo.

Quanto ao Programa Rio Rural, uma das principais queixas dos agricultores é a dificuldade de planejamento das reuniões e ações do programa. “A turma precisa de mais tempo e reunião para saber melhorar o que está fazendo. Não dá tempo de falar de todos os problemas que se tem para falar”.

O próprio cara que já fez o trabalho dele o dia todo está todo lá, ta tudo exausto que já trabalharam. Aí acabou e todo mundo vai embora. E as vezes saiu sem entender. Eu acho que precisava ser uma coisa mais assídua. (...) tinha um monte de coisas técnicas que a gente leva tempo para compreender. Principalmente o agricultor que tem o dia inteiro o que fazer. (...) Então eu acho que precisava mais de reuniões assíduas, mas eu não sei como isso pode ser feito. Todos acabam trabalhando fora de seus horários de trabalho nas reuniões. (...) Acho que vai demorar muito, uma coisa que poderia em um ano acabar, vai demorar muito porque nem todo mundo entende tudo. Eu que fico lendo, (...) não entendo nada. E tenho esse tempo, imagina esse pessoal que fica o dia

---

<sup>1</sup> O Estradas da Produção é um programa da SEAPEC que está recuperando as vias vicinais do estado, permitindo o escoamento da produção rural e trazendo qualidade de vida para a população do campo, essenciais para o desenvolvimento do interior fluminense. A iniciativa conta com 21 patrulhas mecanizadas, objetiva restaurar 17 mil quilômetros de estradas vicinais em área rural de todos os municípios do estado e beneficiar 94.857 produtores familiares (SEAPEC – RJ, 2013).

inteiro trabalhando, não sabe ler direito, é analfabeto funcional, sabe ler umas coisinhas ou outras, mas não entende a frase. Fica difícil mesmo.

A dificuldade temporal colocada como limitante, se deve principalmente a estrutura da Emater-Rio e ao déficit na disponibilidade e capacitação dos técnicos da empresa. Ao propor uma estrutura mais participativa para o programa surgiu a necessidade de entender como utilizar esses quadros muitas vezes não ambientados com uma forma mais inclusiva nos procedimentos da extensão rural. A oportunidade no processo de pesquisa de participar das reuniões dos COGEM's demonstrou que as dinâmicas utilizadas tanto por técnicos da Emater-Rio como das respectivas associações não está cumprindo de forma eficiente as demandas do programa. As dificuldades pedagógicas e os instrumentos utilizados tornam as reuniões demoradas, limitando a capacidade de resultado das ações implementadas. O desafio está então em como capacitar esses técnicos e o corpo diretor das associações para que seja possível um maior aproveitamento das reuniões com resultados na diminuição do esforço empreendido para alcançar os objetivos do Programa Rio Rural.

Mas se esse dinheiro viesse para educar mais a longo prazo seria perfeito. Você vê que não veio dinheiro para conseguir projetor. Agora ano que vem a gente vai começar uma vez por mês a ter um cinema aqui. Mas tudo do nosso bolso. Podia vir um programa desses, entendeu, essas coisas educacionais não vieram, vieram insumo financeiro pro cara sanar alguma coisa. Mas de aprendizado não tem nada, e eu acho que dar assim é muito feio. É necessário mas é muito feio.

Apesar desses reflexos negativos no planejamento provenientes desta falta de acúmulo de participação social, o programa acerta na proposta de trabalhar um planejamento que tenha a microbacia hidrográfica como estrutura básica para suas ações. Isso porque ele integra o planejamento de cada propriedade em um projeto mais amplo que leva em conta o bem estar da comunidade de uma maneira geral, assim temos a propriedade inserida em um modelo de desenvolvimento que não necessariamente centralize as escolhas no proprietário e sim trabalhe a coesão de opções nas reuniões do COGEM.

Olha é um discurso bom, mas eu vejo de uma outra forma. Eu acho que vai melhorar sim. Qualquer coisa que se faça para organizar os seguimentos da sociedade é bom. Porque a gente se posiciona como classe e não como indivíduo. Então eu acredito nesse lado aí, a estrutura do Rio Rural organizar as microbacias e organizar as sociedades das microbacias. Não em função da economia, mas em função da vida social mesmo. De participação e de cidadania. E a consequência disso é que a renda também melhora porque a pessoa quando se vê em grupo ela tende a acompanhar o grupo. Não tem um que sobressaia e um que fica na rabeira. As pessoas caminham mais ou menos o mesmo ritmo.

O mesmo agricultor quando perguntado sobre a metodologia de microbacias hidrográficas destaca que “Eu acho essa organização de microbacia ideal, porque ela tem uma capilaridade social que abrange todo mundo né. Nossa organização está toda em função de água. Então eles escolheram



a coisa certa pra organizar a sociedade rural, que é esse negócio de microbacia.”. Outros agricultores destacaram ainda a oportunidade de intercâmbio entre as microbacias. “Uma microbacia mais avançada poderia trazer luz sobre alguns equívocos.” Não foi possível avaliar esta situação em relação ao programa como um todo, mas existe uma integração nas microbacias envolvidas neste estudo, principalmente entre microbacias adjacentes e COGEM’s que fundiram comunidades distintas e realizam reuniões em conjunto para afinar a condução dos projetos.

Para finalizar, a proposta de utilizar um programa de computador, que de maneira isenta, organiza a ordem dos beneficiados foi recebido de forma positiva pelos entrevistados, “Antes as pessoas não sabiam quando iam ser atendidos.”. Interessante ressaltar que essa isenção exclui a influência dos técnicos e outros agentes influentes da comunidade para organizar a ordem de beneficiados. Agora cabe ao programa se comprometer a cumprir as metas colocadas para não perder a confiança conquistada frente aos beneficiários.

#### 4) Conhecimento e Informação;

“O que a gente precisa é ser bem informado”

Informação e conhecimento foram outros pontos levantados nas entrevistas. Os agricultores se enxergam fora do eixo produtor de conhecimento, e portanto precisariam de mais informação e capacitação para solucionar suas demandas. Em parte estão corretos ao afirmar que estão fora do eixo produtor de conhecimentos, afinal estão historicamente ausentes dos centros influentes e muitos ainda sem afinidade direta com a era da informação. Contudo se faz importante ressaltar uma vez mais que os caminhos para o desenvolvimento incluyente e sustentável deva ter na ecologia de saberes um de seus pilares, e portanto os agricultores no eixo produtor de conhecimento.

E isso é uma coisa a longo prazo. E me parece que o programa é pra utilizar esse dinheiro e depois vai ser extinto. Ai fica de ambos os lados, não, vou ter que aproveitar agora, vou ter que fazer tudo agora. Então o cara não aprende nada, ele vai fazer, você vê que tem alguém para fazer o projeto. Esse projeto o cara vai na reunião, e o primeiro grupo foi assinar, e o cara nem sabia o que ele estava assinando com o nome dele. A confiança era pura na associação.

O relato acima por um lado explicita a falta de informação de um membro do COGEM frente a continuidade do programa, bem como a falta de clareza dos beneficiados do Programa Rio Rural nas reuniões. Por outro lado porém, o início do relato nos esclarece a necessidade temporal para superar esses problemas, ao afirmar que é “uma coisa de longo prazo”, ou seja, superar esse longo abandono do rural frente as políticas de desenvolvimento, e que essas políticas agora levem

em conta o acesso à informação e à capacitação para transformar essa informação em conhecimento.

Um desafio frente à este abandono é a diversidade dos graus de acesso e compreensão da informação por parte dos membros dos COGEM's. Em seus relatos, os agricultores foram unânimes em afirmar que os respectivos COGEM's são representativos. Contudo relatam que informações sobrecarregam alguns integrantes, e que não está clara a responsabilidade do que é o COGEM, seu papel e a importância da representação: "Um elemento do COGEM sabe, mas falta uma noção generalizada. Para colocar mais a camisa do COGEM, se não sobrecarrega alguns integrantes. Dá para aproveitar melhor os potenciais."

Para outro entrevistado a "capacitação foi boa, mas faltou tempo. Tem a questão do abandono geral sobre as pessoas. Falta de estudo, etc. É preciso mais tempo para superar essas ausências. Ao programa falta tempo e essa formação geral". "Não sei se entenderam como eu, mas eu entendi bem. Foi bem discutido, bem mastigadinho.". Esse mesmo agricultor traz de volta a questão da capacitação dos técnicos envolvidos quando perguntado sobre como poderíamos melhorar isso: "Talvez pedagogia, porque presença teve, o pessoal esteve aqui *n* vezes. Isso foi bem falado, mas se foi entendido, não sei. (...) Eu acho que entendi o que o Rio Rural está propondo, agora não sei os outros. Seria ilação falar isso, não sei" (...). Por outro lado, o relato a seguir demonstra as carências de agentes e a falta de retorno de informações para suprirem a demanda, e coloca o desafio de pensar formas de transferência de conhecimento e informação mais adequadas à realidade vivida pelos agricultores.

Eu acho que pode, o que pode melhorar é os agentes de intercâmbio entre produtor e Emater, no caso, botar mais gente. Porque se você vem uma vez no mês me dá uma palestra sobre determinado tema. Mas se você vier quinzenalmente, eu não vou esquecer. Agora se tivesse mais gente atuando seria interessante. E uma coisa que o COGEM deveria fazer é propagar o que aprendeu. A gente as vezes não faz isso por falta de tempo. E se todo mundo divulgasse o que aprendeu na reunião seria interessante. Até pra acabar de vez com todas as dúvidas que ainda persistem né. "Vai sair 7 mil pra mim?" que 7 mil rapaz. O cara não sabe que tem que elaborar um projeto. "Vai sair os 7 mil pra mim?"

##### 5) Valorização do Agricultor;

"Tu tem uma agricultura forte. Tu tem educação melhor, tem saúde melhor. Então o que que nós precisa? Nós Precisa de incentivo, a turma olhar para aquele cara, falar: esse é dos meus!"

A relação campo e cidade, o rural e o urbano, sempre foi um tema que envolveu muitos estudos e discussões. Neste contexto destacam-se duas ideias centrais e de certa forma antagônicas:

a dicotômica e a de continuum. O espaço rural, representado de forma concreta no campo, não superará a questão da influência do espaço urbano. O que está em questão é trabalhar essa relação de maneira a superar a dicotomização entre estes espaços, alcançando uma integração no desenvolvimento que consiga suprir tanto a demanda de alimentos ocasionado pela aglomeração humana (urbanização) em torno da indústria, quanto as necessidades do campo de se encontrar o direito de produzir e o controle do produto de seu trabalho.

Ao se trabalhar a questão das relações entre o rural e o urbano conclui-se que o mais interessante seja a teoria de continuidade entre campo e cidade. “Defende-se que o avanço do processo de urbanização é responsável por mudanças significativas na sociedade em geral, atingindo também o espaço rural e aproximando-o da realidade urbana.” (MARQUES, M. I. M. 2002:6). “É isto que permite entender as relações campo-cidade como uma via de mão dupla, na qual, do ponto de vista teórico, as assimetrias e descontinuidades não significam necessariamente desequilíbrios, mas relações de complementaridade pelas quais as funções recíprocas se alimentam e são intercambiadas.” (WANDERLEY, M. N. B. 2009:72).

Nesta relação, ao rural definiu-se a necessidade de alimentar a cidade de alimentos baratos e a indústria com fibras e energia, associado à isso o êxodo rural que provocou um aumento de mão de obra barata para trabalhar no meio urbano. Isso provocou um abandono do campo de uma maneira geral, principalmente desvalorizando o trabalhador rural e a produção de alimentos. A continuidade do rural em sentido ao bem estar social está diretamente relacionado, como dito anteriormente quando discutiu-se o protagonismo dos agricultores, à valorização do agricultor como produtor de saúde e conservação dos recursos naturais.

Para os entrevistados, está clara a necessidade de mudanças.

Hoje a turma só sabe meter o pau no agricultor. O Agricultor hoje não estraga nada. A preocupação da gente não é só produzir, é tu ter cautela com a terra. (...) E isso é uma coisa que tem que ter apoio e estudo. Se não tiver, daqui 10, 20 anos, nós não vamos ter o de comer, e vamos ter que comer nota de 100 contos. (...) A gente não tem ninguém, tu sai trupicando em troço encontrado de ajudar a gente.

Um outro elemento interessante é o distanciamento da cidade em relação à realidade do campo. “Nosso povo se acha (...) grandão. Ele panha as coisas tudo na mão. Ele vai na feira e acha tudo. Então ele calcula, eu nem sei se o troço é plantado no chão ou em cima da pedra.”. Isso provoca muitas vezes desentendimentos e o que era para ser uma relação compartilhada, se torna um motivo para desvalorizar ainda mais o trabalho do agricultor. Em abril de 2013 os preços do tomate foram inflacionados principalmente pela entressafra, queda de área plantada, problemas climáticos e a necessidade do brasileiro em seguir comendo salada de alface e tomate. A questão trabalhada é a repercussão negativa que isso provocou do imaginário urbano sobre os agricultores. “Ai se o agricultor ganha dinheiro, metem o cacete. Tinha que ser diferente, o agricultor está

quebrado, vamos ajudar ele. Mas não! No dia que dá dinheiro eles vão na TV e coloca o agricultor como vilão.”.

Se eles estivessem junto com o cara, ta ruim, ta ruim, ele, ia dizer não, nós vamos ter que ajudar ele continuar. Se ele ganhou dinheiro bate palma para ele. Porque o Agricultor tem vezes que ele ganha dinheiro uma vez na vida, entendeu, uma vez na vida. Não é assim como nego pensa não. Eu conheço gente que nasceu na roça e não conseguiu comprar um lote.

Reflexo deste distanciamento se dá também no imaginário rural.

Eu, me dá até nojo, hoje, eu ver certo tipos de coisas. É área de lazer, é área turística etc... é área mais não sei o que. Gente tudo é bom demais de barriga cheia. (...) Se os agricultores pararem de produzir 30 dias, dá uma guerra na cidade. Respeitar com o maior respeito e carinho, por isso devemos incentivar ele, parar com esse negócio de sacrifício.

Para finalizar, a falta de oportunidades no rural e a vontade de consumir e de viver a cidade, em conjunto com a visão de uma vida de sofrimento dos pais que trabalham na roça, fazem os jovens migrarem para os centros urbanos. Para que tenhamos uma continuidade ou uma sucessão na agricultura é preciso que o agricultor seja valorizado, de forma a reverter o quadro de êxodo de jovens do campo. A seguir o relato sobre como um pai agricultor entende a sucessão na agricultura: “Pra você manter o seu filho na roça, você tem que ensinar ele desde de pequeno, trabalhar na roça. Porque se você criar um filho até 16 anos, ele lá dentro, no computador, na internet. Ai depois vai lá entrega um diploma nele, e dá uma enxada nele, e fala meu filho vai puxar enxada. Ele vai? É meio difícil né!”.

## CONCLUSÕES

Ao trabalhar a ontologia do autor deste estudo conseguiu-se encontrar uma interseção entre os conceitos de desenvolvimento, sustentabilidade e participação para fundamentar a análise do protagonismo dos agricultores e encontrar uma conexão entre desenvolvimento e sustentabilidade, que sob os auspícios da participação, busque estabelecer transparência e legitimidade ao processo de desenvolvimento rumo a sustentabilidade.

Neste processo percebemos a importância que tem a valorização do agricultor inserido em uma ecologia de saberes e que contribua assim para um modelo de desenvolvimento que seja incluyente e sustentável, alcançando saúde, renda e patrimônio existencial ao seu povo.

Ao englobar a diversidade de pensamento como de culturas agrícolas, entramos em consonância com a superação da monocultura da mente e da simplificação de sistemas produtivos, criando ambientes mais diversos, uma agricultura mais complexa e, como consequência, mais resilientes em caso de mudanças mais dramáticas. Restaura-se assim ao agricultor o importante papel transformador da natureza por meio de práticas que otimizem o uso dos recursos naturais, e que assim promovam a sustentabilidade dos mesmos.

Estratégias que nos impelem ao desenvolvimento devem atacar as origens do subdesenvolvimento. Neste sentido, políticas públicas voltadas ao espaço rural são fundamentais em um Brasil que sustenta uma realidade de concentração de terras, com resquícios sentidos do final da escravidão e uma população no campo em ascensão etária. Em se tratando do rural fluminense, o Programa Rio Rural é uma política pública do Estado do Rio de Janeiro que se insere nesta perspectiva, traz melhorias para o campo e que busca, numa continuidade de suas ações, melhorar o arcabouço institucional para conseguir inserir o rural fluminense no desenvolvimento do Estado.

A continuidade do Programa Rio Rural é fruto do amadurecimento do grupo gestor envolvido na sua execução, cuja principal conquista esteja justamente em conseguir a valorização da agricultura por meio de ganhos sociais e ambientais. Conseguir que o planejamento das unidades produtivas esteja conectado com as demandas da comunidade na utilização e aperfeiçoamento da metodologia de microbacias hidrográficas é também mais uma de suas conquistas.

Neste trabalho de pesquisa foi possível analisar o protagonismo dos agricultores, e encontrar uma conexão direta entre um território socialmente construído e as ações do Programa Rio Rural. Assim, onde os agricultores tinham uma ligação mais forte com o lugar e um acúmulo social de participação, o programa se desenvolveu melhor. Um outro elemento, ressaltado principalmente nas

entrevistas, foi a oportunidade dos agricultores se exporem. Momentos em que puderam ser ouvidos, e onde suas indicações e demandas foram as bases para a elaboração das propostas de ação na busca de soluções para seus problemas individuais e coletivos.

O Programa Rio Rural vem demonstrando que é possível trazer melhorias para o rural fluminense, e que ao fomentar o protagonismo dos agricultores, consegue melhorar as condições produtivas dos agricultores e a conquista de direitos. Se faz, contudo, necessário ressaltar que não abordamos durante esse trabalho os ganhos políticos oriundos do possível sucesso do programa e que futuramente podem ser utilizados como plataforma eleitoral. Da mesma maneira não abordamos as implicações existentes e os interesses do Banco Mundial ao financiar tal experiência. A opção em não abordar estes assuntos está em que possivelmente os mesmos poderiam interferir na análise do protagonismo, transferindo nossas atenções não mais aos agricultores e sim às outras esferas de influência do Programa Rio Rural.

Para finalizar, ressaltamos a necessidade de pensar uma conexão entre os espaços rural e urbano, de forma que a valorização de uma agricultura que produza saúde e conserve os recursos naturais, seja a base para transformar e superar o abandono ao qual o campo esteve relacionado historicamente. É preciso que o agricultor assuma as responsabilidades de sustentar uma cadeia produtiva que esteja inserida em um modelo de desenvolvimento incluyente e sustentável e para tal, o agricultor deve estar inserido nos avanços tecnológicos e científicos de maneira não mais periférica ou de simples receptáculo. Buscar uma agricultura eficiente e limpa é transformar as relações sociais, de forma que os agricultores possam compreender que o seu trabalho é justamente aproximar a ação do Homem e suas demandas por alimentos à conservação dos recursos naturais, compatíveis à manutenção da existência humana ao longo do tempo, portanto sustentável.

## **BIBLIOGRAFIA**

- ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD (org.). **Conflitos ambientais no Brasil**, 2004. p.13-36.
- AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS, **Sistema de Informações Hidrológicas**: Estação meteorológica nº2242009, <http://www.hidroweb.ana.gov.br> , acessado em junho de 2013.
- ALIER, J.M. **O ecologismo dos pobres**. São Paulo. Ed. Contexto. 2007.
- ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba: Agropecuária, 2002.
- ALTIVATER, E. Existe um marxismo ecológico. Buenos Aires. **Consejo Latino Americano de ciencias sociales - CLACSO**, p.327-349, 2006.
- ANVISA & UFPr. **Seminário de mercado de agrotóxico e regulação**. ANVISA, Brasília, 11 abril de 2012.
- ARAÚJO, Flávia Aparecida de ; SOARES, Beatriz Ribeiro . **RELAÇÃO CIDADE-CAMPO: desafios e perspectivas**. Campo.Território, v. 4, p. 201-229, 2009.
- BANCO MUNDIAL. **Avaliação de Perdas e Danos**. Inundações e Deslizamentos na Região Serrana do Rio de Janeiro - Janeiro de 2011. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: < [http://www.ecapra.org/sites/default/files/documents/DaLA%20Rio%20de%20Janeiro%20Final%202%20Baixa%20Resolucao\\_0.pdf](http://www.ecapra.org/sites/default/files/documents/DaLA%20Rio%20de%20Janeiro%20Final%202%20Baixa%20Resolucao_0.pdf)>. Acesso em: Junho de 2014.
- BAUMAN, Z. **Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- BORDENAVE, J. E. D. **O que é participação**. 8. ed. São Paulo:Brasiliense,1994.
- BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Lisboa: DIFEL/Bertrand Brasil, 1989.
- BRAGA, José Carlos S. e MAZZUCHELLI, Frederico (1981). Notas introdutórias ao capitalismo monopolista. **Revista de Economia Política**, (1)2: 57-65, abr.-jun.
- BRANDÃO, C. A. Territórios com classes sociais, conflitos, decisão e poder. In: ORTEGA, A. C.; ALMEIDA F., N. A. (Org.). **Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária**. 1ed.Campinas: Alínea, 2007, v. 1, p. 39-61.
- BRANDÃO, C. A. Capitalismo(s) no singular e no plural: notas sobre o pensamento crítico latinoamericano da Economia Política do Processo de Desenvolvimento/Subdesenvolvimento e a perspectiva de diálogo com a abordagem sobre Território e Escalas Espaciais. 2008. (**Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra**).
- BRANDÃO, C. A. **Celso Furtado: subdesenvolvimento, dependência, cultura e criatividade**. Eptic (UFS), v. XIII, p. 1-16, 2011.

CALDERANO FILHO, Braz et al. **Levantamento de Solos e Avaliação da Aptidão Agrícola das Terras da Microbacia Janela das Andorinhas no Município de Nova Friburgo - RJ**. Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento. Embrapa Solos (Online), v. 27, p. 01-51, 2003.

CARNEIRO, M. J.; ROCHA, B. N.. Limites e possibilidades da construção de território de desenvolvimento. **Política & Sociedade** (Impresso), v. 8, p. 251-275, 2009

CEPEA, CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA, **Dimensionamento do PIB do Agronegócio do Estado do Rio de Janeiro**. Piracicaba, 2012. Disponível em: <[http://cepea.esalq.usp.br/pdf/Cepea\\_Relatorio\\_PIB\\_Agro\\_RJ.pdf](http://cepea.esalq.usp.br/pdf/Cepea_Relatorio_PIB_Agro_RJ.pdf)>. Acesso em: 22 Novembro 2013.

CIDE, **Centro de Informações e Dados** do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.cide.rj.gov.br>> Acesso em: out. de 2012.

DAVENPORT, L. e RAO, M. **A história da proteção: paradoxos do passado e desafios do futuro**. In: TERBORGH, John et al. (org.) Tornando os Parques Eficientes – Estratégias para a Conservação da Natureza nos Trópicos. Curitiba: Editora da UFPR/ Fundação O Boticário, 2002. (pág 52 a 73).

DIEGUES, A. C. **O mito da natureza intocada**. São Paulo. Ed. Hucitec. 2001

EMATER-Rio, **Projetos Executivos de Microbacias (PEM)**. EMATER-Rio, 2012

FARIA, R. **Análise das relações e representações Escola-Sociedade Civil na Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro**. 1992. 320f. Dissertação (Mestrado em Educação) Instituto de Estudos Avançados em Educação (IESAE), FGV, Rio de Janeiro. 1992.

FERNÁNDEZ, X. S. Economía Ecológica, agroecología y desarrollo rural sostenible. **Agricultura y Sociedad**, no 77, 1995.

FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA; INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE). **Atlas dos remanescentes florestais da Mata Atlântica**: período 2010-2011, dados parciais dos estados avaliados até maio de 2011. São Paulo, 2012. Disponível em: <[http://www.sosma.org.br/wp-content/uploads/2012/08/Atlas\\_municipio\\_completo2012.pdf](http://www.sosma.org.br/wp-content/uploads/2012/08/Atlas_municipio_completo2012.pdf)>. Acesso em: 22 Novembro. 2013.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

FURTADO, C. **A nova dependência**. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

FURTADO, C. **A superação do subdesenvolvimento**. Economia e Sociedade, Campinas (3): 37-42, dezembro (1992).

GERHARDT, Cleyton. Pesquisadores e suas táticas discursivas no debate sobre populações tradicionais e proteção da biodiversidade. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n.21, p. 43-67, jan/jun. Editora UFPR 2010.

GÖTSCH, E. **O renascer da agricultura**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1996. 24p.

GREGÓRIO FILHO, G. Estrutura produtiva e meio ambiente na horticultura de Campo do Coelho - Nova Friburgo - RJ. In: Regina Pahim Pinto; Paulo Moutinho. (Org.). **Ambiente Complexo, propostas e perspectivas socioambientais**. 01ed. São Paulo: Contexto, 2009, v. 01, p. 01-192.



GRISEL, P.-N., ASSIS R. L. D. Processo de adoção de práticas agrícolas sustentáveis: estudo de caso de um sistema de produção hortícola familiar em Nova Friburgo (RJ). In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 8, 2010, São Luís. **Anais**. São Luís, UEMA, 2010

GUEDES, C. A. M. e SILVA, R. Denominaciones Territoriales Agroalimentares, Políticas e Gestión Social: Argentina, Brasil y la experiencia española en el contexto europeo. In: MONJE- REYS, P y TENORIO, F. G. Ciudadania, Território y Políticas Públicas. Pensando el desarrollo con democracia y ciudadanía territorial. Análisis de casos de Chile y Brasil. Santiago de Chile: **Arcis**, 2013

HABERMAS, J. **Direito e Democracia: entre facticidade e validade**. Volume II. 2ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**. Niterói: EdUFF, 1997.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, D. (1989). **A condição pós-moderna**. São Paulo, Loyola, 1992.

IBGE. **Censo agropecuário 2006**. Rio de Janeiro, 2007. 777 p.

IBGE, **Censo Demográfico 2010**. IBGE, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em: Maio de 2013.

IPEA, IDH-M, **Índice de Desenvolvimento Humano – Média dos Estados**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2011. Disponível em : <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: Junho de 2013.

KÖPPEN-GEIGER, **Classificação Climática de Köppen-Geiger**. Disponível em: <[https://portais.ufg.br/up/68/o/Classificacao\\_o\\_Climatica\\_Koppen.pdf](https://portais.ufg.br/up/68/o/Classificacao_o_Climatica_Koppen.pdf)>. Acesso em: Junho de 2014.

LASCHEFSKI, K.: O Comércio de Carbono e a industrialização de paisagens. Alternativas energéticas e conflitos socioambientais, Em **III Encontro da ANPPAS**, Anais..., 23 a 26 de maio de 2006, Brasília – DF. Disponível em <[www.anppas.org.br](http://www.anppas.org.br)>.

LEFF, E. **Ecología y capital**, UNAM; México, 1986.

LEUZINGER, M. D. Natureza e cultura: direito ao meio ambiente equilibrado e direitos culturais diante da criação de unidades de conservação de proteção integral e domínio público habit. 2007. 357 f., il. **Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável)** - Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MARQUES, M. I. M. . O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**, São Paulo, v. 18, n.19, p. 95-112, 2002.

MATTOS, R. C. de . Arranjos produtivos locais no interior fluminense: o polo de moda íntima de Nova Friburgo e região. **GeoPuc (Rio de Janeiro)**, v. 1, p. 125-152, 2011.

MAZZUCHELLI, F. (1983). **A contradição em processo**. São Paulo, Brasiliense, 1985.

MOREIRA, J. C. et al. Avaliação integrada do impacto do uso de agrotóxicos sobre a saúde humana em uma comunidade agrícola de Nova Friburgo, RJ. **Ciênc. saúde coletiva**, São Paulo, v. 7, n. 2, 2002.

- MURAKAMI, A. K. **Nova Friburgo e Terceiro Distrito: impactos das transformações urbanas**, Escola de Serviço Social, Rio de Janeiro, UFRJ, Julho de 2008.
- NAREDO, J. M. Qué pueden hacer los economistas para ocuparse de los recursos naturales? Desde el sistema económico hacia la economía de los sistemas. **Pensamiento Iberoamericano**, p.61-74, julho-dezembro, 1987.
- NATAL, J. Desenvolvimento e políticas públicas na região serrana fluminense. Uma região perdedora. Rio de Janeiro: Memória Visual, 2013.
- NIMER, E. Clima. In: IBGE. Rio de Janeiro. **Geografia do Brasil: região Sudeste**. Rio de Janeiro, 1977. v.3, p.51- 89
- ODUM, E.P. **Fundamentos de ecologia**. Lisboa: Fundação Calouste Gulberkian. 5ª ed. 1997. 927p.
- PERES, F.; MOREIRA, J. C. **Saúde e ambiente em sua relação com o consumo de agrotóxicos em um pólo agrícola do Estado do Rio de Janeiro, Brasil**. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2007.
- PLOEG, J. D. van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.
- PMNF, 2012. **Termo de referência para o plano municipal de saneamento básico**. Disponível em: <<http://novafriburgo.rj.gov.br/nova/wp-content/uploads/2012/licitacao/pmnf/06/termo-de-referencia.docx>> . Acesso em Março de 2014.
- PNUD, 2003. **Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil com dados do Censo de 2000**. Disponível em: <[http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH\\_Municipios\\_Brasil\\_2000.aspx?indiceAccordion=1&li=li\\_Ranking2003](http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH_Municipios_Brasil_2000.aspx?indiceAccordion=1&li=li_Ranking2003)>. Acesso em: Maio de 2013.
- REIS, J. Uma epistemologia do território. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, 2005, v.13, no.1, p. 51-74.
- RODRIGUES, M. C. P. Potencial de desenvolvimento dos municípios fluminenses: uma metodologia alternativa ao IQM, com base na análise fatorial exploratória e na análise de clusters. **Caderno de Pesquisas em Administração (USP)**, São Paulo, v. 09, n.1, p. 75-89, 2002.
- RUA, JOAO. A Ressignificação do Rural e as Relações Cidade-Campo: uma contribuição geográfica. Revista da ANPEGE, Fortaleza, v. 1, n.1, p. 45-66, 2005.
- RUA, J. Urbanidades no rural em um trecho da região serrana fluminense - a rodovia Teresópolis-Nova Friburgo.. in: **I encontro de grupos de pesquisa - agricultura, desenvolvimento regional e transformações sócio-espaciais**, 2005, Rio de Janeiro. I encontro de grupos de pesquisa, 2005.
- RIO RURAL. **Manual Operacional do Programa Rio Rural-BIRD**. Rio de Janeiro: SEAPEC, 2009.
- SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: incluído, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. 152p.
- SANTOS, B. S. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

- SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 2005.
- SANTOS, M. **A natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. 2 ed, São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- SCHUMPETER, J. A.. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984. pp. 85-202.
- SEAPEC – RJ, Estradas da Produção. Rio de Janeiro 2013. Disponível em <<http://www.rj.gov.br/web/seapec/exibeConteudo?article-id=1775821>>. Acessado: Março de 2014.
- SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente. Perspectivas da Biodiversidade e da Biotecnologia**. Tradução: AZEVEDO, Dinah de Abreu. São Paulo: Gaia, 2003. 240p.
- SILVA, J. F. G. . Velhos e Novos Mitos do Rural Brasileiro. Cadernos de Ciência e Tecnologia (EMBRAPA), Brasília, 2002.
- SINDAG. Sindicato Nacional das Indústrias de Defensivos Agrícolas. **Dados de produção e consumo de agrotóxicos**. Disponível em [www.sindag.com.br](http://www.sindag.com.br). Acessado: 15/07/2012.
- SIQUEIRA, D. E. ; OSÓRIO, R. . O Conceito de Rural.. In: Norma Giarracca. (Org.). **Una Nueva Ruralidad en América Latina?**. Buenos Aires: Clacso, 2001, v. 1, p. 67-79.
- TAVORA, G. G. S. ; TURETTA, A. P. D. . **Mudança de uso da terra em duas bacias de drenagem no município de Nova Friburgo RJ**. Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento (Embrapa Solos. Online), v. 01, p. 01-27, 2010.
- VEIGA, J. E. . Nascimento de outra ruralidade. Estudos Avançados, v. 20, p. 333-353, 2006.
- VEIGA, J. E. A atualidade da contradição urbano-rural.. In: **SEI - Série Estudos e Pesquisas**. (Org.). Análise Territorial da Bahia Rural. 01ed.Salvador, BA: SEI, 2004, v. 01, p. 29-50.
- VEIGA, José Eli da . **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**, 2 ed. Campinas, SP: Autores associados, 2003.
- VIEIRA, Paulo Freire, BERKES, Fikret e SEIXAS, Cristiana S. **Gestão integrada e participativa de recursos naturais: conceitos, métodos e experiências**. Florianópolis: Secco/APED, 2005. 415 p
- WANDERLEY, M. N. B. . O mundo rural brasileiro: acesso a bens e serviços e integração campo-cidade. **Estudos Sociedade e Agricultura (UFRJ)**, v. 17, p. 60-85, 2009.
- WANDERLEY, M. N. B. . Olhares sobre o "rural" brasileiro. Raízes. Revista de Ciências Sociais e Econômicas, v. 23, p. 05-35, 2004.
- WEZEL, A. et al. **Agroecology as a science, a movement and a practice: a review**. Agronomy for Sustainable Development, v. 29, n. 4, Oct.-Dec., p. 503-516, 2009.

## **ANEXOS**

**Anexo A: Ata\_Sorteio\_Salinas\_StaCruz\_NF\_05abr2013**

**Anexo B: Ata Microbacia 1\_criterioSelBenef\_25jul2012**

**Anexo C: Ata Microbacia 1\_aprovoBeneficiarios\_Subprojetos30jul2012**

**Anexo D: Ata\_grupos\_de\_identidade\_pre\_COGEM\_DRP\_Censo\_17jul2012**

**Anexo E: Ata\_aprovo\_DRP-Planejamento\_Comunitario\_Participativo\_24jul2012**

**Anexo F: Ata\_Revisao\_elaboracao\_PEM\_31jul2012**

**Anexo G: Ata\_AprovoBeneficiarios\_Subprojetos14ago2012**

**Anexo H: Ata\_grupos\_de\_identidade\_preCogem\_01ago2012**

**Anexo I: Ata\_definicao\_atividades\_projetos\_PEM\_22ago2012**

**Anexo J: Gráficos com dados sobre situação fundiária das MBHs**

**Anexo L: Gráficos sobre a situação laboral das mulheres nas famílias beneficiadas**

**Anexo M: Roteiro utilizado para as entrevistas.**

## **Anexo A: Ata\_Sorteio\_Salinas\_StaCruz\_NF\_05abr2013**

Ata da reunião da microbacia 02 – Salinas-Santa Cruz, município de Nova Friburgo, realizada aos 5 dias do mês de abril do ano de 2013, com início às 17:00 horas, na varandão do Thadeu Macario, localizada na 3º do distrito de Nova Friburgo, estado do Rio de Janeiro, com lista de presença anexa. A reunião foi aberta pelo vereador e ex-presidente da associação, Alcir Lima, que em seguida passou a palavra para o assessor técnico regional do Programa Rio Rural, Gerson Yunes. Ele apresentou o objetivo da reunião, que é a realização do sorteio. Estavam presentes a reunião o supervisor local da EMATER-RIO, Affonso Henrique de Albuquerque; o técnico executor da microbacia e extensionista da EMATER-RIO, Eduardo Olivieri; o extensionista da EMATER-RIO, Edio Rogerio; a estagiária Pamela Aparecida e o assessor regional de comunicação do Programa Rio Rural, Paulo Filgueiras. Em prosseguimento o representante do Programa Rio Rural fez alguns esclarecimentos: a lista de beneficiários e subprojetos foi aprovada pelo COGEM e comunidade em reunião de 14 de agosto de 2012; a inclusão de novos beneficiários é facultada ao COGEM e deve constar nesta ata; estão aptos ao sorteio os beneficiários presentes à reunião e os beneficiários ausentes, por motivo de força maior, representados por parentes próximos; foi informado que superado o valor total das práticas em relação ao limite do Programa, deverá a diferença ser arcada pelo beneficiário ou reduzida às práticas até o montante disponível pelo Programa Rio Rural; o sorteio é exigência do Banco Mundial para poder comparar indivíduos, grupos, microbacias, municípios e regiões; o sorteio garante mais transparência, evitando favorecimento político e privilégio de alguns; o sorteio elimina a incumbência do COGEM em definir quem serão os primeiros beneficiários a serem atendidos e os que serão atendidos posteriormente; o sorteio lista os beneficiários em lotes de dez, caracterizando a ordem de atendimento. Foi lembrado os critérios aprovados pelo COGEM que definiram a lista de beneficiários. Foi lembrado também que para se beneficiar do recurso do Rio Rural Bird, há necessidade de ter prestado contas do Rio Rural Emergencial. Foi informado também a necessidade de prestação de contas dos recursos utilizados e da aplicação dos mesmos conforme os subprojetos aprovados. Inicialmente foi aprovado pelo COGEM a inclusão de Alcinei da Silva Lima e, nos subprojetos grupais microtrator G e carreta tracionada K, os nomes de Luiz da Silva Fernandes e Fabrício Monteiro Bento. Foram excluídos da lista para o sorteio, também dos projetos grupais microtrator G e carreta tracionada K, os nomes de Sildo Scheles, por motivo de falecimento e Thiago Augusto Gomes por motivo de mudança de estabelecimento. Após, cada beneficiário retirou um número, que foi inserido no sistema do computador. Nesta ocasião identificaram-se os ausentes que enviaram representantes: o beneficiário Celso Muniz Cruz, ausente, foi representado pelo cunhado Antonio Pacheco de Medeiros Filho; o beneficiário Fabio Pinto Quintanilha, ausente, foi representado pelo pai Vandair da Conceição Quintanilha; o beneficiário Rogerio Gomes da Silva, ausente, foi representado pelo sogro Paulo Cezar Gravino Macario; a beneficiária Claudinea Tardim Queiroz, ausente, foi representada pelo irmão Dalto Luis Tardim Queiroz; a beneficiária Altinea de Quairoz Pimentel, ausente, foi representada pelo irmão Dalto Luis Tardim Queiroz; o beneficiário Almir Tardim da Silva, ausente, foi representado pelo amigo Gildo José Darcy; o beneficiário Jorge Alexandre Ramos, ausente, foi representado pelo sobrinho Alessandro Botelho Fernandes; o beneficiário Oswaldo M. da Silva, ausente, foi representado pelo amigo Nilton Joaquim Correa. A grafia de alguns nomes estava errada, sendo a correta: Vandair da Conceição Quintanilha e não Vando Quintanilha; Claudenir Botelho Moraes e não Claudemir Botelho Moraes; Claudenir Nogueira Cabral e não Claudemir Cabral; Carlos de Jesus C. Fernandes e não Carlos de Jesus C. Fonseca; Maria Luzinete e não Maria Luzinete; Leandro José Darcy e não Leandro Darcy; Marcelo José Darcy e não Marcelo Darcy; Renato José Darcy e não Renato José Darcy; Romildo José Darcy e não Romildo Darcy; João Jorge B. Cordeiro e não João José B. Cordeiro; Valdinei Correia Ponte e não Valdinei Ponte; Gilson da Cunha Ferraz e não Gilson da Cunha; Elaine Medeiros Paula e não Elaine Medeiros; Leandro Ferraz da Cunha e não Leandro da Cunha; Nicodemos Freitas e não Nicodeme Freitas. Ao final foi autorizado pelos presentes o início do sorteio em si, que foi realizado, divulgado o resultado,

impresso e entregue cópias a alguns representantes do COGEM, sendo uma delas anexada a esta ata. Foi solicitado pelos presentes, e apoiado pelos membros do COGEM, o incentivo saneamento individual não impactar os R\$7.000,00 (sete mil reais) por beneficiário, assim como ocorre nas regiões norte e noroeste do estado. Houve novos esclarecimentos sobre a proposta de assistência técnica a subprojetos na microbacia Salinas – Santa Cruz, ocorrendo a concordância dos presentes. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião e esta ata, após lida e aprovada, vai por mim assinada, André Luiz Darci Fernandes, secretário da reunião.

**Anexo B: Ata Microbacia 1\_criterioSelBenef\_25jul2012**

**ATA DE REUNIÃO DO PROGRAMA RIO RURAL BIRD**

**MICROBACIA 01 SÃO LOURENÇO – NOVA FRIBURGO**

Aos vinte e cinco dias de julho de dois mil e doze, às dezoito horas e trinta minutos, no Colégio Ibelga, reuniram-se os membros do COGEM e as comunidades da microbacia de São Lourenço, com os seguintes objetivos: esclarecimentos de dúvidas sobre o projeto, definição dos projetos grupais de interesse comunitário e os critérios de aprovação dos beneficiários. Dando início os membros do COGEM esclareceram que só poderá participar do projeto quem tiver uma área definida na propriedade para implantação na propriedade, quem for parceiro, arrendatário ou comodatário deve ter um contrato de no mínimo cinco anos e que apenas um membro da família será beneficiado com o valor de até sete mil reais. Em seguida o COGEM destacou que todos poderão participar porém deverão se associar a Associação de Pequenos Produtores Rurais de Baixada de Salinas e frequentar as reuniões e quem não cumprir com as regras não poderá participar dos próximos benefícios da associação. Ficou aprovado que todos os beneficiários irão contribuir com o valor de até um mil reais para os projetos grupais que irão beneficiar toda a comunidade, que são: reforma e readequação de centro comunitário; caminhão refrigerado; equipamentos para agroindústria; equipamentos para seleção; melhoria do acesso a informação. A reunião foi encerrada e foi lembrado que na próxima reunião, do dia 30 de julho, no Colégio Ibelga, neste mesmo horário, serão definidos os beneficiários e seus respectivos projetos grupais e individuais. Nada mais a ser tratado, eu Pamela Aparecida da Costa Silva, lavrei esta ata que segue por mim assinada e por quem, mas assim desejar.

## **Anexo C: Ata Microbacia 1\_aprovoBeneficiarios\_Subprojetos30jul2012**

### **ATA DE REUNIÃO DO PROGRAMA RIO RURAL BIRD MICROBACIA 01 SÃO LOURENÇO – NOVA FRIBURGO**

Aos trinta dias de julho de dois mil e doze, às dezessete horas, no Colégio Ibelga, reuniram-se os membros do COGEM e as comunidades da microbacia de São Lourenço, com os seguintes objetivos: aprovação dos beneficiários e respectivos subprojetos. Dando início os membros do COGEM esclareceram os critérios aprovados para seleção dos beneficiários: a) só poderá participar do projeto quem tiver uma área definida na propriedade para implantação na propriedade. b) quem for parceiro, arrendatário ou comodatário deve ter um contrato de no mínimo cinco anos. c) a família poderá ser beneficiada com o valor de até sete mil reais. d) deverão se associar a Associação de Pequenos Produtores Rurais de Baixada de Salinas ou Associação de Pequenos Produtores Rurais da Comunidade de São Lourenço. e) frequentar as reuniões das associações respectivas, com pelo menos oito presenças no ano. Foi esclarecido que quem não cumprir com as regras não poderá participar dos próximos benefícios da associação. Após foi lido os nomes dos beneficiários, por comunidade. Em seguida foram apresentados e explicados todas as práticas incentivadas pelo Rio Rural Bird para os beneficiários. Na sequência houve a definição dos respectivos subprojetos pelos beneficiários, como segue na planilha em anexo. A seguir toda a lista foi colocada em votação e aprovada por unanimidade. A reunião foi encerrada, lembrando que na próxima reunião, com data, hora e local a ser definido, os beneficiários serão convidados para o sorteio, através de convite formal, entregues em mãos pessoalmente. Nada mais a ser tratado, eu Pamela Aparecida da Costa Silva, lavrei esta ata que segue por mim assinada e por quem, mas assim desejar.

## **Anexo D: Ata\_grupos\_de\_identidade\_pre\_COGEM\_DRP\_Censo\_17jul2012**

### **RIO RURAL BIRD – NOVA FRIBURGO COGEM DA MBH SANTA CRUZ**

Ata da reunião do Conselho Gestor da Microbacia Salinas - Santa Cruz, atendendo as comunidades: Salinas, Santa Cruz, Centenário, Jaborandi, Salinas e Patrocínio, realizada aos 17 dias do mês de julho do ano de 2012, com início às 19:00 h, na garagem do Sr. Thadeu Fernandes, em Salinas, de acordo com lista de presença anexa. A reunião foi aberta pelo presidente Gildo Darcy que convidou o Secretário da Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Salinas, André Luiz Darci Fernandes, para secretariar a reunião e passou a palavra para o Eduardo Olivieri, técnico executor da EMATER-RIO, que apresentou o assessor técnico regional do Rio Rural, Gerson Yunes. Em seguida, foi apresentada e aprovada a pauta da reunião como se segue: Identificação e aprovação dos grupos de identidade, escolha dos representantes para compor o pré-COGEM, atualização do DRP-Censo. Em prosseguimento, foram debatidos e aprovados os quatro grupos de Identidade, como se segue: associações, mulheres rurais, jovens rurais e agricultores familiares. Os representantes escolhidos e aprovados pelos grupos de identidade foram: associações: Gildo José Darcy, Alcir Fonseca, Abílio Fernandes, Nilton Correia e Rogério Gomes; mulheres rurais: Silvanea Medeiros, Cleuzete Freitas, Marli Fonseca, Serly Macário e Ana Medeiros; jovens rurais: Andre Darci, Ananda Tartari, Bruna Darcy, Franciele Lima e Elaine Lima; agricultores familiares: Vandair Quintanilha, Antonio Pacheco, Thadeu Fernandes, Samuel Izídio e Nilberto Darcy. Após foram entregues os DRP-Censo elaborados antes da tragédia para atualização pelos representantes das associações. Em seguida, foi marcada a próxima reunião para elaboração do DRP, no dia 24 de julho de 2012, com início às 18:00 h, na garagem do Sr. Thadeu Fernandes em Salinas. E nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada e esta ata, após lida e aprovada, vai por mim assinada, \_\_\_\_\_ secretário da reunião, pelo coordenador dos trabalhos e por quem mais assim desejar.

## **Anexo E: Ata\_aprovo\_DRP-Planejamento\_Comunitario\_Participativo\_24jul2012**

### **RIO RURAL BIRD – NOVA FRIBURGO**

#### **COGEM DA MBH SANTA CRUZ**

Ata da reunião do Conselho Gestor da Microbacia Salinas - Santa Cruz, atendendo as comunidades: Salinas, Santa Cruz, Centenário, Jaborandi, Salinas e Patrocínio, realizada aos 24 dias do mês de julho do ano de 2012, com início às 18:00 h, na garagem do Sr. Thadeu Fernandes, em Salinas, de acordo com lista de presença anexa. A reunião foi aberta pelo presidente Gildo Darcy que convidou o Secretário da Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Salinas, André Luiz Darci Fernandes, para secretariar a reunião e passou a palavra para o assessor técnico regional do Rio Rural, Gerson Yunes. Em seguida, foi apresentada e aprovada a pauta da reunião como se segue: revisão do DRP - Planejamento Comunitário Participativo por grupos de identidade, aprovação dos DRPs-Censo e Planejamento Comunitário Participativo. Em prosseguimento os representantes dos quatro grupos compostos por – associações, agricultores familiares, mulheres rurais e jovens rurais, escolheram os temas de maior afinidade, sendo definido: problema ambiental (grupo jovem rural), problema social (grupo mulheres rurais e associações), problema produção agrícola (grupo agricultores familiares), problema com atividades de trabalho e outros problemas (grupo jovem rural). Depois de revisado e apresentado, o DRP realizado pelos grupos da microbacia, assim como os DRPs-Censo foram aprovados na plenária. Foi confirmada a próxima reunião para o dia 31 de julho de 2012, com início às 19:00 h, no escritório da Embrapa com sede na comunidade de Santa Cruz. E nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada e esta ata, após lida e aprovada, vai por mim assinada, \_\_\_\_\_ secretário da reunião, pelo coordenador dos trabalhos e por quem mais assim desejar.

## **Anexo F: Ata\_Revisao\_elaboracao\_PEM\_31jul2012**

### **RIO RURAL BIRD – NOVA FRIBURGO**

#### **COGEM DA MBH SANTA CRUZ**

Ata da reunião do Conselho Gestor da Microbacia Salinas- Santa Cruz, realizada aos 31 dias do mês de julho do ano de 2012, com início às 19:00 h, no escritório da Embrapa, em Santa Cruz, de acordo com lista de presença anexa. A reunião foi aberta pelo presidente Gildo Darcy que convidou o Secretário da Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Salinas, André Luiz Darci Fernandes, para secretariar a reunião e passou a palavra para o assessor técnico regional do Rio Rural, Gerson Yunes. Em seguida, foi apresentada e aprovada a pauta da reunião como se segue: revisão, discussão e definição de atividades e projetos do PEM – Plano executivo da microbacia. Em prosseguimento, os participantes deram continuidade à discussão de propostas para solução dos problemas. Os problemas ambientais prioritários trabalhados foram: esgoto, água e rios. Os problemas sociais foram: área de lazer, capacitação, assistência social, estrada, transporte da produção, escola, posto de saúde, outros (transporte de doentes e idosos). Os problemas agrícolas foram: preparo do solo, comercialização, pragas, doenças, beneficiamento, capacitação da mão de obra. Os outros problemas prioritários foram: hotelaria e turismo, telefonia fixa, telefonia móvel, internet e correio. Ficou confirmada a próxima reunião para o dia 07 de agosto de 2012, com início às 19:00 h, na quadra da Aldeia da Criança Alegre, em Centenário. E nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada e esta ata, após lida e aprovada, vai por mim assinada, \_\_\_\_\_ secretário da reunião, pelo coordenador dos trabalhos e por quem mais assim desejar.



**Anexo G: Ata\_AprovoBeneficiarios\_Subprojetos14ago2012**  
**ATA DE REUNIÃO DO PROGRAMA RIO RURAL BIRD**  
**MICROBACIA SALINAS/SANTA CRUZ – NOVA FRIBURGO**

Aos quatorze dias de agosto de dois mil e doze, às dezoito horas, na Aldeia da Criança Alegre – Centenário – Nova Friburgo - RJ, reuniram-se os membros do COGEM e as comunidades da microbacia de Salinas/Santa Cruz, com os seguintes objetivos: aprovação dos beneficiários e respectivos subprojetos. A reunião foi aberta pelo presidente Gildo Darcy que convidou o Secretário da Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Salinas, André Luiz Darci Fernandes, para secretariar a reunião. Dando início os membros do COGEM esclareceram os critérios aprovados para seleção dos beneficiários: a) só poderá participar do projeto quem tiver uma área definida na propriedade para implantação dos subprojetos. b) quem for parceiro, arrendatário ou comodatário deve ter um contrato de no mínimo cinco anos. c) a família poderá ser beneficiada com o valor de até sete mil reais. d) ter frequentado pelo menos 50% das reuniões das associações respectivas, nos últimos dois anos. e) ter pelo menos duas presenças nas cinco últimas reuniões da microbacia. Foi esclarecido que quem não cumprir com as regras não poderá participar dos próximos benefícios da associação. A validação dos agricultores foi feita ouvindo os representantes de cada comunidade: Salinas, Santa Cruz, Centenário e Jaborandi caracterizando quem é agricultor familiar e outros. Em seguida ficou definido e aprovado os beneficiários que já cumprem os requisitos e participarão do primeiro sorteio. Os demais serão avaliados, caso participem das reuniões de agora em diante, poderão ser beneficiados, num segundo momento. Após foi lido os nomes dos beneficiários, por comunidades, com a definição dos respectivos subprojetos, como se segue: Santa Cruz (Santa Cruz, Centenário, Jaborandi) – Ricardo Quintanilha: aquisição de carreta tracionada com acoplagem a trator (a); Vando Quintanilha: aquisição de carreta tracionada com acoplagem a trator (a); Fabio Pinto Quintanilha: aquisição de carreta tracionada com acoplagem a trator (a); Marcelo Pinto Quintanilha: aquisição de carreta tracionada com acoplagem a trator (a), aquisição de equipamento de irrigação, correção e adubação racional do solo, fertilizantes orgânicos; Adeilton da Silva Correa: aquisição de carreta tracionada com acoplagem a trator (b), aquisição de equipamento de irrigação; Nilton Joaquim Correa: aquisição de carreta tracionada com acoplagem a trator (b), aquisição de equipamento de irrigação, instalação de estufa para produção de mudas, adubação verde, fertilizantes orgânicos, manutenção de recomposição florestal (ano1); Nilton Joaquim Correa Filho: aquisição de carreta tracionada com acoplagem a trator (b), aquisição de equipamento de irrigação; Vandair da Conceição Quintanilha: aquisição de equipamento de irrigação, correção e adubação racional do solo, fertilizantes orgânicos; José Ricardo Pinto Quintanilha: aquisição de equipamento de irrigação, fertilizantes orgânicos; Vasti Martins Bragança: aquisição de equipamento de irrigação, correção e adubação racional do solo, implementos agrícolas – tração motorizada- individual; José Clerio da Fonseca: aquisição de equipamento de irrigação, instalação de estufa para produção de mudas; Dalto José Garcia de Queiroz: manutenção de recomposição florestal (ano1), manutenção de recomposição florestal (ano2), manutenção de recomposição florestal (ano3); Antonio Pacheco de Medeiros Filho: aquisição de equipamento de irrigação, correção e adubação racional do solo, implementos agrícolas – tração motorizada-individual, instalação de estufa para produção de mudas; Joelma Aparecida Fonseca da Silva: correção e adubação racional do solo, aquisição de equipamento de irrigação, rotação de cultura; Maurino Lopes da Silva: aquisição de equipamento de irrigação, fertilizantes orgânicos; Antonio Lopes da Silva: aquisição de equipamento de irrigação; Celso Muniz Cardoso: aquisição de equipamento de irrigação; Manoel Chenck de Medeiros: aquisição de equipamento de irrigação, correção e adubação racional do solo, instalação de estufa para produção de mudas; Alceir Pereira de Paula: aquisição de equipamento de irrigação, correção e adubação racional do solo, instalação de estufa para produção de mudas, implantação de plantio em curva de nível, implementos agrícolas – tração motorizada-individual, biofertilizantes, fertilizantes orgânicos; Antonio Borges de Medeiros: aquisição de equipamento de irrigação, correção e

adubação racional do solo, implementos agrícolas – tração motorizada-individual; Serli Macário Schuenck: aquisição de equipamento de irrigação, implementos agrícolas – tração motorizada-individual, fertilizantes orgânicos; Devanir de Oliveira Gravino: aquisição de equipamento de irrigação; Edimo Torres Pacheco: aquisição de equipamento de irrigação, correção e adubação racional do solo, implementos agrícolas – tração motorizada-individual; Leandro Eduardo da Silva: aquisição de equipamento de irrigação, correção e adubação racional do solo, implementos agrícolas – tração motorizada-individual, instalação de estufa para produção de mudas; Claudinea Tardin Queiroz: saneamento individual/melhoria de banheiros sanitários; Luis Carlos Cordeiro Martins: aquisição de equipamento de irrigação; Oswaldo M. da Silva: aquisição de equipamento de irrigação; Clarilza da Fonseca Coelho: aquisição de equipamento de irrigação; Fabio Pinto Quintanilha: aquisição de equipamento de irrigação, correção e adubação racional do solo, fertilizantes orgânicos; Altinea de Queiroz Pimentel: saneamento individual/melhoria de banheiros sanitários; Salinas - Abílio Francisco Fernandes: aquisição de carreta tracionada (a); Cristiane Oliveira Fernandes de Araújo: aquisição de carreta tracionada (a); Laercio Oliveira de Souza: aquisição de carreta tracionada (a); Celso Garcia: botijão de sêmen; Valdir Garcia: botijão de sêmen; Gilson Schuenck: botijão de sêmen; Ozório Schuenck: botijão de sêmen; Claudemir Cabral: botijão de sêmen; Antônio Luiz Barrias: microtrator (a), carreta tracionada (b); Samuel Fonseca: microtrator (a), carreta tracionada (b); Ademair Barbosa Barrias: microtrator (a), carreta tracionada (b); Irani Alves Barrias: microtrator (a), carreta tracionada (b); Carlos Eli Freitas: microtrator (b); Elienai da Silva Freitas: microtrator (b); Edson Freitas: microtrator (b); Elaine Medeiros: carreta tracionada (c); Valdinei Ponte: carreta tracionada (c); Maria Luziete: carreta tracionada (c); Nicodeme Freitas: microtrator (c), carreta tracionada (d); Welliton Freitas: microtrator (c), carreta tracionada (d); Gilberto do Espirito Santo: microtrator (c), carreta tracionada (d); Geraldo Veiga da Cunha: microtrator (d), carreta tracionada (e); Gilson da Cunha: microtrator (d), carreta tracionada (e); Leandro da Cunha: microtrator (d), carreta tracionada (e); Romildo Darcy: carreta tracionada (f); Renato Darcy: carreta tracionada (f); Marcelo Darcy: carreta tracionada (f); Leandro Darcy: carreta tracionada (f); Leocir Ribeiro Macário: carreta tracionada (g), microtrator (e); Evanilson Lima Macário: carreta tracionada (g), microtrator (e); Jaime Ordely da Costa: carreta tracionada (g), microtrator (e); Thadeu Macário Fernandes: carreta tracionada (h); Lucas Thadeu Fernandes: carreta tracionada (h); Ozório Francisco Fernandes: carreta tracionada (h); Jardel Ferraz de Paula: carreta tracionada (i), microtrator (f); José Alteares de Araújo: carreta tracionada (i), microtrator (f); Maria Telma de Araújo da Silva Macário: carreta tracionada (i), microtrator (f); Rogerio Gomes da Silva: artesanato (a), saneamento individual, implementos agrícolas – tração motorizada – individual, terraceamento c/ tração mecanizada; Robson Schuenck Macário: artesanato (a); Paulo Cesar Gravino Macário: artesanato (a); Celso Faria: carreta tracionada (j); Welliton Faria: carreta tracionada (j); Woshiton Faria: carreta tracionada (j); Ieldo Scheles: microtrator (g), carreta tracionada (k); Sildo Scheles: microtrator (g), carreta tracionada (k); José Fernando Ferraz: microtrator (g), carreta tracionada (k); Thiago Augusto Gomes: microtrator (g), carreta tracionada (k); Amarildi Lima de Azevedo: aquisição de equipamento de irrigação, implementos agrícolas – tração motorizada – individual; Silvanea Tardin de Medeiros B. Fernandes: aquisição de equipamento de irrigação, implementos agrícolas – tração motorizada – individual, correção e adubação racional do solo, fertilizantes orgânicos; Nilza Fernandes Ramos: implementos agrícolas – tração motorizada – individual, instalação de estufa para produção de mudas, fertilizantes orgânicos, canais de contenção; Ricardo Brantes: aquisição de equipamento de irrigação, correção e adubação racional do solo, implementos agrícolas – tração motorizada – individual, instalação de estufa para produção de mudas, caldas alternativas (produção) – individual, fertilizantes orgânicos; Gildo José Darcy: instalação de estufa para produção de mudas, aquisição de equipamento de irrigação; Valcir Ribeiro de Farias: aquisição de equipamento de irrigação, motopíadeira (individual); Humberto de Souza Lau: aquisição de equipamento de irrigação, implementos agrícolas – tração motorizada – individual, fertilizantes orgânicos; Adenaldo Cordeiro de Oliveira: correção e adubação racional do solo, implantação de cultivos consorciados, implantação de cultivo

mínimo/plantio direto, implementos agrícolas – tração motorizada – individual, proteção de nascentes (isolamento); Jorge Alexandre Ramos: instalação de estufa para produção de mudas; Noel Roberto de Araujo: aquisição de equipamento de irrigação, implementos agrícolas – tração motorizada – individual, fertilizantes orgânicos; Genivaldo Botelho Fernandes: aquisição de equipamento de irrigação, implementos agrícolas – tração motorizada – individual, fertilizantes orgânicos; Claudio José da Silva: aquisição de equipamento de irrigação, implementos agrícolas – tração motorizada – individual, fertilizantes orgânicos; Nilberto Ribeiro Darcy: aquisição de matrizes de bovinos, aquisição de equipamento de irrigação; Almir da Fonseca Lima: aquisição de equipamento de irrigação, implementos agrícolas – tração motorizada – individual, adubação verde, fertilizantes orgânicos; Samuel Izidio de Oliveira: aquisição de equipamento de irrigação, implementos agrícolas – tração motorizada – individual, fertilizantes orgânicos; Civaldo Souza de Araujo: aquisição de equipamento de irrigação, correção e adubação racional do solo, fertilizantes orgânicos; Almir Tardim da Silva: implementos agrícolas – tração motorizada – individual, aquisição de equipamento de irrigação, saneamento individual; João José B. Cordeiro: aquisição de equipamento de irrigação, implementos agrícolas – tração motorizada – individual, fertilizantes orgânicos; Gilsara Freitas Darcy: instalação de estufa para produção de mudas, aquisição de equipamento de irrigação; Carlos de Jesus C. Fonseca: aquisição de equipamento de irrigação, implementos agrícolas – tração motorizada – individual, fertilizantes orgânicos; Thadeu Macario Fernandes: implementos agrícolas – tração motorizada – individual, fertilizantes orgânicos, saneamento individual; Paulo Cesar Gravino Macario: aquisição de equipamento de irrigação, fertilizantes orgânicos; Claudinei Tomaz: aquisição de equipamento de irrigação, implementos agrícolas – tração motorizada – individual, fertilizantes orgânicos; Abilio Francisco Fernandes: instalação de estufa para produção de mudas; Alcir Fonseca Lima: aquisição de equipamento de irrigação, implementos agrícolas – tração motorizada – individual, fertilizantes orgânicos; Izabel Rita de Cassia Darci Fernandes: correção e adubação racional do solo, implementos agrícolas – tração motorizada – individual, saneamento individual; Marly da Cunha Arruda: aquisição de mudas de qualidade, instalação de estufa para produção de mudas, implementos agrícolas – tração motorizada – individual, fertilizantes orgânicos; Aldenzia Lima Macario: aquisição de equipamento de irrigação, fertilizantes orgânicos, saneamento individual; Ademir da Fonseca Lima: aquisição de equipamento de irrigação, implementos agrícolas – tração motorizada – individual, saneamento individual; Alessandro Botelho Fernandes: aquisição de equipamento de irrigação, implementos agrícolas – tração motorizada – individual, fertilizantes orgânicos; Claudenir Botelho Moraes: terraceamento c/ tração mecanizada, rotação de cultura, implementos agrícolas – tração motorizada – individual, correção e adubação racional do solo; José Nilto de Souza Araujo: aquisição de equipamento de irrigação, implementos agrícolas – tração motorizada – individual, fertilizantes orgânicos. A seguir toda a lista foi colocada em votação e aprovada por unanimidade. A reunião foi encerrada e foi lembrado que na próxima reunião, com data, hora e local a ser definido, os beneficiários serão convidados para o sorteio, através de convite formal, entregues em mãos pessoalmente. Nada mais a ser tratado, eu André Luiz, lavrei esta ata que segue por mim assinada e por quem, mas assim desejar.

**Anexo H: Ata\_grupos\_de\_identidade\_preCogem\_01ago2012**  
**ATA DE REUNIÃO DO PROGRAMA RIO RURAL BIRD**  
**MICROBACIA BARRAÇÃO DOS MENDES – NOVA FRIBURGO**

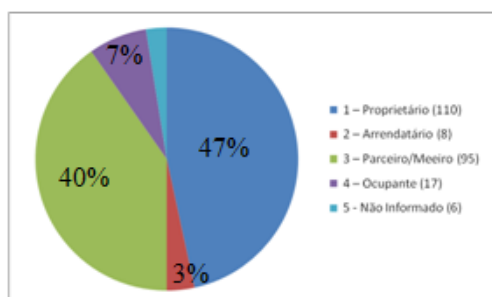
Ata da reunião das comunidades da microbacia Barracão dos Mendes, realizada ao 1 dia do mês de agosto do ano de 2012, com início às 18:00 h, no Clube Bela Vista, em Florândia da Serra, com lista de presença anexa. A reunião foi aberta pelo Sr. Ocimar Alves Teixeira, técnico executor da EMATER-RIO, que convidou a Sra. Margarete Satsumi Tiba Ferreira, para secretariar a reunião. Em seguida, foi apresentada e aprovada a pauta da reunião, como se segue: definição dos grupos de identidade e escolha dos representantes para compor o pré-COGEM. Inicialmente foi apresentado pelo Gerson Yunes, assessor técnico regional, a necessidade da retomada do projeto Rio Rural Bird, após a implementação do Rio Rural Emergencial. Explicou a importância do Comitê Gestor da Microbacia, na gestão do projeto e da maior representatividade através dos grupos de identidade. Após foi debatido pelos presentes e aprovado os grupos que representam a microbacia, sendo escolhidos: grupo dos agricultores, grupo da agroindústria e grupo das mulheres. Em seguida foi definido e aprovado o número de representantes por grupo, ficando seis membros em cada grupo. A seguir foram escolhidos e aprovados os representantes, conforme vem a seguir: grupo dos agricultores – Hélio Muniz, José Ozébio Pereira, Jerre da Rosa Veiga, Carlas Ferreira Cordeiro, Paulo Roberto da Silva, Manoel Jorge Cordeiro de Araújo; grupo da agroindústria – Ney Araujo, Jorge Luiz Pajuaba de Azevedo, Margarete Satsumi Tiba Ferreira, Antonio César Vidalino, Carlos Roberto Vidal Ferreira, Célia Alves Ferreira e grupo das mulheres – Maria Elisete da Silva Rodrigues, Glória Bastos da Silva, Sonia Maria Veiga Magalhães, Ilma da Rocha França Sá, Silvanea S. Gomes de Souza, Adilcineia Luiz S. Farias. Em prosseguimento foi marcada a próxima reunião para o dia 8 de agosto de 2012, com início às 18:00 h. E nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada e esta ata, após lida e aprovada, vai por mim assinada, \_\_\_\_\_ secretária da reunião e por quem mais assim desejar.

**Anexo I: Ata\_definicao\_atividades\_projetos\_PEM\_22ago2012**

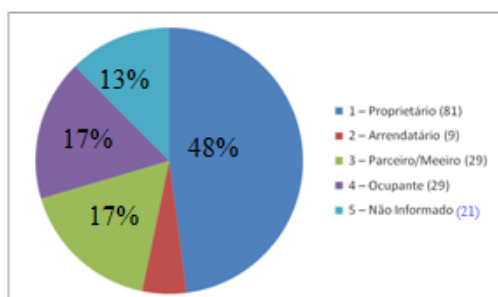
**ATA DE REUNIÃO DO PROGRAMA RIO RURAL BIRD**  
**MICROBACIA BARRAÇÃO DOS MENDES – NOVA FRIBURGO**

Ata da reunião das comunidades da microbacia Barracão dos Mendes, realizada aos 22 dias do mês de agosto do ano de 2012, com início às 18:00 h, no Salão do Clube Bela Vista, em Rio Grande, com lista de presença anexa. A reunião foi aberta pelo Sr. Ney Araujo que convidou a Sra. Margarete Satsumi Tiba Ferreira, para secretariar a reunião. Em seguida, foi apresentada e aprovada a pauta da reunião, como se segue: discussão e definição das atividades e projetos do PEM. Inicialmente foram discutidas as atividades previstas para solucionar os problemas prioritários. Após foram analisados e sugeridos projetos de interesse comunitário, como reforma/readequação de centro comunitário, unidade de beneficiamento de olerícolas (minimamente processados), melhoria de acesso à informação de mercado, organização comunitária para comercialização (PAA, PNAE e mercados potenciais). Em prosseguimento foi marcada a próxima reunião para o dia xx de xxxxx de 2012, com início às 18:00 h. E nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada e esta ata, após lida e aprovada, vai por mim assinada, \_\_\_\_\_ secretária da reunião e por quem mais assim desejar.

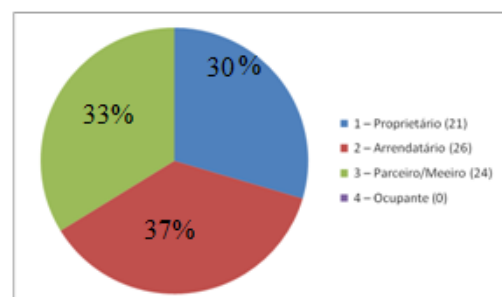
## Anexo J: Gráficos com dados sobre situação fundiária das MBHs



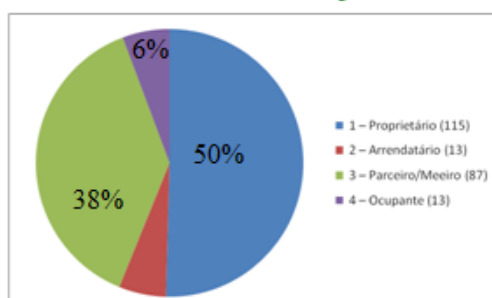
São Lourenço



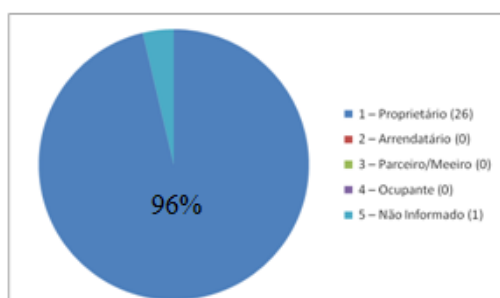
Baixada de Salinas



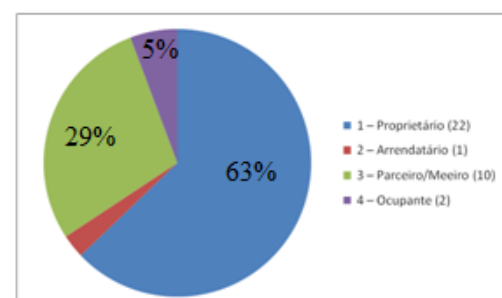
Santa Cruz



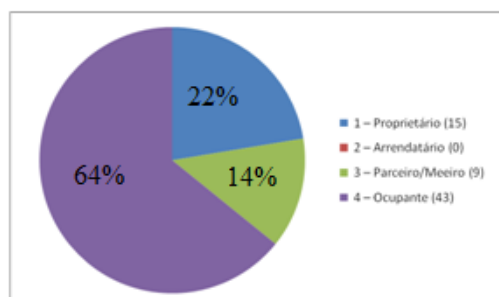
Salinas



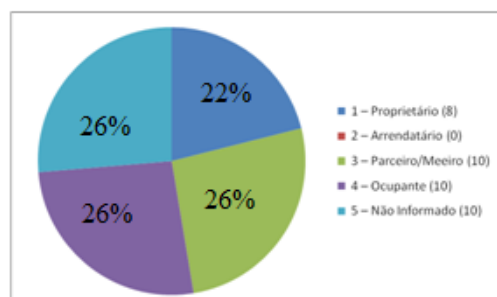
Serra Nova



Serra Velha



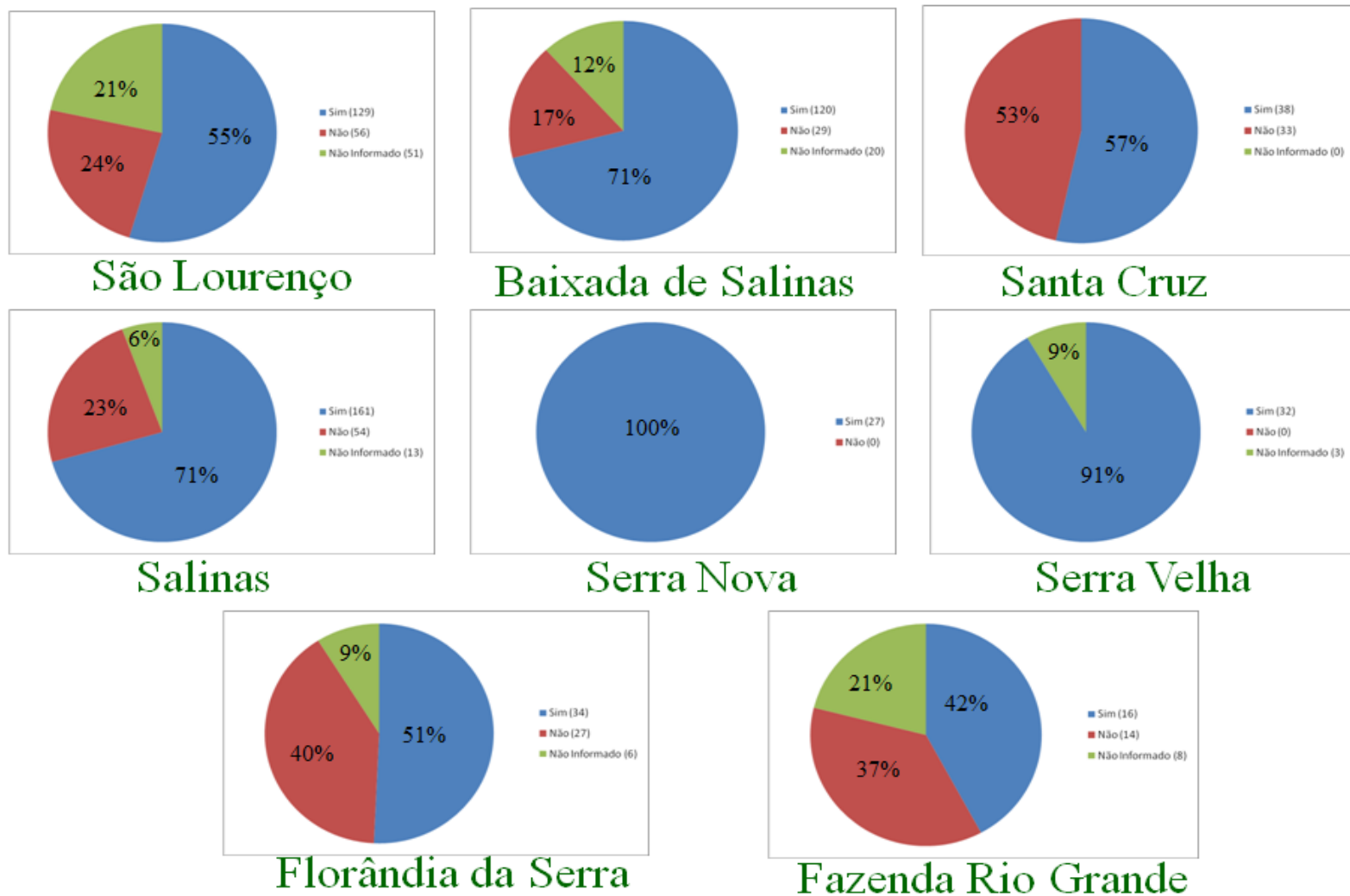
Florândia da Serra



Fazenda Rio Grande

Gráfico 1: Dados sobre situação fundiária dos beneficiários (adaptado do PEM EMATER-Rio, 2012).

**Anexo L: Gráficos sobre a situação laboral das mulheres nas famílias beneficiadas.**



**Gráfico 2:** Situação Laboral da Mulher nas famílias beneficiadas (adaptado do PEM, EMATER-Rio, 2012).

## **Anexo M: Roteiro utilizado para as entrevistas.**

Roteiro de Entrevista no 3º Distrito NF

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – PPGDT

Ian Luiz Willach Galliez

Entrevista: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ Horário: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Situação no domicílio: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_

1. Qual é o Histórico de organização e participação na Microbacia?
2. Quais são os movimentos que se destacam?
3. Como se deu a fase de sensibilização do Programa Rio Rural?
4. Quanto à elaboração do Diagnóstico Rural Participativo (DRP), como se deu a participação?
5. O COGEM é representativo? Sim/Não.
6. Como ocorreu a formação do COGEM? Quais foram as dificuldades?
7. Como foi a elaboração do Plano Executivo da Microbacia (PEM)? Como se deu a participação neste processo?
9. Como foi feita a seleção dos beneficiários? Quais foram os critérios utilizados?
10. Como se deram as elaborações dos Planos Individuais de Desenvolvimento (PID)?
11. O que foi realizado quanto a capacitação dos beneficiários? O que você sabe sobre o monitoramento participativo?
12. Que transformações você enxerga desde 2011 na Microbacia?
13. O que você entende por protagonismo? Como se deu o protagonismo dos agricultores no Rio Rural?
14. Que limites você enxerga no projeto Rio Rural?

Outras perguntas:

1. Como se estimula o protagonismo?
2. Qual o papel do agricultor no Rio Rural?
3. Como poderia melhorar a metodologia de microbacia?
4. Quais foram as principais conquistas com o Rio Rural?